

Regimes Políticos e o Turismo: o Caso do Comunismo e a Realidade da Coreia do Norte

Ricardo Parra

Dissertação de Mestrado em Turismo e Comunicação

**Orientação Científica pelo Professor Doutor Jorge
Ferraz**

2021



Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ricardo Parra

Regimes Políticos e o Turismo: o Caso do Comunismo e a Realidade da Coreia
do Norte

Dissertação apresentada ao curso de
Turismo e Comunicação da Escola Superior
de Hotelaria e Turismo do Estoril e do
Instituto de Geografia e Ordenamento
Territorial, como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de Mestre

Orientador: Professor Doutor Jorge Ferraz

Lisboa

2021

Agradecimentos

Esta dissertação é o culminar académico de um longo fascínio pessoal por um dos reinos mais enigmáticos do mundo: a Coreia do Norte. No entanto, não posso deixar de prestar o meu mais profundo agradecimento a todos aqueles que contribuíram e guiaram este estudo para a finalidade a que se propunha.

Expresso aqui o meu maior reconhecimento pela excelsa e sábia orientação do Professor Doutor Jorge Ferraz, não só pela organização e sistematização de ideias com que preparou cada reunião tutorial, cada dúvida e cada caminho a tomar, mas também pela generosidade e disponibilidade imediata com que se propôs a analisar cada nova revisão desta investigação. Foi graças à sua crítica objetiva e sistematizada, bem como pela sua tranquilidade e positividade que consegui construir um estudo de que muito me orgulho. Temo apenas que a minha falta de aptidão para as palavras não expresse o imenso grau de importância que o seu apoio teve, não só para o desenvolvimento desta dissertação, mas também para o meu crescimento académico e pessoal.

Ao diretor-geral da *Koryo Tours*, Simon Cockerell, deixo o meu mais sincero voto de gratidão. Após muitos contactos sem resposta a várias instituições ligadas à Coreia do Norte, foi através da sua incansável ajuda que me foi possível recolher informação oficial referente ao modelo turístico norte-coreano. A sua paciência e rápida disponibilidade para responder às minhas questões foram cruciais para o desenvolvimento deste estudo.

Por fim, ao escritor José Luís Peixoto presto a minha mais profunda declaração pública de agradecimento. Foi graças à sua inspiração que me apaixonei por um dos regimes mais peculiares do mundo. Também os seus livros me serviram de escape quando a intensidade da realidade se mostrava mais tenebrosa.

Índice

Resumo.....	5
Abstract.....	6
Lista de Abreviaturas.....	7
Introdução.....	8
Metodologia	18

Parte A - Regimes Políticos e o Turismo: o Caso do Comunismo

Capítulo I - Ideologia e Turismo.....	23
Capítulo II - O Comunismo e a História.....	34
A Doutrina de Marx.....	35
A Contribuição de Lenine	38
O Totalitarismo de Estaline	41
A Interpretação de Mao	43
Capítulo III - O Comunismo e o Turismo	45
O Estalinismo e o Leste da Europa.....	46
O Maoísmo na Ásia	54

Parte B - A Realidade da Coreia do Norte

Capítulo IV - Contexto Histórico.....	62
A Formação do Reino Coreano.....	63
Da Ocupação Japonesa à Guerra da Coreia	63
Guerra da Coreia	65
Dinastia Kim	68
Capítulo V - <i>Juche</i> e o Culto da Personalidade	76

Capítulo VI - A Realidade e o Turismo na Coreia do Norte	83
Turismo Durante as Épocas de Kim I, II e III	83
Motivações Turísticas	87
Oferta Turística da Coreia do Norte	89
Turismo Doméstico	96
Perspetivas para o Futuro	98
Conclusão	101
Referências.....	108

Resumo

A realidade do setor turístico apresenta fatores de caráter ideológico e político que muitas vezes são descuradas cientificamente em prol do fator do lazer. Através da análise da filosofia política comunista na sua interação com o turismo das regiões onde foi implementada, observamos um grau de controlo ideológico interno e externo que se mostra relevante aprofundar, devido ao grau de atualidade que ainda se faz sentir.

O objetivo geral desta dissertação passa por entender, numa primeira fase, os propósitos e o modelo de ação exercido por regimes ditatoriais com ideologias de cariz comunista no turismo. Após o aprofundamento dos conceitos de ideologia e de regimes políticos, bem como do contexto histórico e doutrinário dos modelos de Marx, Lenine, Estaline e Mao, as abordagens estalinistas e maoístas, aplicáveis com nuances à DPRK, merecem a nossa atenção na dissemelhança da sua aplicação ao setor turístico. Apesar de apresentarem semelhanças na sua relação ao turismo estrangeiro, com um elevado controlo ideológico do que era permitido divisar, as diferenças em relação ao turismo doméstico passavam pelo incentivo de viagens entre os países socialistas, no Leste europeu, e políticas de proibição da prática turística, na China.

Através da aprendizagem dos conceitos fundamentais para a construção da base teórica deste estudo, passamos, numa segunda fase, para o aprofundamento particular da realidade turística da Coreia do Norte. Regendo-se pela ideologia *Juche*, uma filosofia que permeia todas as áreas de operacionalização cultural, económica, política, social e militar, a DPRK apresenta um modelo nacionalista de isolamento diplomático e geográfico que lhe confere o estatuto de reino eremita. Através da investigação da história recente e da situação atual da DPRK, da compreensão da oferta turística e dos objetivos do turismo oferecido pelo regime do líder norte-coreano Kim Jong-un, bem como da análise das tipologias de turistas no território norte-coreano e das suas motivações, procuramos, assim, dar sentido ao modelo turístico da DPRK.

Palavras-chave: turismo, ideologia, regimes políticos, comunismo, estalinismo, maoísmo, Coreia do Norte, dinastia Kim, *Juche*

Abstract

The reality of the touristic sector presents several ideological and political factors which are many times scientifically overlooked on behalf of the leisure element. Through the analysis of the communist political philosophy and its interaction with the tourism practiced in regions where it has been implemented, there is still an internal and external degree of ideological control which proves itself relevant to entrench, due to the actuality of its subject.

The primary aim of this thesis presents itself, at first, as a way to comprehend the purposes and the action pattern practiced by ideologically communist dictatorial regimes in tourism. After further broadening the concepts of ideology and political regimes, as well as the historical and doctrinal context of Marx's, Lenin's, Stalin's and Mao's models, our attention deepens itself on the dissimilarity of Stalinist and Maoist approaches, also presenting nuances applied in the DPRK, in their practical application in the touristic sector. Despite presenting similarities in their relationship to foreign tourism, with a higher degree of ideological control of what could be seen, the differences related to domestic tourism passed themselves through the spur of travelling between socialist countries, in Eastern Europe, and politics forbidding tourist practices, in China.

Through the knowledge of the fundamental concepts related to the construction of the theoretical pillars of this study, secondly, this thesis intends to deepen itself in the particular case of the touristic reality of North Korea. Governed itself by the *Juche* idea, a philosophy which permeates every cultural, economic, political, social and military area of the regime, the DPRK presents itself with a nationalist model of diplomatic and geographical seclusion, which grants it the status of hermit kingdom. Through the investigation of the recent history and current situation of the DPRK, the comprehension of the touristic offer and the tourism purposes of North Korea's leader Kim Jong-un's regime, as well as the analysis of tourists' typologies and their motivations, we thus seek, to provide sense to the touristic model proposed by North Korea.

Keywords: tourism, ideology, political regimes, communism, Stalinism, Maoism, North Korea, Kim dynasty, *Juche*

Lista de Abreviaturas

CCP – *Chinese Communist Party*

DMZ – *Korean Demilitarized Zone*

DPRK – *Democratic People's Republic of Korea*

EDZ – *Economic Development Zones*

EUA – Estados Unidos da América

KCP – *Korean Communist Party*

KFA – *Korean Friendship Association*

KITC – *Korean International Travel Company*

OMT – Organização Mundial de Turismo

ROK – *Republic of Korea*

SEZ – Special Economic Zone

UE – União Europeia

UN – *United Nations*

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WFP – *World Food Programme*

Introdução

“Um fantasma assombra a Europa – o espectro do comunismo” (Marx e Engels, 2016, pp. 77). Assim começa um dos livros mais influentes da filosofia política mundial, aquele que estabeleceu a base para as várias doutrinas socialistas que se vieram a desenvolver ao longo dos anos. No entanto, segundo a teoria marxista, o que em 1848 assombrava a Europa, no século XX acabou por se propagar por todo o mundo, com maior relevância nas políticas marxistas-leninistas do Leste europeu e da Ásia. Ainda que atualmente opere maioritariamente na região asiática, o comunismo acabou por se tornar um dos movimentos políticos mais influentes de todos os tempos.

Apesar desta dissertação se focar no caso específico da Coreia do Norte, será necessário fazer uma divisão bibliográfica na sua redação, estabelecendo um enquadramento teórico que nos permita adquirir as bases para entender o modelo de turismo norte-coreano. Para tal, numa primeira parte explicitaremos os dados que nos levaram a compreender o nosso objetivo geral, que passa por entender os objetivos e o modelo de ação exercido por regimes ditatoriais com ideologias de cariz comunista no turismo. Na segunda parte, com uma base teórica por trás, aprofundaremos aqueles que são os objetivos específicos deste estudo: oferta turística e objetivos do turismo oferecido pela Coreia do Norte; tipologias de turistas no território norte-coreano e suas motivações; história recente e situação atual da DPRK. Esta dissertação propõe-se, por isso, a colmatar lacunas nos estudos sobre o turismo praticado na Coreia do Norte, de modo a incentivar possíveis investigações futuras neste campo.

Ao longo dos anos têm sido feitos estudos sobre a evolução do turismo em áreas abrangidas por modelos ideologicamente comunistas, mais especificamente no Leste da Europa e na Ásia. Li, Hu e Zhang (2010) têm sido dos maiores estudiosos do modelo turístico chinês, especialmente do conceito de *red tourism* que analisaremos mais à frente. Tanto Pedersen e Noack (2019), como Slocum e Klitsounova (2020) têm-se debruçado sobre a abordagem turística dos regimes estalinistas no Leste europeu. No entanto, sentimos uma certa lacuna no que diz respeito ao aprofundamento da base teórica que faz mexer esta engrenagem ideológica. Para tal, existiu uma necessidade de

aprofundar as bases doutrinárias de Marx, Lenine e Mao, bem como das várias variantes comunistas que se espalharam pelo mundo, especialmente a corrente estalinista, visto que esta, em certos aspetos, inspirou o modelo chinês e norte-coreano. Muitas das vezes, estes pilares ideológicos onde assentam as sociedades socialistas acabam por adotar modelos marcadamente repressivos e autoritários de um ponto de vista sociológico, acabando, muitas das vezes, por escoar para o campo a que nos propomos estudar: o turismo. O controlo ideológico imposto por regimes comunistas nas suas sociedades torna-se, assim, um dos pontos-chave da base teórica desta dissertação.

O objetivo desta dissertação passa por entender, primeiramente, os conceitos de ideologia e de regimes políticos, bem como da sua aplicação prática ao turismo. Para tal, guiar-nos-emos pelo conceito ideológico mais moderno e atual proposto por Ferraz (2008). Este passa por “um sistema que funciona como um mapa de orientação, decifração, interpretação e estruturação do mundo e das práticas dos atores sociais, postulando de modo total ou parcial, levando à compreensão específica do que é moral ou imoral, justo ou injusto, certo ou errado” (Ferraz, 2008, p. 24). Tendo sido na política que a ideologia tem obtido o seu grau de sistematização mais sofisticado, na prática do poder e na condução dos destinos da sociedade, o comunismo ganha o nosso especial interesse no que à sua análise teórica diz respeito.

Quando falamos de ideologia, necessitamos, também, de aprofundar o sistema de classificação de regimes e sistemas políticos onde esta se insere. Falhar este ponto pode levar a incoerências no desenvolvimento do nosso estudo. Por isto, incorremos na obra de Siaroff (2005), que defende o conceito de regime político como sendo um método ou sistema de governação, em oposição aos indivíduos específicos no poder, relacionando-se, assim, com as formas efetivas de governar e seus conteúdos concretos em termos de valores e práticas, e não com os governantes que desempenham o cargo. Mas nem todos os regimes políticos são iguais. Podemos, por isso, subdividi-los em: democráticos e autoritários. O caso do comunismo acaba por desempenhar um papel ambíguo aquando da classificação dos diferentes regimes políticos onde se insere, ainda que, quando se fala do modelo estalinista e maoísta se incorra no campo do autocratismo e do totalitarismo político.

De acordo com o sociólogo espanhol Linz (1964), os regimes autoritários são “sistemas políticos com limitado pluralismo político, sem uma elaborada ideologia que os guie, faltando-lhes uma extensiva e intensiva mobilização política, e onde um indivíduo ou um grupo pequeno exerce o seu poder dentro de limites doutrinários imprecisos, porém previsíveis.” (Linz, 1964, p. 297). Apesar de apresentar semelhanças com o totalitarismo no que à supressão de atividades antirregime e de outros partidos políticos diz respeito, ao contrário deste último, a liderança por parte de um único líder pode acontecer, mas não é indispensável, sendo que o carisma associado a líderes totalitários, como Hitler e Estaline, deixa aqui de ser notável (Linz, 1964). Já o autocratismo pode-se definir por ser um sistema político sem qualquer competição, onde o poder absoluto recai nas mãos de um indivíduo (autocrata) ou grupo que renova o seu poder por tempo ilimitado, governando independentemente da vontade da população (Siaroff, 2005). Por fim, o totalitarismo caracteriza-se por ser um sistema político com um centro de poder unitário, onde qualquer pluralismo existente deriva desse epicentro político, regendo-se por uma ideologia autónoma, normalmente com um fim utópico, com a qual o líder e o partido que o serve se identificam. A mobilização e a participação coletiva do povo em atividades sociais e políticas são encorajadas e recompensadas pelo partido único, de modo a fortalecer os laços da sociedade. Ao contrário dos regimes autoritários, o totalitarismo repudia a apatia e a obediência passiva, recorrendo muitas vezes à violência e à opressão de modo a divulgar os seus ideais (Linz, 2000). No caso da Coreia do Norte, incorremos num submodelo de regime totalitário que aprofundaremos mais à frente nesta dissertação: o sultanismo.

No entanto, não é de um estudo unicamente ideológico que aqui incorreremos, mas sim na sua ligação ao campo do turismo. Na relação entre a ideologia, a política e o setor turístico, Hall (1994) amplifica as noções de que, independentemente de qualquer estrutura política que um país tenha, haverá sempre alguma forma de intervenção do governo no turismo. Sendo que não restringiremos a análise do comunismo ao espectro ideológico, abrangendo, especificamente, a sua ação ao terreno turístico, podemos notar que, “a partir do momento em que a ideologia passa a exercer as suas funcionalidades no território dos sistemas culturais, discursos científicos, argumentações técnicas, discursividades relativas a estilos de vida, não podemos assim reduzir ideologia

ao espaço das crenças políticas ou dos discursos e práticas específicas do sistema político em estrito senso. Ou seja, entramos no território do ideológico-cultural.” (Ferraz, 2008, p. 24).

No campo do ideológico, é-nos necessário aprofundar a base doutrinária que serve de chão para o nosso estudo: o comunismo. Apesar do modelo comunista que chegou aos dias de hoje ter sofrido mutações ao longo dos tempos, sendo teoricamente distante das primeiras doutrinas associadas à revolução industrial inglesa e ao período socialista francês de Proudhon, foi necessário compreender o contexto histórico do movimento, de modo a formularmos uma operacionalização do comunismo nas práticas turísticas do século XX e na atualidade (Touchard, 1959a).

Na verdade, o marxismo acabou por ser o modelo de base com mais relevância para a posterior evolução doutrinária, dando origem a várias interpretações ao longo da História. As ideias do teórico alemão opõem o que considerava o seu socialismo científico às doutrinas socialistas utópicas francesas e inglesas (Prélot e Lescuyer, 1971). Segundo o pensamento marxista, os socialistas utópicos, confiando no cariz da sua sabedoria, pretendem substituir o sistema económico existente por outro que possuem na sua imaginação. Por outro lado, o socialismo científico de Marx apresenta um maior rigor filosófico na expressão das teorias da luta de classes, da análise ao capitalismo e do advento inevitável de uma sociedade inteiramente comunista (Prélot e Lescuyer, 1971). Através da sua crítica à filosofia e à soberania do Estado, Marx defendia que a história de qualquer sociedade passa pela luta de classes que, durante o seu tempo, opunha a burguesia que considerava opressora ao proletariado submisso (Marx e Engels, 2016). O marxismo apela, por isso, à união de todos os proletários do mundo numa única ditadura capaz de apagar os vestígios do capitalismo ao longo dos tempos, atingindo posteriormente uma sociedade inteiramente comunista.

Apesar do seu crescimento na Alemanha, este modelo sofreu duas grandes variações em duas grandes áreas que são do máximo interesse para esta dissertação: o marxismo-leninismo e o estalinismo no Leste europeu; o maoísmo na China. Com a chegada do comunismo à Rússia, vários teóricos começam a desenvolver a sua aplicação prática ao regime russo, destacando-se Trotsky e Lenine (Touchard, 1959b). Com a vitória bolchevique na *Revolução*

de Outubro, em 1917, Lenine, um dos maiores colaboradores russos das doutrinas de Marx, quer fazer do partido comunista um instrumento revolucionário permanente (Lenine, 2009). Prioriza, assim, a formação ideológica dos membros do partido, de modo a consolidar a direção ideológica a tomar. Depois de 1917, o marxismo, com o seu contributo leninista, passa a ter uma base concreta: certas repúblicas socialistas passam a denominar-se de marxistas-leninistas. Lenine recusa-se a esperar a vitória do socialismo. Para passar do capitalismo para o comunismo, a ponte será a ditadura do proletariado. A revolução proletária tem um grande objetivo: a democracia real através do regime comunista (Prélot e Lescuyer, 1971). Ao contrário das ideias de Marx, para se chegar a este ponto, o grande objetivo passa pelo aniquilamento total do Estado burguês e não pelo seu progressivo enfraquecimento.

Após a morte de Lenine, numa fação mais totalitária e, ao mesmo tempo mais conservadora, Estaline, reorganiza a economia e a administração, reforça o Estado, centraliza o poder, enquanto consolida e torna o partido num órgão mais monolítico, priorizando a revolução na URSS e o controlo da sociedade. Ao contrário do marxismo-leninismo, o período estalinista acaba por ser bastante nacionalista, defendendo que, enquanto o socialismo não estivesse definitivamente construído na URSS não seria possível dar seguimento à revolução mundial (Prélot e Lescuyer, 1971). Este sistema nacionalista, xenófobo, opressor e violento, propondo a ditadura de um homem só, acabou por se espalhar por grande parte do Leste europeu, dando origem a ditaduras repressivas e períodos difíceis para as respetivas populações (Hall, 1991).

Falar sobre o controlo ideológico comunista refletido no turismo leva-nos também a aprofundar o caso da China, onde o marxismo-leninismo e o consequente estalinismo sofrem as alterações propostas pelo modelo maoísta. Para Mao Tsé-Tung, a passagem à sociedade socialista não determina o fim das revoluções nem a chegada a um ponto de transformação suficientemente definitivo (Touchard, 1959b). Tirando partido da imensidão do território e da impotência do governo central, Mao e os seus apoiantes desencadeiam uma guerra civil permanente. Não existindo uma classe operária, nem industrialização digna de registo, sendo a oposição da luta de classes entre o camponês e o senhor “feudal”, Mao acaba por se apoiar na única força revolucionária capaz de conquistar o poder na China: os camponeses. Apoando-se em problemas

ligados à exploração da classe camponesa pela burguesia e na tentativa de domínio do país por parte dos imperialistas japoneses e americanos, Mao acaba por consolidar o seu poder, aplicando uma ditadura que levou à opressão e à morte de muitos chineses num diminuto período de tempo (Tsé-Tung, 2016).

Os regimes comunistas, nos anos 50, cobriam grande parte da Terra, aplicando modelos semelhantes em grande parte das regiões. Entramos, assim, no terreno do turismo que, segundo Ferraz (2017), se apresenta como um facto social total, não albergando apenas características geográficas, mas sim todos os fatores sociais, políticos, económicos, psicológicos, culturais e ideológicos que lhe são inerentes. É com esta abordagem que acabamos por analisar os objetivos e o modelo de ação exercido por regimes ditatoriais com ideologias de cariz comunista no turismo.

As abordagens estalinistas e maoístas acabam por merecer a nossa atenção na dissemelhança da sua aplicação ao setor do turismo. O modelo estalinista acabou por se espalhar por grande parte do Leste europeu, no período pós II Guerra Mundial, dando origem às mais repressivas ditaduras comunistas do mundo, com líderes como Enver Hoxha (Albânia) e Nicolae Ceaușescu (Roménia). O turismo nos países do bloco soviético pode, por isso, ser dividido em três períodos: período do socialismo (1945-1990); período de transição (1990-2004/2006); período de ressurgência global (2004/2006-dias de hoje). Na primeira fase, o modelo turístico apresentava-se bastante restrito aos turistas estrangeiros, com um elevado controlo ideológico do que lhes era permitido ver (Slocum e Klitsounova, 2020). Ao mesmo tempo, o turismo era altamente recomendado entre países socialistas, de modo a fortalecer os laços ideológicos que os uniam. O turismo mais usual acabava por ser o *spa tourism*, devido à abundância de estâncias termais na região do Leste europeu, muitas vezes apoiado por sistemas de apoio estatal.

Para concluir a primeira parte da dissertação, olharemos para o comunismo proposto por Mao. Como veremos mais à frente, este acabou por ser mais restrito no mercado turístico do que o modelo apresentado por Estaline. Enquanto na URSS, o turismo ocidental era altamente controlado, existindo, no entanto, uma fomentação do turismo entre nações socialistas, no caso chinês notamos outra abordagem. O regime de Mao aplicou políticas de não turismo, numa expressão do comunitarismo e do conservadorismo chineses pré-

comunismo que, transcritas para a sua operacionalização, refletem-se numa total proibição da prática de turismo doméstico e ao limite de circulação da população entre regiões. Isto acabava por refletir as ideias de reconstrução de uma nova China, não existindo tempo para a prática de lazer (Ryan et al., 2016). O turismo estrangeiro acontecia muito raramente e mantinha sempre o ideal de priorizar as relações diplomáticas entre os países socialistas ou de Terceiro Mundo, não sendo permitida a entrada de ideais do Ocidente. Os turistas acabavam por apenas ter acesso a áreas de exaltação da grandeza comunista.

Com a base teórica desenvolvida, desenvolver-se-á aqueles que são os objetivos específicos desta dissertação, os quais voltamos a recordar: entender a oferta turística e objetivos do turismo oferecido pela Coreia do Norte; perceber as tipologias de turistas no território norte-coreano e suas motivações; aprofundar a história recente e situação atual da DPRK. A Coreia do Norte chega ao século XX após um longo período de influência chinesa e, imediatamente a seguir, acaba a fazer parte do modelo opressivo proposto pelo Japão. Este período de ocupação japonesa começou em 1910 e prolongou-se até à derrota imposta pelas forças dos Aliados (Seth, 2010). Durante estes 35 anos, a Coreia do Norte foi subjugada de modo político, económico, social e cultural, chegando a 1945 com um elevado grau de humilhação.

Após este período, a URSS acabou por prestar auxílio ao Norte da Coreia, enquanto os EUA apoiaram o Sul. Acompanhando esta divisão da península, Kim Il-sung foi apontado como líder do povo norte-coreano, tendo ganhado o apoio das massas após o reconhecimento na participação nas milícias coreanas da Manchúria no combate às forças japonesas (Trifoi, 2017). Esta diferença de liderança entre o Norte e o Sul da península coreana levou a uma crescente maturação do processo de hostilidades, dando origem à Guerra da Coreia, em 1950. Esta divisão e o consequente conflito na península da Coreia têm, no entanto, de ser vistos no contexto da Guerra Fria e do mundo bipolar a que se assistia, com a competitividade entre os EUA e a URSS estando acima de qualquer interesse pela liberdade ou independência do povo coreano (French, 2014). Esta separação colidiu igualmente com a divisão ideológica que dura até aos dias de hoje, onde a DPRK acaba por seguir um modelo comunista de governação, e a ROK aprofunda uma abordagem mais capitalista, tendo em conta as influências americanas na região.

Com o fim da guerra, que destruiu grande parte da DPRK, principalmente Pyongyang, o apoio da China e da URSS acabou por ser crucial à sua reconstrução. O desenvolvimento da capital e a consolidação do poder de Kim permitiram que a economia norte-coreana tivesse um dos maiores crescimentos do mundo durante os anos 60 (French, 2014). Foi neste período que a ideologia *Juche* começou a ser apresentada como modelo filosófico e político que sustentaria toda a nação norte-coreana durante a liderança Kim. Porém, o nacionalismo xenófobo e discriminatório de tudo o que não fosse coreano, aliado a dificuldades na produção agrícola, levaram a uma mudança total do estado económico da DPRK nos anos 70. O regime de Kim deixou de ser um Estado socialista visto como caso de sucesso, passando a ser caracterizado como mais um país comunista destinado ao fracasso do modelo estalinista do Leste europeu, ao contrário da China, que passou a adotar reformas económicas que permitiram, aos poucos, a entrada de investimento estrangeiro no país (Trifoi, 2017). Em 1977, após a perceção da impossibilidade de se cumprirem as metas económicas a que se propunham, o Estado tentou apaziguar a situação, contrastando com o sucesso e crescimento do setor industrial.

Em 1982, apesar de ter sido reeleito, Kim Il-sung começou a preparar a sucessão e a base de culto capaz de legitimar o poder do seu filho, Kim Jong-il. Este assumiu o cargo após a morte do seu pai, em 1994. A falta de experiência política e económica de Jong-il apenas vieram agravar o estado da economia norte-coreana, que acabou por colapsar a meio da década de 90 (Lankov, 2013). Como veremos mais à frente, esta crise próxima da passagem do século mantém resquícios que permanecem até à atualidade. Os cortes no abastecimento de rações e inundações que destruíram campos de produção agrícola, levaram a longos períodos de fome e miséria. Apesar do apoio do WFP e dos *Médicos Sem Fronteiras*, o dinheiro e os cuidados de saúde eram canalizados para as mais altas patentes do partido, o que acabou por denegrir as relações diplomáticas e o apoio estrangeiro (Lankov, 2013). Não obstante a tentativa de reforma económica, em 2002, que viu breves relances de esperança no crescimento da balança económica, as medidas aplicadas acabaram por não dar grandes contribuições à melhoria do bem-estar da população (French, 2014). Com a sucessão inesperada, após a morte de Kim Jong-il, em 2011, o regime de Kim Jong-un acabou por se aperceber da importância que o capital estrangeiro tem

para o desenvolvimento do país (French, 2014). Esta noção contrasta com os constantes investimentos nos planos de armamento nuclear e nas más relações diplomáticas que se continuam a assistir.

Por detrás desta dinastia encontra-se uma filosofia política que rege todos as áreas do regime: a ideia *Juche*. Esta ideologia foi desenvolvida com base nos princípios do maoísmo e do marxismo-leninismo, através da sua aplicação na realidade norte-coreana, apesar de qualquer menção à sua influência política ter sido apagada. A ideia *Juche* assenta nos princípios de independência externa (*chaju*), autossuficiência económica (*charip*) e autonomia militar (*chawi*) (Trifoi, 2017). A ideia de Homem capaz de controlar o mundo e o seu próprio destino é vista como única pela dinastia Kim e assenta nesta ideologia revolucionária (Jong-il, 2004). As suas influências estruturais, para além do marxismo-leninismo e do maoísmo, baseiam-se na experiência militar de Kim Il-sung nas milícias da Manchúria, nomeadamente na facção Kapsan, bem como na ideologia confuciana promotora da integração harmoniosa dos indivíduos no todo do coletivo, de forma a promover uma ordem social natural (Lee, 2003). Com o estabelecimento desta ideologia no seio da sociedade norte-coreana, a legitimação do culto do líder acabou por ser aceite sem contestação por parte dos cidadãos. Através da propaganda constante e da lealdade filial do povo aos líderes, a ideologia *Juche* permeia, teoricamente, todas as áreas do regime norte-coreano.

Acabaremos a nossa dissertação com a análise da oferta turística da DPRK. Neste reino eremita, devido ao grau de secretismo a que a ele associamos, aplicam-se dois tipos de turismo que se associam a dois tipos de motivações: *communist heritage tourism*, onde assistimos à ideia da procura de um mundo desconhecido e com a busca por uma herança comunista impossível de encontrar em mais algum lugar (Ouellette, 2016); *dark tourism*, onde se procura um destino desconhecido para muitos, marcado por uma história de repressão e autoritarismo, publicitado pela comunicação social como: pobre, devido às crises económicas constantes e às ajudas externas; totalitário, com um regime político repressor, tendo vindo a público nos últimos anos informações relacionadas com a existência de campos de concentração e de extermínio; perigoso, devido ao investimento em armamento nuclear (Stone, 2009).

Apesar da criação da *Ryohaengsa*, em 1956, o turismo nunca foi visto como grande prioridade para o regime norte-coreano (Hall, 1990). O

desenvolvimento turístico durante o período de Il-sung foi marcado por momentos de construção de infraestruturas ligadas ao setor, bem como à sua consequente estagnação aliada a falta de investimento e a crises económicas. O exemplo mais específico desta situação continua a ser o *Ryugyong Hotel*, que serviria como presente para Kim Il-sung, em 1992, encontrando-se ainda hoje por terminar (Ouellette, 2016). Apesar do setor turístico durante o período de Kim Jong-il tenha sido marcado pela aposta na formação e promoção da DPRK como um destino a explorar, apenas com a chegada de Kim Jong-un ao poder é que a abertura deste país ao turismo se tem vindo a notar com mais relevância, devido ao seu caráter incentivador do crescimento económico nacional.

Com a grande abertura ao turismo em 2012, a DPRK tem aumentado o número de pacotes turísticos, bem como a entrada de turistas no seu território. Apesar deste desempacotamento da oferta turística norte-coreana, não se pode falar de uma usual ou livre visita a um novo país (Peixoto, 2012). A política de monotorização é mais apertada do que aquela que se fazia notar no período socialista do Leste europeu, apesar de servir o mesmo propósito: o enaltecimento ideológico do regime. Este fundo ideológico é notável nas seis áreas propostas pelos itinerários das agências turísticas que organizam visitas à DPRK: Pyongyang; DMZ e Kaesong; o Noroeste; o Nordeste; o Sudoeste; a costa Este. A capital acaba por ser o pano de fundo do enaltecimento ideológico do regime, onde todos monumentos ou museus apresentam a grandiosidade da dinastia Kim. Ao sair de Pyongyang entra-se na verdadeira Coreia do Norte, marcada pela pobreza e fracas infraestruturas turísticas, paradoxalmente ao que se vê na capital (Borders of Adventure, s.d.). Com um modelo de turismo tão único, a DPRK acaba por se destacar dos outros países asiáticos.

Cabe-nos, por tudo isto, aprofundar com esta dissertação: os objetivos e o modelo de ação exercido por regimes ditatoriais com ideologias de cariz comunista no turismo; a oferta turística e os fins do turismo oferecido pela Coreia do Norte, as tipologias de turistas no território norte-coreano e as suas motivações, bem como a história recente e situação atual da DPRK. Pretendemos, assim, incentivar novas investigações que visem compreender o fator ideológico no turismo em regimes políticos ditatoriais, mas, sobretudo, procurar colmatar lacunas no que ao setor turístico norte-coreano diz respeito. Analisemos, de seguida, os meios que levaram à construção desta dissertação.

Metodologia

Não é possível conceber um projeto sem ter pleno conhecimento do tema que se aborda. Para tal, carece-se de apoio para compreender o assunto que se quer abordar e para se responder aos objetivos planeados. É necessário, portanto, uma metodologia de trabalho (Eco, 1998). No início de uma investigação tem-se uma vaga noção do que se quer estudar, porém não se sabe bem como chegar ao objetivo. Segundo Quivy e Campenhoudt (1995), é comum cometerem-se alguns erros: a gula livresca, através da leitura do máximo número de livros/artigos, sobrecarregando o investigador com uma grande quantidade de informação, acabando por perder a profundidade da análise; passagem das hipóteses, prosseguindo-se para a recolha de dados antes de se ter formulado hipóteses de investigação ou a raiz do que se pretende investigar; e a ênfase que obscurece, que passa por utilizar expressões complicadas para elaborar o trabalho, perdendo-se, assim, a simplicidade e o entendimento do que se pretende dizer, o que pode transformar a dissertação numa confusão de ideias. Foi, portanto, necessário, desde início, proceder a uma recolha organizada de dados que nos ajudassem a formular um estudo organizado.

A metodologia aplicada foi, maioritariamente, uma pesquisa qualitativa de carácter exploratório, de modo a aprofundarmos o carácter teórico que leva ao controlo ideológico imposto por regimes comunistas no turismo (Quivy e Campenhoudt, 1995). Procurou-se, por isso, fazer um estudo exploratório procurando compreender as lógicas que presidem ao turismo internacional na Coreia do Norte, através de análise documental à literatura científica sobre turistas e regimes políticos ditatoriais, sobre a ideologia e prática de regimes comunistas, e sobre a realidade norte-coreana e a sua ideologia. Nesta fase foram usados três métodos, por razões diferentes: leituras de material já produzido (relatos e entrevistas em segunda mão), para analisar a informação de turistas que tenham visitado a Coreia do Norte; leituras de estudos feitos por outros autores, para aprofundar a história do país e compreender a ideologia pela qual a Coreia do Norte se rege; e uma entrevista semi-diretiva ao Simon Cockerell, diretor-geral da empresa de turismo *Koryo Tours*, para aprofundar a informação turística oficial referente à DPRK. Com as leituras pretendeu-se que o investigador descobrisse informações específicas sobre o assunto abordado.

Não devemos, portanto, prosseguir para a construção de uma dissertação não tendo em conta investigações prévias sobre o assunto (Eco, 1998). Devemos, por isso, saber resumir um texto ou artigo, captando as ideias essenciais, para posteriormente chegarmos a novas significações. As leituras de cariz científico, como livros e artigos, foram mais evidentes no enquadramento teórico. Quanto ao desenvolvimento do caso empírico, foi necessário fazer um levantamento, através de sites oficiais e organizadores, do que a Coreia do Norte oferece como turismo internacional, para quem e em que condições. Por fim, proceder à análise de conteúdo de textos, bem como de entrevistas e relatos de viajantes e organizadores de viagens à DPRK, procurando conhecer as suas motivações e as suas experiências.

De modo a que conseguíssemos chegar a uma maior especificação dos dados oficiais referentes ao modelo turístico da Coreia do Norte, tentámos entrar em contato com a KITC, a KFA, a sede da UN em Pyongyang, bem como com cinco agências de turismo que trabalham oficialmente com a Coreia do Norte. De todas estas tentativas de chegar a uma entrevista, apenas tivemos resposta da *Koryo Tours* e da KFA. Esta última informou-nos que as autoridades oficiais norte-coreanas não se encontram, de momento, disponíveis para reuniões. No entanto, foi-nos possível obter bastantes informações do diretor-geral da *Koryo Tours*: Simon Cockerell. Também foi graças a este último que recebemos a informação de que o regime norte-coreano apenas responde ao contato de instituições que já colaborem com a Coreia do Norte, pelo que qualquer outra tentativa de abordar a KITC é automaticamente rejeitada pelo sistema de correio eletrónico da DPRK. Com a *Koryo Tours* estabelecemos uma entrevista semi-diretiva, dando prioridade a que o entrevistado estivesse confortável na divulgação de informação que cedeu (Quivy e Campenhoudt, 1995). Foi da maior relevância a informação que recebemos por parte de Simon Cockerell, dando-nos hipóteses de verificar o lado prático de quem trabalha oficialmente com a KITC.

Esta dissertação encontra-se dividida em duas partes, com três capítulos cada. A primeira parte inclui a base teórica do nosso estudo. No capítulo I, para compreender melhor os ideais de um regime ditatorial, na sua relação com o turismo do seu país, seja este externo ou interno, foi necessário aprofundar os conhecimentos sobre o conceito de ideologia. Para tal, a tese de doutoramento

de Ferraz (2008) tornou-se bastante útil, bem como as suas noções de turismo como facto social global (Ferraz, 2017). Hall (1994), ajudou a definir o conceito social de turismo, na sua aplicação específica na ideologia de um país. Para além disto, foi devido ao aprofundamento da obra deste último autor que foi possível compreender melhor a relação do turismo com a política de um país, bem como todas as suas implicações sociais, económicas e culturais.

No capítulo II, foi necessário compreender a história e os conceitos associados ao marxismo, marxismo-leninismo, estalinismo e maoísmo. Sendo o comunismo a base ideológica específica desta dissertação, foi fulcral a sua ideal compreensão. Os textos em específico, de cariz mais populista e propagandista permitiram ao autor reter um pouco das bases ideológicas acima referidas (Marx e Engels, 2016; Lenine, 2009; Tsé-Tung, 2016). Porém, para entender todo o contexto histórico, político, económico, cultural e social onde se inseriu o surgimento destes movimentos comunistas foi necessário a leitura das obras de Touchard (1959a; 1959b), e de Prélot e Lescuyer (1971).

No capítulo III entramos no estudo da relação de regimes ditatoriais comunistas, na sua relação com o turismo. Na verdade, foi necessária esta conclusão teórica à nossa primeira parte, de modo a articular o modelo turístico comunista com o caso empírico da Coreia do Norte. Dividimos, no entanto, este capítulo em duas partes: Leste europeu no período da Guerra Fria; China no período de Mao. Esta divisão deve-se à diferente abordagem de cada um dos modelos. No período comunista europeu existia um alto controlo ideológico sobre os turistas ocidentais, sendo ao mesmo tempo recomendável o turismo entre países socialistas, para que se fortalecessem os laços entre as sociedades marcadamente abrangidas por esta corrente política (Klitsounova e Slocum, 2020). No modelo chinês de Mao foram mesmo aplicadas políticas de não turismo, dando origem à proibição de circulação para dentro do território. Tais medidas foram tão restritas que, mesmo o turismo doméstico era desaconselhável (Sofield, 2017). Acabamos este capítulo com uma breve análise do estado do turismo em ambas as regiões.

A segunda parte da nossa dissertação é ilustrada pelo aprofundamento do caso empírico da Coreia do Norte. Antes de passarmos ao seu modelo turístico, foi necessário entender, no capítulo IV, o contexto histórico, político, económico e social que levou à conjuntura atual. Aqui analisamos o período de

formação do reino coreano, bem como a ocupação e repressão japonesa do século XX, inibidora do tradicionalismo coreano (Seth, 2010). Seguimos para a Guerra da Coreia e a divisão da península (French, 2014). Incontornavelmente, abordaremos a influência da dinastia Kim desde o seu início, até à atualidade, passando pelas crises económicas, declínio das relações diplomáticas, fome e política de armamento nuclear (Trifoi, 2017).

No capítulo V, aprofundaremos os princípios e operacionalização da ideia *Juche*, a filosofia política norte-coreana. Através do pequeno livro publicado por Jong-il (2004), temos acesso à perspetiva cerebral das fontes que levaram ao desenvolvimento desta ideologia tão coreana. No entanto, de forma a compreendermos a sua aplicação prática na área política, económica, militar e social, foi necessário aceder ao estudo de Trifoi (2017), focado na ideia *Juche* e no culto da personalidade da DPRK. Com a afirmação da total imersão desta ideologia em tudo o que concerne a vida norte-coreana, foi importante aprofundar esta matéria, como articulador para o último capítulo desta dissertação: a realidade turística da Coreia do Norte.

O fim da segunda parte desta dissertação, no capítulo VI, coincide com o culminar de todo o nosso estudo teórico relacionado com o controlo ideológico estalinista e maoísta no turismo. Aqui, procederemos a uma breve história do setor turístico durante os três períodos da dinastia Kim e à análise do caráter e as motivações turísticas do turista estrangeiro que visita a Coreia do Norte (Ouellette, 2016). Prosseguimos para o estudo do modelo de turismo da Coreia do Norte atual, que, devido à falta de informação oficial do regime, foi elaborada recorrendo a relatos de viajantes estrangeiros (Borders of Adventure, s.d.; Peixoto, 2012; The Planet Edit, 2017). Da máxima importância foram, também, os dados cedidos gentilmente pelo diretor-geral da *Koryo Tours*: Simon Cockerell. Compararemos, de seguida, todas estas informações, com o modelo de turismo doméstico da DPRK (Kim, Timothy e Han, 2006). Por fim, com a análise do setor turístico na era de Kim Jong-un, concluímos o nosso estudo com a discussão de evoluções possíveis para o futuro do país, tendo em conta a crescente dependência e necessidade da entrada de capital estrangeiro, de modo a combater as constantes crises económicas por que o país tem passado. Entremos agora no corpo desta dissertação.

**Parte A – Regimes Políticos e o Turismo: o Caso do
Comunismo**

Capítulo I

Ideologia e Turismo

Ao longo dos anos, vários autores apresentaram as suas definições do conceito de ideologia. Nota-se que, com o passar do tempo, este conceito tem apresentado algumas mudanças, que podem ser encaradas como um complemento a ideias anteriores, mais do que com uma concreta mutação das definições inicialmente propostas.

Segundo Mannheim (1979), a ideologia é um sistema total de pensamento, remetendo para uma luta entre opressores e oprimidos tendo em conta um determinado contexto histórico. Mclellan (1986) acaba por completar o conceito de ideologia acima apresentado, afirmando que este é um aspeto de todos os sistemas de sinais e símbolos, implicando uma distribuição assimétrica de poder e recursos. Enquanto as crenças tradicionais de um determinado grupo tendem a ser estáticas, dependendo de uma fonte de autoridade estruturalmente hierárquica, as ideias, por outro lado, estão abertas a contestação e começam a competir entre si. Assim, as ideologias são produtos de uma sociedade cada vez mais pluralista e estão associadas a grupos rivais que defendem os seus próprios interesses (Mclellan, 1986).

Enquanto as definições de Mannheim (1979) e de Mclellan (1986) remetem objetivamente para uma luta entre opressores e oprimidos, implicando uma distribuição assimétrica de poder e recursos, opta-se nesta dissertação por um desenvolvimento mais moderno e atualizado do conceito de Ideologia. Segundo Ferraz (2008, p. 24), “ideologia trata-se de um sistema que funciona como um mapa de orientação, decifração, interpretação e estruturação do mundo e das práticas dos atores sociais, postulando de modo total ou parcial”, levando à compreensão específica do que é moral ou imoral, justo ou injusto, certo ou errado. Este sistema pode estabelecer, de forma total ou parcial, tendo em conta o sistema ou ideologia em causa, os modos de estar e ser de cada um na sociedade em que se inserem. É de notar que tem sido na política que a ideologia obtém o seu grau de sistematização mais sofisticado na prática do poder e na condução dos destinos da sociedade (Ferraz, 2008).

Pode-se assentar o conceito de ideologia, assim, em “quatro pilares: um sistema discursivo organizado, não reduzido a ideias totalitárias ou irracionais; o

contexto histórico dos discursos; um guia de comportamentos; imposição de poder e relações hierárquicas entre os atores, práticas e valores.” (Ferraz, 2012, p. 203). Existe ainda um quinto pilar construído pelos atores dominantes e dominados, legitimando visões ou interesses particulares, tornando-os nos ideais do todo. Vemos, assim, o nascer de práticas que são mais do que meras imposições de violência, ganhando consistência e relevância histórica (Ferraz, 2012).

Voltando aos conceitos de Mannheim (1979) e de McLellan (1987) que remetem para a perspectiva de que a ideologia remete para uma luta entre opressores e oprimidos, implicando uma distribuição assimétrica de poder e recursos, teremos de fazer uma breve análise dos objetivos e das declarações que fundamentam estes sistemas de sinais e símbolos. Segundo Ferraz (2008, p. 25), esta análise deve ocorrer “a dois níveis, prestando atenção, em qualquer um dos dois, o que há de visível e o que há de oculto: na identificação e análise do sistema de controlo e poder social e relações inigualitárias entre valores, discursos, práticas e atores que se instaura; quais os mecanismos e processos de criação, difusão, e legitimação e manutenção de um discurso e de uma prática.” Como veremos mais à frente, o conceito ideológico ultrapassa o mero campo da política e do poder, chegando mesmo ao campo cultural.

No entanto, para evitar pensar que todos os discursos e práticas sociais fazem parte do fenómeno ideológico, “é preciso compreender e interpretar concretamente o que significa ideologia, de que ideologia se trata e que conteúdos propõe.” (Ferraz, 2008, p. 25). É, por isso, necessário ter em conta o contexto social e histórico de ideologia aplicado ao tempo e local onde se insere, bem como os atores nele envolvidos. Apenas quando nos reforemos de tomar uma posição crítica prévia ao adquirento da compreensão social e histórica da especificidade conceptual de ideologia, podemos ter em conta as duas noções que este conceito assume: o seu significado particular e a sua conceção total (Mannheim, 1979).

A representação parcial da ideologia de uma sociedade acontece quando a natureza e os ideais do nosso oponente não são totalmente explícitos, como uma tentativa de disfarçar os verdadeiros propósitos que pretende representar. Este é um conceito próximo da ideologia arbitrária proposta por Gramsci (1978), remetendo para certos grupos privilegiados, em que uma crença ou ideia se vai

difundindo, podendo dar início a novos movimentos, pensamentos e terrenos ideológicos. Estando mais presente no domínio dos intelectuais, cabe a estes (dominantes) incutir estas ideologias arbitrárias no coletivo (dominados).

A representação total refere-se à ideologia de uma sociedade ou de um grupo histórico concreto num dado período de tempo e num dado local. Apesar de não conhecermos totalmente os ideais desta última representação, conseguimos ainda assim, de forma indireta, ter acesso aos verdadeiros motivos e condições de um dado grupo ou indivíduo (Mannheim, 1979). Este é um conceito próximo da ideologia orgânica de Gramsci (1978), pois o indivíduo que nela entre faz imediatamente parte do organismo onde se insere. Quem nasça numa dada sociedade é moldado pelas crenças, relações e filosofias de vida que lhe são impostas. Assim, uma ideologia orgânica pode ser uma religião ou forma cultural inerente a um dado contexto histórico (Gramsci, 1978).

Na temática a ser abordada nos próximos capítulos, em que se explorará o controlo ideológico no turismo, imposto em sociedades inspiradas de modo político, económico, social, cultural e ideológico por modelos comunistas, a representação ideológica total imposta por Mannheim (1979) parece a mais adequada à direção desta dissertação. É verdade que, no estudo sobre os regimes políticos comunistas do Leste europeu e da Ásia que iremos aprofundar, se verificou uma assimilação de novos conhecimentos por parte da população, vendo-se esta obrigada a adotar novos meios de pensamento que, com o passar do tempo, acabaram por se inserir profundamente na sociedade, provenientes das novas doutrinas comunistas que se foram desenvolvendo ao longo do século XX. No entanto, apesar de existir doutrinação, esta é explicitamente assumida e não visa camuflar as relações de poder que beneficiariam uma classe ou grupo, embora isso aconteça depois no comunismo com o poder dos burocratas e do aparelho (Touchard, 1959b). O revolucionário profissional e o partido falam em nome do interesse da humanidade e assumem a doutrinação como forma de combater a alienação das ideologias arbitrárias: “as dos outros”. Tomemos o caso do marxismo-leninismo, que sempre se declarou explicitamente como ideologia programática, assumindo a ditadura do proletariado sob a direção dos intelectuais orgânicos e do partido (Prélot e Lescuyer, 1971).

Para não incorreremos numa construção incompleta desta dissertação, falta-nos desenvolver a ligação entre ideologia e regimes políticos. Segundo

Siaroff (2005), o conceito de regime político refere-se a um método ou sistema de governação, em oposição aos indivíduos específicos no poder. Relaciona-se, por isso, com as formas efetivas de governar e seus conteúdos concretos em termos de valores e práticas. “O regime inclui o método de seleção do governo e das assembleias representativas (eleições, golpes de Estado), mecanismos de representação formais e informais, e padrões de repressão. Este é tipicamente distinto dos incumbentes que ocupam os cargos estatais e governamentais, da aliança política que os apoia, bem como das políticas públicas que estes adotam.” (Siaroff, 2005, p.12-13). Dentro do conceito de regime político temos, por isso, acesso: ao tipo de instituições e modo de se organizarem; qual o papel dos atores e coletividades sociais, como se podem organizar e fazer valer as suas vontades; como é interpretada a vontade dos atores e das coletividades e o tipo de relação ideológica entre a sociedade e o seu aparelho de governo.

Mas nem todos os regimes políticos apresentam a mesma base representativa. Podemos, por isso, subdividi-los em: democráticos e autoritários. Siaroff (2005) define democracia como um regime político que envolve a competição justa entre elites políticas, bem como a atribuição de direitos iguais na participação política por parte do eleitorado. A existência de uma democracia pressupõe: a possibilidade de votação em diferentes partidos políticos; a cedência de poder pelo partido governante quando destituído; as eleições como a única opção aceitável para remover governos; a limitação e separação de poderes; a existência de direitos inalienáveis de minorias; direitos humanos e dignidade inalienável; direito a fiscalizar o poder e o dever de dar aos fiscalizadores meios para o fazerem (Grawitz e Leca, 1985).

No entanto, por vezes, as diferenças entre democracia e autoritarismo são de grau/quantidade e não de saltos qualitativos, pois há zonas cinzentas, existindo vários tipos de regimes democráticos e alguns podem ter algum componente de autoritarismo não totalitário. Assim é o caso da tecnocracia associada ao regime russo de Vladimir Putin, cuja legitimação de grande parte do grupo governante depende menos do mandato popular e mais da reivindicação da competência técnica e da extensa experiência estatal dos ministros em função (Huskey, 2010). Outro caso é o do líder plebiscitário húngaro Viktor Orbán, que adota um regime político que “engloba características personalistas, autoritárias e democráticas, através do qual molda as instituições

e a ordem jurídica e quebra convenções na elaboração de políticas públicas, em vez de ser constrangido por elas.” (Körösenyi, Illés e Gyulai, 2020, p. 3).

Quando entramos na esfera dos regimes políticos estalinistas e maoístas, que aprofundaremos mais à frente nesta dissertação, aproximamo-nos da esfera do autoritarismo e do totalitarismo político (Siaroff, 2005). O conceito de totalitarismo assenta, como vimos na introdução, numa visão única, integrista, fundamentalista, exclusivista da sociedade e do Homem, sem diversidade interna, procurando reconstruir o ser humano à luz de uma visão única, rompendo com o passado e criando um mundo completamente novo. Sustenta, assim, uma ideia de sociedade que entra em todas as esferas da vida e dá receitas para tudo: desde a economia até aos cortes de cabelo e à forma de amor filial, sexualidade e modos de vestir. Não há direito humano nem indivíduo (Grawitz e Leca, 1985). Ao contrário dos regimes autoritários, o totalitarismo apresenta uma ideologia estabelecida, que serve de guia ao partido e ao povo, repudiando, ao mesmo tempo, a apatia e a obediência passiva, recorrendo muitas vezes à violência e à opressão de modo a divulgar os seus ideais (Linz, 2000). O totalitarismo acaba por ser uma forma extrema de autoritarismo muito específica, que às vezes parece algo completamente à parte. Os exemplos mais relevantes de regimes totalitários durante o século XX acabam por ser a URSS de Estaline, a Alemanha de Hitler por breves anos, bem como a China de Mao nos momentos delirantes do *Grande Salto em Frente* e da revolução cultural (Siaroff, 2005). Atualmente a presença do totalitarismo é notável no caso dos talibans, do Estado islâmico e, mais especificamente, no caso empírico do nosso estudo: a Coreia do Norte.

No caso da DPRK aproximamo-nos de um conceito dentro da esfera do autocratismo e do totalitarismo: o sultanismo. Este é caracterizado pela existência de um regime autocrático construído à volta de um indivíduo e da sua família que, através de uma legitimação encenada, acabam por reprimir o país através de exercícios de controlo da população, como o medo e a paranoia (Siaroff, 2005). Estas características associadas ao regime de Kim serão aprofundadas mais à frente.

Retomando o conceito de ideologia, podemos afirmar que, apesar do processo de dominação e imposição de um sistema ideológico numa dada sociedade muitas vezes recorrer a meios de violência ou repressão, temos de

ter sempre em conta o fator histórico nele inerente (Ferraz, 2008). Na ideologia, vemos o dominar e ocultar das verdadeiras noções, sempre tendo em conta os interesses do sujeito em controlo. Não podemos, no entanto, remover o oculto presente na ideologia, sendo uma parte fulcral da mesma. Isto não quer dizer que tudo o que esteja oculto seja particularmente ou totalmente mau, mas sim algo inerente ao local ou contexto socio histórico em que tal ideologia se insere. Sendo um conceito bastante presente na sociedade, devemos por isso analisá-lo, de forma a compreendermos a realidade contemporânea (Ferraz, 2008).

Recordar e estudar o fenómeno da ideologia não nos deve fazer esquecer as transformações que este vai sofrendo. Atualmente, a linha que separa o que é político e o que é cultural pode ser facilmente ultrapassada, em que questões do domínio dos estilos de vida e certos movimentos sociais passem a interferir no campo político e vice-versa (Ferraz, 2008). A partir do momento em que a ideologia passa a exercer as suas funcionalidades no território dos “sistemas culturais, discursos científicos, argumentações técnicas, discursividades relativas a estilos de vida, não podemos assim reduzir ideologia ao espaço das crenças políticas ou dos discursos e práticas específicas do sistema político em estrito senso. Ou seja, entramos no território do ideológico-cultural.” (Ferraz, 2008, p. 24). É neste momento que a ideologia e o turismo começam a sua interação mais explícita estando, na verdade, ligados desde o início.

No desenvolvimento desta dissertação não se apresenta como especialmente relevante a definição de turismo apresentada pela OMT, tendo o autor optado por um conceito de turismo mais próximo do seu fundamento sociológico, devido ao carácter social e ideológico do estudo a ser aprofundado. Segundo Ferraz (2017), turismo define-se como um facto social total, ou seja, não alberga apenas características geográficas, mas sim todos os fatores sociais, políticos, económicos, psicológicos, culturais e ideológicos que lhe são inerentes.

O turismo é considerado uma das maiores indústrias do mundo (Hall, 1994). Apesar da sua importância nas economias mundiais, bem como dos seus aspetos sociais e ambientais, a sua parte política é raramente discutida. Para se compreender o turismo na sua totalidade não se pode esquecer, por isso, as questões políticas, culturais e ideológicas inerentes a esse fenómeno. Segundo Hall (1994), abordando-o apenas na sua perspetiva económica é não perceber

a dimensão política e sociocultural que o estrutura, esquecendo o papel dos valores e das ideologias. Será então necessário aprofundar o conhecimento de turismo como fenómeno ideológico nas sociedades.

O turismo pode ser um dos principais motores do desenvolvimento de um país, porém, os padrões de turismo podem mudar tendo em conta fatores económicos ou políticos como recessões económicas ou crises políticas (Ferraz, 2008). As dimensões políticas do turismo ocorrem a nível internacional, nacional, regional, comunitário e individual. Este processo político é dominado pelo Estado, que Hall (1994) define como uma estrutura de diferentes forças políticas e instituições que tentam justificar as várias direções políticas e objetivos. Este existe onde haja uma possível abertura de influência política sobre um determinado território, cuja autoridade é apoiada por um sistema legal para implementar as suas políticas. O Estado não se reflete apenas nos interesses da sociedade, muitas vezes optando por seguir os seus próprios valores, contrastando com os da população, sendo assim uma poderosa estrutura social capaz de implementar o seu poder em várias áreas, uma delas o turismo (Hall, 1994).

O entendimento da relação entre o Estado e o turismo pode talvez ser apreendido pela identificação das principais instituições que compõem o primeiro, sendo que a influência de cada Estado no turismo depende de fatores políticos, económicos e constitucionais inerentes a cada país. Segundo Deutsch (1986), num país assumidamente democrata e não totalitário, as principais instituições do Estado na sua relação com o turismo são: o governo central; os departamentos administrativos; os tribunais e o sistema judicial; as autoridades policiais. O governo torna-se responsável pela aprovação de leis de planeamento turístico e pelo seu desenvolvimento; as organizações administrativas ficam responsáveis pela análise e implementação de políticas turísticas; o sistema judicial tem um impacto indireto, pois limita-se à aprovação das leis turísticas; as autoridades policiais também influenciam o turismo indiretamente, através da manutenção da segurança e verificação do cumprimento das leis previamente abordadas (Hall, 1994).

Independentemente de qualquer estrutura política que um país tenha, é possível notar a inevitável intervenção do governo no turismo, estando este concentrado no espaço e no tempo de cada país: no espaço, porque certas áreas

têm um maior fluxo de turistas do que outras; no tempo, pois existe um grau de sazonalidade inerente ao turismo de cada país (Hall, 1994). No entanto, no desenvolvimento desta dissertação pode-se notar que não será bem o cariz democrático e não totalitário que vai ser estudado ou aprofundado, mas, exatamente o seu contrário. Como estabelecido desde o início, este estudo verter-se-á sobre a dimensão de controlo ideológico presente em regimes de influência comunista, mais especificamente nos antigos países estalinistas do Leste europeu, de influência soviética e os maoístas da Ásia, de influência chinesa. Nestes países com sistemas governamentais unitários, o planeamento turístico e a sua promoção são controlados pelo governo central. A centralização do poder político e económico é muito comum nos antigos regimes estalinistas (Hall, 1994).

Segundo Hall (1991), a organização do turismo internacional sobre a influência do Estado socialista implica a constituição de um ministério central do turismo que, através da criação de um plano de desenvolvimento turístico nacional, permite a todas as regiões e administrações locais seguirem um modelo organizado de desenvolvimento turístico, estando sempre ligadas e obedientes ao ministério central. Pelo contrário, outros regimes ocidentais afastados dos modelos socialistas previamente descritos, ao darem independência administrativa e de planeamento turístico às várias regiões e administrações locais, levam a uma maior discrepância de desenvolvimento turístico nas várias áreas do país (Hall, 1991). Enquanto, na teoria, tal possa ser verdade, na sua aplicação operacional, estes mesmos regimes socialistas, como se poderá ver mais à frente, através de políticas de controlo turístico e de propagação da realidade socialista presente em grande parte destes países, leva a que esta mesma organização turística não tenha assumido grande desenvolvimento (Hall, 1994).

Notamos, apesar de tudo que, devido à sua natureza internacional, o turismo é inseparável das relações internacionais. Se a relação entre dois países for boa, as condições de viagem entre eles será em muito facilitada (Hall, 1994). Ao compreendermos esta relação, poderemos compreender também a relação política entre ambos. A estabilidade política é um dos pré-requisitos para atrair turistas internacionais para um certo destino, tendo influência na imagem emitida para o exterior, como forma de promoção do país. A instabilidade política pode

levar a uma repulsa e posterior cancelamento de férias por parte dos visitantes. Podemos assim afirmar que, tendo em conta a natureza cultural, fatores como o acolhimento e interesse por parte da sociedade local, tanto a nível das suas estruturas, como a nível dos seus valores, modelos culturais e condições políticas são bastante importantes na escolha de um destino turístico (Ferraz, 2008).

Antes de concluirmos a base conceptual deste estudo teremos que abordar o carácter de planeamento turístico e a sua posterior caracterização e diferenciação ideológica (Hall, 1994). O planeamento turístico ocorre em várias formas: desenvolvimento de infraestruturas, promoção e marketing; em diferentes estruturas: diferentes organizações governamentais; e em diferentes escalas: a nível internacional, nacional, regional, local e setorial. Este planeamento turístico está também ligado a fatores de desenvolvimento económico, social e ambiental, em que estas áreas do turismo que são desenvolvidas podem ser diferentes de país para país, tendo em conta os interesses e valores de cada regime. No mundo ocidental este planeamento tem sido mais focado nas acomodações, promoção dos elementos culturais e históricos, melhoria de estradas e esgotos, com uma maior preocupação pelos elementos ambientais (Hall, 1994).

No que aos países do Leste europeu diz respeito, o turismo concentrava-se em áreas específicas permitidas pelo regime. Isto deve-se ao controlo dos ideais que deveriam passar aos turistas, não havendo uma total demonstração da realidade de cada país, que na altura estavam sobre a influência de regimes socialistas com prioridades estalinistas (Hall, 1991). Esta estratégia de desenvolvimento socialista subordinou o turismo internacional a um modelo económico específico da seguinte forma: implementação de políticas que procuravam a igual distribuição de bens e serviços na área específica; melhoria de infraestruturas, não para os turistas estrangeiros, mas para a população nativa; paz internacional como prioridade de promoção; ideologia socialista devendo ser enaltecida com grau de superioridade em relação a qualquer outra; o desenvolvimento e planeamento turístico deve ter em conta a imagem que será passada do país para o exterior. Todos estes objetivos só podem ser conseguidos com um grande controlo ideológico por parte do governo e por uma

organizada estruturação dos objetivos políticos e económicos para o turismo (Hall, 1994).

Podemos concluir esta primeira fase conceptual da dissertação, reiterando o carácter social total do turismo, englobando muito mais do que meras características geográficas de uma região. O processo turístico cada vez mais se enquadra no modelo de globalização proposto por Ferraz (2017), em que o autor o define como um dos fenómenos mais marcantes da contemporaneidade, modelando tanto os fatores acima referidos, bem como as relações entre indivíduos e atores coletivos. A produção da globalização define-se pela expansão de um determinado artefacto, condição, entidade ou identidade para além da sua fronteira nacional, o que implica transformar algo que é local numa coisa supostamente global (Santos, 2001). Isto acaba por ter repercussões a nível político, vendo-se cada vez mais regimes a disputar poderes e movimentos internacionais.

Podemos, por tudo o que temos acima descrito, descrever o turismo como um mercado globalizado. Através do turismo, com o contacto entre populações diferentes, o processo de transferência de valores de sociedade para sociedade pode servir para mudar comportamentos dos turistas. No entanto, como consequência do papel ideológico de certos regimes comunistas, o carácter de internacionalismo e de globalização turística encontrou-se limitado (Hall, 1994). No caso dos antigos países socialistas do Leste europeu, a circulação entre os mesmos era promovida, de forma a apoiar o espírito comunista que lhes era inerente. A ideologia tem aqui um grande impacto, pois a circulação para países europeus ocidentais era restrita, devido ao perigo de contaminação ideológica capitalista e democrata. Com a queda destes regimes socialistas, o fomento económico do turismo tem sido cada vez maior, permitindo a que muitos posam agora visitar estes países de forma mais livre, tendo também havido uma maior integração destes países por parte da Europa Ocidental (Hall, 1994).

No capítulo III acabaremos por reforçar a razão pela qual o turismo interessa aos países ditatoriais e ao comunismo em particular, que passa pela sua implicação na circulação de ideias, no descontrolo dos comportamentos e na movimentação de pessoas, podendo-se tornar num motor de desaceleração do controlo doutrinar. Ou ao contrário, ser programado para isso. É de notar, no entanto, que o controlo estatal sobre o turismo não é exclusivo comunista: é

de Estados ditatoriais. Todos praticam controlo ideológico: a ideologia é que muda. Nuns pode haver internacionalismo, como é o caso do comunismo, e noutros não, tomando como exemplo a Alemanha nazi, bem como os fascistas e nacionalistas reacionários (Boyd, 2017). Outra diferença é que o comunismo envolve a propriedade das atividades económicas, enquanto os regimes de direita centram-se sobretudo nas organizações de trabalho e tempos livres, e no controlo ideológico, propagandístico e cultural, bem como no controlo policial às deslocações e formas de reunião e convívio. No entanto, é de notar que todos promovem atividades de lazer para os grupos considerados perigosos (jovens e trabalhadores dos níveis mais baixos da sociedade) que precisam de ser controlados e enquadrados (Boyd, 2017). Tendo esclarecido este ponto, reforçamos o sentido unidirecional da nossa dissertação para os regimes comunistas na sua relação com o turismo.

De forma a que este estudo não caia em falta de aprofundamento por parte do autor, no próximo capítulo será posto em prioridade a explicação histórica e ideológica que serve de base à parte teórica e empírica desta dissertação. Segue-se então uma breve análise de um dos movimentos políticos mais influentes da História: o comunismo, bem como as suas variantes e interpretações doutrinárias associadas ao longo dos tempos, maioritariamente ao Leste europeu e à Ásia.

Capítulo II

O Comunismo e a História

É necessário entender o contexto histórico da criação dos modelos socialistas e comunistas para que se possa perceber a sua aplicação prática nas sociedades modernas em que estes modelos se inseriram. O controlo ideológico exercido, no mercado turístico, por regimes de constituição comunista, e suas variantes ideológicas, políticas e económicas, provém de uma interpretação de modelos mais antigos àqueles que foram assumidos. Será, então, preciso perceber um pouco desta história e do contexto do surgimento destes movimentos que eclodiram até e após a revolução de 1848, bem como o seu impacto nas sociedades e regimes comunistas que neles se basearam ao longo do século XX e, em alguns casos, prolongando-se até à atualidade.

O termo “socialismo” surge entre 1830 e 1840 simultaneamente em França e em Inglaterra, porém, nesta altura tem uma profundidade um pouco vaga: para uns, o socialismo opõe-se ao individualismo, enquanto para outros trata-se de um sistema de associações cooperativas (Touchard, 1959a). Em Inglaterra, este surge durante o período final da Revolução Industrial, que para além do progresso na indústria, trouxe vários problemas associados, ligados à imposição de novas medidas de classe, que estabeleceram condições de subsistência bastante duras ao proletariado indigente inglês (Touchard, 1959a).

Porém, é no socialismo francês, nomeadamente nas obras de Saint-Simon, de Fourier e de Proudhon que normalmente se debruçam os estudiosos das doutrinas socialistas da época (Prélot e Lescuyer, 1971). Em todas estas obras temos um pouco do fundamento daquilo que reconhecemos como a base do comunismo: Saint-Simon defende o fortalecimento das classes responsáveis pelos meios de produção, como artificies e operários, através de reformas sociais, descredibilizando a importância da classe governante; Fourier apresenta uma crítica ao capitalismo e aos modelos de Estado da altura. Estas ideias socialistas por parte dos intelectuais ingleses e franceses viriam a ser apelidadas, por Karl Marx, de socialismos utópicos, em oposição ao seu socialismo científico. A sua maior crítica é, no entanto, dirigida à doutrina de Proudhon (Prélot e Lescuyer, 1971).

A crítica ao que Marx considera o socialismo utópico de Proudhon tem a ver com a proximidade da doutrina do francês a um modelo socialista anárquico (Prélot e Lescuyer, 1971). Proudhon apresenta uma condenação geral dos governos, desaprovando a existência de um Estado, que passa a ser apresentado como um mal incorrigível e intensificador das desigualdades sociais. Defende uma organização mutualista da economia, baseada no intercâmbio igualitário de serviços, substituindo o que denomina de individualismo económico. A nível político, apresenta um modelo de federalismo no Estado, que deve resultar da união de vários grupos que se juntarão para defender os objetivos do todo e não somente os interesses de certas elites.

Todas estas ideias serviram como ponto de partida para a sua divulgação pela Europa, formando a base do comunismo construído após a revolução de 1848 (Touchard, 1959a). Esta data foi bastante importante, pois foi o período onde eclodiram grande parte dos movimentos revolucionários socialistas europeus. O espírito deste período é constituído por certos elementos: o romantismo político, em que maior parte dos grandes escritores participam nas lutas políticas; as recordações da Revolução Francesa, com o culto dos antepassados; a mística do progresso e o culto da ciência; o culto do povo, surgindo uma mentalidade em relação às classes e à ideia de que o povo compõe a maior parte do trabalho feito na sociedade, não conseguindo usufruir dos seus frutos, devido ao poder das classes superiores (Touchard, 1959a).

A Doutrina de Marx

Não é fácil expor o pensamento político de Karl Marx pois, apesar de compreender o facto político, ele publicou poucos textos relacionados com política na sua considerável obra (Touchard, 1959a). A maior parte destes referem-se a críticas de doutrinas ou situações políticas que analisa. A reflexão de Marx e Engels acerca da política divide-se, por isso: na crítica ao que consideram inautêntico e nas reflexões acerca do “além” do mundo político. Parece, no entanto, faltar uma análise metódica das funções concretas dos Estados, do seu desenvolvimento histórico e das diferenças entre os vários regimes políticos.

É frequente opor o marxismo e a sua doutrina comunista centralizadora, ao sindicalismo e à anarquia libertária de Proudhon. Para Marx, este antagonismo baseia-se na diferença dos métodos que ambos oferecem: o marxismo é científico, os socialismos franceses e ingleses são utópicos (Prélot e Lescuyer, 1971). Os socialistas utópicos, considerando-se a si mesmos sábios, pretendem substituir o sistema económico existente por outro que imaginam, estando convencidos da eficácia das suas criações, como, por exemplo, a criação de um banco do povo para resolver o problema social. Por outro lado, o socialismo científico de Marx apresenta um maior rigor filosófico na expressão das teorias da luta de classes, da análise ao capitalismo e do advento inevitável de uma sociedade inteiramente comunista, estabelecendo com consistência ideológica os princípios do seu comunismo doutrinário (Prélot e Lescuyer, 1971).

Apesar de ter sido bastante crítico com os utopistas, Marx tomou influência de Babeuf, um jornalista que participou na Revolução Francesa e que acabou por influenciar o desenvolvimento do socialismo francês (Prélot e Lescuyer, 1971). Foi um dos precursores do conceito de ditadura do proletariado, defendendo que, após o golpe de Estado, um comité insurreccional asseguraria a direção e ficaria a liderar até ao cumprimento total da revolução, impedindo que o governo da sociedade ficasse nas mãos da classe burguesa. Marx reconhece em Babeuf um precursor, tendo sido manifesta a influência deste ao longo da obra do filósofo alemão (Prélot e Lescuyer, 1971).

Para se conceber uma doutrina política é necessário conhecer a realidade dos factos políticos e históricos. Marx defendia que a história de qualquer sociedade é a história da luta de classes. Esta é a expressão histórica da contradição como motor do movimento, da alienação e da busca pela reconciliação ao longo da História. Estas são ideias que Marx vai rastrear ao pensamento de Hegel, a quem faz a inversão materialista do seu idealismo absoluto. Marx vê uma necessidade de libertação da espécie humana, fazendo com que o homem concreto fuja ao ideal individualista, passando a pertencer a uma espécie social a que chamamos de humanidade (Touchard, 1959a). Esta foi uma ideia influenciada pelos ideais do filósofo alemão Ludwig Feuerbach.

A grande crítica do modelo comunista de Marx aplica-se à crítica ao nacionalismo, encontrando-se de forma esquematizada no Manifesto Comunista (Marx e Engels, 2016). É desenvolvida a ideia de que existem diferenças nas

várias nações, que para Marx são consequências de uma limitação provisória do espaço geográfico, estabelecidas pela classe que possui as forças produtoras numa nação e que, conseqüentemente, também a possui e lidera. No entanto, os operários são uma única força: não têm nação. Através da uniformização dos métodos de produção e do livre comércio as demarcações nacionais começam a desaparecer. A frase que conclui o Manifesto: “Proletários de todo o Mundo, uni-vos” estabelece a ideia máxima de crítica ao nacionalismo, num planeta em que todos os homens são irmãos (Marx e Engels, 2016).

Não se poderia aprofundar o modelo marxista sem abordar uma das máximas que serviu o trabalho doutrinário de Marx ao longo da sua atividade: a luta de classes (Marx e Engels, 2016). Apesar de não ter havido um antagonismo entre classes sempre presente na História, no tempo em que Marx e Engels escrevem o seu Manifesto, a diferença entre a classe burguesa proprietária e o proletariado trabalhador está bastante presente. A burguesia torna-se o obstáculo da História, garante da alienação, impedindo a realização da condição humana e da sua dignidade livre. O proletariado passa, assim, a assumir-se como a classe revolucionária do novo modo de produção. Este conceito de classes revolucionárias e reacionárias assenta no papel que estas têm no modo de produção dominante e no conceito de que as relações económicas não são relações técnicas, mas sim relações sociais de produção (Touchard, 1959a). Nesta altura em que começa a perder a sua individualidade devido à opressão da classe burguesa, o proletariado passa a assumir a sua veia revolucionária, iniciando uma revolução que pretende acabar com todas as classes.

Esta revolução do proletariado proposta por Marx defende a supressão de qualquer forma de propriedade privada, bem como de qualquer forma de trabalho dividido, sendo esta a base da alienação, da coisificação da dignidade humana e da opressão do Homem sobre o Homem (Touchard, 1959a). As revoluções podem ser parciais ou totais: parcial, quando o resultado da modificação das relações sociais apenas pressupõe a substituição de uma classe dominante por outra. Neste caso, Marx defende uma revolução total, pois renovará de uma ponta a outra a sociedade. Só assim se alcançará a sociedade comunista.

O fim do Estado e a passagem ao comunismo constituirá um processo complexo (Prélot e Lescuyer, 1971). Um novo regime social surgirá no lugar onde o Estado ocupava o poder público. Da sua forma anterior restarão apenas os

órgãos cuja missão é assegurar a produção mais forte e uma maior igualdade na distribuição de riqueza. O Estado ocupará apenas o lugar de organização económico-social, tornando-se numa federação de serviços públicos e numa cooperação com vista a satisfazer as necessidades coletivas. A sociedade encontrar-se-á cada vez menos governada e cada vez mais administrada. Deve, no entanto, respeitar-se a prudência dos prognósticos marxistas, em oposição ao dos socialistas utópicos. De acordo com o socialismo científico de Marx, podemos explicar o presente pelo passado (Prélot e Lescuyer, 1971). Daqui certifica-se a ideia de que os sistemas políticos são o produto natural do regime anterior. Sendo o socialismo o resultado da eliminação do capitalismo, o comunismo será a fase posterior da sociedade socialista.

No entanto, enquanto os sistemas económicos resultam da realidade histórica, bem como da limitada capacidade das esferas do cultural, do ideológico e do político os moldarem, os regimes políticos não desaparecem voluntariamente. O fim do capitalismo só ocorrerá quando se puser fim à sociedade feudal (Prélot e Lescuyer, 1971). Com o estabelecimento do socialismo e o enfraquecimento do Estado, estabelecem-se os primeiros ideais relacionados com a ditadura do proletariado, onde a classe proletária virará a máquina estatal contra a classe opressora, apagando progressivamente todos os vestígios da antiga sociedade. Esta revolução social, que marcará a passagem de uma sociedade para outra, ficará marcada pelo signo da violência, ao que Marx e Engels chamam o coroamento trágico da evolução socialista. Segundo estes, a direção do proletariado na luta deve vir de um partido, cujo principal objetivo será o de criar uma doutrina científica irrepreensível. Com esta doutrina, pretende educar e guiar o proletariado na direção certa para que o movimento triunfe, não negando o envolvimento das classes médias e dos camponeses, que podem ser fundamentais para a revolução. Esta deve ser permanente e só deve parar quando deixarem de existir classes, atingindo-se o triunfo do comunismo (Marx e Engels, 2016).

A Contribuição de Lenine

Entre 1870 e 1914 o socialismo deixa de pertencer a “clubes” e começam a surgir os primeiros partidos apoiados nesta doutrina, no entanto, apenas

algumas revisões do modelo socialista são feitas neste período. Os movimentos socialistas tinham profetizado a queda do capitalismo, tendo acontecido exatamente o contrário (Touchard, 1959b). As previsões de Marx tinham, por isso, falhado. Apesar da queda de regimes políticos neste período, o Estado fortaleceu-se cada vez mais, anulando as pretensões marxistas que se apoiavam numa insurreição proveniente da queda de um Estado. A partir de 1870, o marxismo passou a ser a única corrente ideológica coerente dentro do socialismo, tornando-se a ideologia oficial de todos os partidos socialistas continentais. No entanto, esta constituirá o tema de incessantes discussões e revisões, encaminhando-se para novas fronteiras, tendo um grande impacto na Rússia, principalmente com Trotsky e Lenine (Touchard, 1959b). É a partir destas interpretações doutrinárias no Leste Europeu e, posteriormente, na Ásia, que o nosso estudo ganha relevância.

Trotsky acreditava que a revolução socialista era possível na sua época, mesmo nos países economicamente atrasados e não liberais. O tardio, mas rápido, movimento industrial da Rússia, fruto da iniciativa do Estado e de finança estrangeira criou uma situação favorável: não existe uma verdadeira classe de capitalistas burgueses, mas existe uma verdadeira classe proletária e revolucionária. Em consequência disto, o proletariado pode fazer triunfar uma revolução, bastando apoderar-se das fábricas e, posteriormente, do poder, administrando a economia a partir daí. Acreditava plenamente na possibilidade da primeira revolução socialista ter lugar na Rússia (Touchard, 1959b).

Lenine acredita igualmente ser possível uma revolução socialista na Rússia, partilhando muitas das opiniões de Trotsky. A fim de introduzir-se na corrente intelectual revolucionária, Lenine apresenta-se como o continuador e intérprete de Marx (Prélot e Lescuyer, 1971). No entanto, o carácter de Lenine é muito mais revolucionário, afastando-se de alguns ideais originalmente marxistas. Ao contrário de Marx, que supunha que a revolução teria de começar nos países mais desenvolvidos e industrializados, a doutrina leninista apoia-se na teoria de que esta pode começar onde o capitalismo está mais debilitado, sendo que o atraso social de um país pode ser suplantado pela utilização de meios políticos, como a ditadura do proletariado (Prélot e Lescuyer, 1971).

Todos os ideais e lutas doutrinárias de Lenine culminam em 1917 com a vitória bolchevique na revolução de outubro. Consolidada a revolução, Lenine

quer fazer do partido comunista bolchevique um instrumento revolucionário permanente, pouco lhe importando o número de simpatizantes e de efetivos (Touchard, 1959b). Não acredita na eficácia dos atentados terroristas dos socialistas revolucionários, mas sabe que, se se pretende transmitir a mensagem e o método revolucionário às massas russas, se torna indispensável um partido formado por revolucionários permanentes, treinados com todos os métodos de atuação, inteligentes e eficazes, teóricos e capazes de agir, devendo excluir do seu seio todos os demagogos e os traidores, tendo de ser disciplinado e com uma direção centralizada.

Depois da revolução bolchevista de 1917, o marxismo, com o seu contributo leninista, passa a ter uma base concreta: certas repúblicas socialistas passam a denominar-se de marxistas-leninistas (Touchard, 1959b). Tendo tido uma ramificação extensa pelo mundo, é necessário apresentar uma história dos desenvolvimentos do marxismo-leninismo. Para Lenine, sem teoria revolucionária não existe movimento revolucionário, sendo a ideologia um instrumento indispensável à luta soviète, contrariando o sentido pejorativo que Marx dava ao conceito ideológico (Lenine, 2009). Logo após a conquista do poder pelos soviètes, Lenine temia que, sem uma estrutura composta por dirigentes munidos de uma ideologia sólida, a vitória conquistada lhes poderia ser confiscada por falta de direção ideológica. Defende, por isso, que a ideologia, embora seja um guia para a ação, necessita da experiência revolucionária do proletariado internacional, bem como a sua ligação à prática.

A ideologia marxista-leninista estabeleceu uma verdadeira organização da formação ideológica (Touchard, 1959b). Os membros do partido têm como primeiro dever formar-se intelectualmente, nunca pondo de parte a sua atividade reflexiva de filósofo ou ideólogo, não esquecendo nem que seja por um momento o seu objetivo revolucionário. Isto contribui para o desenvolvimento de espírito de partido e para o assimilar de todo o saber humano fundamental para a formação de um bom comunista. A formação ideológica dos quadros superiores do partido é tão indispensável que, se um deles comete um erro, este é considerado uma má assimilação dos princípios teóricos do marxismo-leninismo (Touchard, 1959b).

Tal como Marx e Engels, Lenine considera o Estado como forma de legitimar a dominação alienante da burguesia, sob a capa de igualdade perante

a lei e liberdade de voto, tentando, por isso, a sua formulação das fases de transformação do capitalismo tendo em vista o fim comunista (Prélot e Lescuyer, 1971). Recusa-se, no entanto, a esperar a vitória do socialismo. Para passar do capitalismo para o comunismo, a ponte será a ditadura do proletariado. A revolução proletária tem um grande objetivo: a democracia real através do regime comunista. Para chegar a este ponto, tem como objetivo o aniquilamento total do Estado burguês e não o seu progressivo enfraquecimento. A ditadura do proletariado, ao contrário das teorias de Marx, passa a ser imediatamente diferente do Estado que acaba de ruir, não porque a dominação e a violência desapareçam, mas porque este novo Estado irá fundamentar o fim dos privilégios e dos conflitos entre classes: repudiando o democratismo considerado opressor, prepara-se o caminho para a verdadeira liberdade (Prélot e Lescuyer, 1971).

Lenine (2009) afirma, assim, que o problema do prazo e das formas concretas da morte do Estado opressor não pode ser apresentado de forma concreta, mas acredita que uma vez que o novo organismo estatal esteja em funcionamento, o enfraquecimento do antigo Estado começará sem demora. Quanto aos que criticam a disciplina da máquina leninista, Lenine replica que, a severa disciplina do proletariado, bem como a total concentração dos esforços, constituirá a condição fulcral para o desaparecimento futuro de qualquer tipo de violência, tanto económica como política. Pouco antes da sua morte, Lenine refletiu sobre a possibilidade de se desencadear uma revolução socialista no mundo ocidental que não fosse semelhante aos meios da URSS. Na altura da II Guerra Mundial esta ideia foi retomada como verdade oficial no mundo comunista. Passou a falar-se de diferentes caminhos que levariam ao socialismo, surgindo a ideia de que o marxismo-leninismo poderia aparecer dentro do seio do capitalismo e não de uma revolução (Touchard, 1959b).

O Totalitarismo de Estaline

A Lenine faltou-lhe o tempo e as forças para desenvolver a doutrina do Estado socialista. Esta é a obra do seu sucessor, Estaline (Prélot e Lescuyer, 1971). Este, apesar de reconhecer a obra dos seus antecessores, começa uma nova etapa baseada na ideia de que, para se atingir o comunismo, tem de se

reforçar o Estado e a sua ditadura. Ao contrário de Lenine, Estaline não constrói teorias, mas máximas de ação: reorganiza a economia e a administração, reforça o Estado, centraliza o poder e consolida o partido, priorizando a revolução num só país, a URSS.

Trotsky opôs-se ao modelo aplicado pelo novo líder russo, defendendo que: o facto de se limitar a revolução a um único país levaria à reconstituição burocrática e militar do Estado; renunciando ao internacionalismo libertador, a URSS seria obrigada a recorrer ao imperialismo militar e a uma política de domesticação dos partidos comunistas estrangeiros, para os transformar em instrumentos da sua estratégia (Touchard, 1959b). Estaline responde que o modelo estalinista aplicado na URSS deve servir como referência para o proletariado estrangeiro poder prosseguir com as revoluções socialistas nos seus países. A revolução socialista na Rússia foi, assim, a fase decisiva para o seguimento da revolução mundial, que culminará no triunfo comunista.

Enquanto Lenine foi o organizador da revolução social, Estaline foi o arquiteto totalitário e burocrata do Estado socialista (Prélot e Lescuyer, 1971). Para compreendermos melhor a corrente estalinista, é mais fácil entendermos o impacto que esta teve nas sociedades, visto que, ao contrário de Lenine, os escritos deixados por Estaline foram mínimos. Apesar de seguir certos princípios do marxismo-leninismo, o estalinismo apresenta também as suas dissemelhanças: o Partido Comunista passa a controlar todas as atividades políticas, económicas, culturais e sociais; apresenta um sistema ideológico altamente nacionalista, marcado pela opressão e pela violência; os interesses do Estado soviético e a sua doutrina política são a razão suprema, onde conceber outra ideologia política ou opor-se ao regime comunista é considerado crime; os organismos de repressão passam a ser multiplicados e ampliada a sua função (Prélot e Lescuyer, 1971).

Ao contrário da ditadura do proletariado que assume a soberania popular, Estaline apresenta uma ditadura marcada pelo incessante culto de personalidade. O seu Estado socialista torna-se, assim, num Estado totalitário (Prélot e Lescuyer, 1971). Esta corrente estalinista espalhou-se por grande parte do Leste europeu, dando origem a ditaduras repressivas e períodos de dificuldades para as respetivas populações. O controlo ideológico exibido por

esta corrente doutrinária terá, por isso, um grande destaque no desenvolvimento dos próximos capítulos desta dissertação.

A Interpretação de Mao

O conceito de revolução permanente está presente em Marx desde 1850, sofrendo mutações doutrinárias tendo em conta os países onde o comunismo se estabeleceu, como é o caso das diferenças em relação ao conceito de revolução permanente de Trotsky. É, no entanto, com os marxistas chineses que este conceito é alargado. Para Mao Tsé-Tung, a passagem à sociedade socialista não determina o fim das revoluções nem a chegada a um ponto de transformação suficientemente definitivo. Depois da revolução socialista, o número de revoluções passa a ser infinito, pois renascem sempre novas contradições com cada nova revolução. A humanidade, que se encontra na juventude, pode moldar conscientemente o seu próprio futuro, através de incessantes mudanças na sociedade e na natureza (Tsé-Tung, 2016).

É de notar que sempre houve uma manifestação por parte de Mao e dos seus discípulos de não se identificarem com o comunismo soviético, afirmando autonomia política e originalidade intelectual nas doutrinas comunistas chinesas. Tal não corresponde à realidade histórica. O comunismo chinês descende, numa linha reta, do bolchevismo russo, apoiando-se nos ombros das doutrinas de Lenine, mas também no inerente nacionalismo chinês e na tese do império do meio milénar, agora vermelho (Prélot e Lescuyer, 1971). Após o triunfo da revolução soviética, novos temas surgiram do modelo base do marxismo-leninismo, sendo relevante falar da guerra revolucionária na China. A longa marcha dos camponeses revolucionários liderados por Tsé-Tung para a conquista do poder é o protótipo da luta revolucionária intimamente ligada ao instrumento ideológico que a orienta (Touchard, 1959b). Sendo que a revolução proletária falhou devido à traição do Kuomintang (partido nacionalista chinês), Mao, que se assume como o maior marxista-leninista da História, decide apoiar-se na única força revolucionária que existe na sociedade chinesa: os camponeses (Tsé-Tung, 2016).

Tirando partido da imensidão do território e da impotência do Governo central, Mao e os seus companheiros desencadeiam uma guerra civil

permanente. Combina o exército com as guerrilhas, compostos por soldados-camponeses. Almejam uma vitória total, enquanto prosseguem numa obra marcada pela: transformação social, política e económica; destruição do antigo feudalismo através de reformas agrárias, visto que grande parte dos participantes são camponeses e o território ocupado é agrícola; luta contra o analfabetismo, libertação da mulher, desmembramento da família e formação ideológica (Touchard, 1959b). Mao insiste que a conquista do poder por meio da guerra revolucionária é imposta pela situação específica da China. Estabelece como problemas: a classe camponesa explorada pela burguesia; domínio do país pelos imperialistas japoneses e americanos (Tsé-Tung, 2016). Este último problema acabará por marcar um tema comum ao comunismo asiático, especialmente na Coreia do Norte.

Enquanto Marx admitia que o único agente da revolução seria o proletariado industrial, as teses do marxismo-leninismo de Lenine e Mao já assumem um grau de importância dos camponeses pobres na revolução, sobretudo no caso da China. Quase todos os marxistas revisionistas antes de 1917 partilhavam a concepção de que uma vez iniciada uma revolução comunista num país, esta deveria alargar-se aos outros países onde existiria uma situação revolucionária (Touchard, 1959b). Não foi previsto que o proletariado ou os camponeses pudessem realizar uma revolução socialista num país sem a ajuda do proletariado estrangeiro. As novas concepções ideológicas comunistas acabaram por provar uma evidência nacionalista, contrariando o internacionalismo revolucionário original de Marx e de Lenine.

No século XX surgiram novas ideologias, enquanto outras, outrora poderosas, desaparecem do mapa. Nunca uma doutrina política teve uma expansão comparável ao marxismo-leninismo depois do início do século passado. Os regimes comunistas, nos anos 50, cobriam grande parte da Terra, permanecendo até nos países onde o comunismo lhes é mais hostil. Estes movimentos não afetaram apenas a Europa, dando origem a interpretações doutrinaárias em países como a China e Cuba (Touchard, 1959b). Foi também um século que viu surgir o triunfo do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão, que denunciavam uma crise da democracia. Foi um século marcado por mudanças não só na política, mas também na literatura, na filosofia, na economia e na técnica.

Capítulo III

O Comunismo e o Turismo

A formação da identidade nacional de um país depende do passado histórico, do presente e de perspectivas para o futuro (Hendersen, 2007). 30 anos após a queda da União Soviética, bem como da abertura de muitas economias do Leste europeu e da Ásia ao capitalismo estrangeiro, as questões identitárias que compõem estes países em muito se alteraram, refletindo diferentes abordagens, de acordo com as transições políticas, económicas, culturais e sociais que sofreram (Slocum e Klitsounova, 2020). Esta transição tem assistido a uma abertura destes países à globalização e à influência do mundo ocidental, mas tem igualmente resultado num crescente conflito entre as populações locais e os turistas estrangeiros, devido a questões ligadas com a exaltação hereditária de valores e princípios provenientes de um longo período de governação comunista que ocupou grande parte do século XX.

Tudo isto molda a perceção identitária de um país, refletindo-se na herança cultural e histórica, que podem servir como atrações turísticas, contribuindo, posteriormente, para o desenvolvimento da economia nacional. Também serve como um bem político, sendo usado pelos governos para servir os seus interesses e controlo identitário e ideológico. Estas múltiplas funções da herança são aparentes em todo o mundo e há muitos casos onde a sua aplicação serve unicamente um propósito ideológico: construção e conceptualização de identidades preferíveis às aplicadas no país (Hendersen, 2007).

Antes de prosseguirmos com a nossa dissertação, falta-nos desenvolver um pouco mais porque razão o turismo interessa aos países ditatoriais e ao comunismo em particular. Em primeiro lugar, o turismo servia uma campanha propagandística de enaltecimento da grandeza e da aparente superioridade dos regimes (Hall, 1994). No caso do turismo entre países socialistas do Leste europeu, tal servia também para fortalecer os laços entre as populações e para servir o sentido de unidade comunista. Outro fator prende-se com a necessidade de investimento estrangeiro, de modo a desenvolver a economia nacional e evitar o seu colapso. Este fator recebeu mais atenção no comunismo asiático, especialmente na China pós-Mao, através do balanço entre zonas turísticas economicamente rentáveis e o controlo ideológico daquilo que se pode visitar.

Ao longo do século XX, correntes políticas nacionalistas de influência marxista-leninista, com todas as suas variantes doutrinárias, espalharam-se pelo mundo, estabelecendo-se principalmente no Leste da Europa e na Ásia (Slocum e Klitsounova, 2020). Estes regimes governados por modelos estalinistas e maoístas, em muitos casos, exercem um controlo social, económico e político sobre as escolhas e ofertas a que o visitante estrangeiro pode aceder, podendo estar limitado a realidades previamente escolhidas pelo regime (Hall, 1994). De forma a entendermos as relações entre regimes ditatoriais comunistas e o controlo que exercem no turismo dos seus países, neste capítulo iremos prestar uma análise a estas duas áreas, devido ao seu carácter dominante e de grande controlo ideológico, durante o longo período da História em que estiveram e, em alguns casos, ainda estão aplicados.

O Estalinismo e o Leste da Europa

O século XX viu, acompanhando o crescimento da industrialização, o desenvolvimento do turismo. Enquanto os países ocidentais desafiaram as fronteiras geográficas do turismo, a URSS e os países socialistas do Leste, optaram por uma tipologia de turismo única: as fronteiras impostas para o turismo, eram também as fronteiras que separavam o Leste do Ocidente, não podendo ser trespassadas pelos turistas das regiões comunistas. Esta reinvenção do turismo também propôs um controlo entre o que é desejável e o que é permitido, o que são interesses do coletivo e o que são interesses individuais (Pedersen e Noack, 2019).

Durante a Guerra Fria, a competição cultural Leste-Ocidente manteve-se de forma bastante cerrada. A URSS funcionava como uma membrana semi-penetrável, em que bens e produtos podiam circular para ambos os lados. Os turistas ocidentais podiam entrar com bastante facilidade, tendo em conta o crescente número de turistas durante os últimos anos da URSS, no entanto, os seus movimentos eram altamente restritos, através de excursões controladas pelas organizações turísticas e autoridades soviéticas (Pedersen e Noack, 2019). As visitas aos monumentos serviam como forma de exaltar o poder do comunismo e a prosperidade soviética em comparação ao Ocidente. Esta falta de contacto com a população local servia como precaução para a não

contaminação ideológica de ideias capitalistas no Leste. Quanto à saída de turistas para o Ocidente, este número era bastante reduzido, sendo necessárias autorizações especiais para o seu movimento turístico. Com o apertar da repressão dos regimes socialistas, nos anos 70 e 80, houve um crescente aumento do número de emigrações, o que perfurou a membrana fronteiriça soviética, que viria a cair no final dos anos 80 e no princípio dos anos 90 (Pedersen e Noack, 2019). Começamos, então, a destacar os pontos específicos deste controlo ideológico no turismo, por parte dos regimes socialistas.

Até ao final dos anos 30, o crescimento do turismo nas regiões do Leste da Europa tinha sido notável, sendo áreas com bastante procura por parte de turistas ocidentais, que procuravam destinos propícios ao descanso (Slocum e Klitsounova, 2020). No entanto, em 1940, com a ocupação das forças soviéticas, os hotéis e serviços turísticos foram nacionalizados e reservados para um grupo específico de pessoas aprovadas pelo regime estalinista. Depois da II Guerra Mundial, grande parte das regiões do Leste europeu foram afetadas por regimes estalinistas que governaram até à queda da URSS (Slocum e Klitsounova, 2020).

Segundo Slocum e Klitsounova (2020), o turismo nos países do bloco de Leste pode, por isso, ser dividido em três períodos: período do socialismo (1945-1990); período de transição (1990-2004/2006); período de ressurgência global (2004/2006-dias de hoje). Para os cidadãos do bloco de Leste, o período socialista foi marcado maioritariamente pelo *social tourism*, que aprofundaremos mais à frente nesta dissertação. Os cidadãos não viajavam muito devido à falta de liberdade no movimento turístico para fora das suas fronteiras, associados a questões relacionadas com a obtenção de vistos, problemas financeiros e a dificuldade em obterem passaportes, criando limitações no processo de viajar. Normalmente existia apenas uma agência turística por país, gerida pelo Estado: Intourist (URSS); Balkantourist (Bulgária); ONT Carpați (Roménia), entre outras (Pedersen e Noack, 2019).

Após a sovietação de 1948, um grande número de turistas ocidentais viu com curiosidade a possibilidade de explorar o ambiente isolacionista soviético. A URSS viu uma oportunidade para demonstrar a grandeza dos regimes socialistas e uma forma de receber capital estrangeiro (Pedersen e Noack, 2019). No entanto, suspeitas de espionagem e a má influência na população local, instaurando novas ideias e modas, foram vistas de forma negativa pelos

regimes estalinistas. O turismo durante a Guerra Fria foi visto como um campo onde vigoravam a competição cultural, económica e ideológica, para além de questões de quebras de segurança interna. A promessa do Leste europeu de oferecer melhor qualidade de vida do que o Ocidente, aumentou a procura de produtos turísticos comunistas. No entanto, o desenvolvimento do turismo como produto não resistiu às falhas e contradições do sistema socialista e económico estalinista (Pedersen e Noack, 2019).

Com a soberania estalinista após a II Guerra Mundial, o Leste europeu incorreu num processo de nacionalização da economia, acabando com o uso da propriedade privada. O turismo não foi exceção (Zmysłony e Nowacki, 2020). Os regimes comunistas desta região entraram numa economia centralizada que os acompanharia até à transição democrática pós-estalinista dos anos 90. Devido à falta de investimento privado, proveniente da total nacionalização de todas as áreas do regime, grande parte destes países acabou por passar longos períodos de racionamento de bens e de baixos salários. No entanto, esta similaridade na economia, também acompanhou o desenvolvimento e as estratégias de turismo aplicadas nas várias regiões. Como em todas as outras áreas, o setor turístico ficou subordinado à ideologia e à política, sendo grande parte das viagens turísticas feitas em grupo e com um fundo propagandista (Allcock e Przeclawski, 1990). Questões começaram a surgir: que atrações deviam ser promovidas aos turistas ocidentais? monumentos pré-socialistas (*spas*) ou feitos do regime socialista? como é que os turistas chegariam a esses destinos, como iriam ser guiados, alimentados e acomodados? O controlo de turistas ocidentais tornar-se-ia difícil com a admissão de turistas individuais e com meios privados de transporte (Pedersen e Noack, 2019).

Para entendermos mais especificamente o controlo ideológico de turistas ocidentais pelos regimes estalinistas, tomemos como exemplo o caso da Estónia (Ruukel, Reimann e Tooman, 2020). Depois da II Guerra Mundial, a Estónia foi ocupada pelas tropas soviéticas e tornou-se parte da URSS. A sua maior fonte de turismo (turismo rural) nas zonas agrícolas sofreu uma enorme repressão, com cerca de 20000 agricultores a serem enviados para a Sibéria num período de 3 dias, em 1949. Deixaram de ser permitidas propriedades privadas, sendo as quintas agrícolas e as terras nacionalizadas. Neste período, o turismo não era considerado seguro, especialmente nestas zonas rurais.

Em 1953, com a morte de Estaline e a ascensão ao poder de Khrushchev, os cidadãos deportados para a Sibéria puderam voltar, começando também a aparecer as primeiras reformas sociais e económicas que facilitaram as trocas internacionais (Ruukel, Reimann e Tooman, 2020). Nesta altura, deu-se o aumento das atividades turísticas, sendo permitida a deslocação para todos os países da União Soviética. Foi nos anos 60 que se começaram a estabelecer os sanatórios e *spas*, que tinham, normalmente, vista para paisagens naturais. O turismo era organizado maioritariamente para turistas soviéticos, havendo uma restrição bastante grande a turistas estrangeiros. Estes apenas podiam ficar acomodados em Tallin e Parnu, sendo sempre acompanhados por oficiais do KGB. Todos os programas eram altamente planeados, incluindo: visitas às zonas rurais, de forma a exaltarem os feitos do regime comunista na agricultura; exaltação de estátuas e monumentos nas grandes cidades, de forma a mostrar a grandeza socialista (Ruukel, Reimann e Tooman, 2020).

Onde os estudiosos também se debruçam regularmente é no caso da Roménia. Sob o governo de Nicolae Ceaușescu, um dos líderes estalinistas mais repressivos de todo este período, o turismo romeno teve duas grandes fases de desenvolvimento turístico (Boia, 2001). A primeira fase (1965-1971) foi marcada por um período de grande abertura ao mercado estrangeiro, com investimentos nas infraestruturas turísticas, existindo uma maior liberdade de circulação para o país (Parra e Ferraz, 2021). A segunda fase (1971-1989) reverteu todo este processo, levando a Roménia a fechar a ponte para o mundo ocidental, com um grande controlo na entrada e circulação dos turistas estrangeiros, bem como cortes no abastecimento de comida e de energia, provenientes de reformas económicas que pretendiam aliviar a dívida externa (Light e Dumbrăveanu, 1999). Na Roménia, um dos destinos mais procurados pelos turistas ocidentais, principalmente pela acessibilidade de preços e pela oferta turística junto à costa do Mar Negro, o contato entre locais e turistas era também altamente monitorizado, sendo as experiências turísticas maioritariamente focadas em pacotes turísticos de grupo: todos os turistas eram acompanhados por um membro do Ministério do Turismo da Roménia (Parra e Ferraz, 2021).

Como analisado nestes dois casos, a monitorização de turistas era uma constante por todo o Leste europeu, maioritariamente como medo de contaminação ideológica pelo contato entre locais e turistas. Como nos diz Hall

(1994), o turismo concentrava-se em áreas específicas permitidas pelo regime. Isto deve-se ao controlo dos ideais que deveriam passar aos turistas, não havendo uma total demonstração da realidade de cada país. Esta estratégia de desenvolvimento socialista subordinou o turismo internacional a um modelo económico único, através de: implementação de políticas que procuravam a igual distribuição de bens e serviços na área específica; melhoria de infraestruturas, não para os turistas estrangeiros, mas para a população nativa; promoção da paz internacional; enaltecimento da superioridade da ideologia socialista; desenvolvimento turístico tendo em conta a imagem que será passada do país para o exterior. Todos estes objetivos só podem ser conseguidos com um grande controlo ideológico por parte do governo e por uma organizada estruturação dos objetivos políticos e económicos para o turismo (Hall, 1994).

A similaridade nas abordagens turísticas das regiões socialistas do século XX também mostrou uma semelhança nas respetivas consequências: após um período inicial de prosperidade e investimento nas infraestruturas turísticas, abrangidas pelo processo de nacionalização de todas as áreas do regime, a falta de investimento privado estrangeiro, contribuiu para que a maioria destes países entrassem em rutura económica, levando a quebras e racionamento de bens alimentares e, consequentemente à fome e à miséria das populações. O turismo, através da sua natureza capitalista, promove os valores ocidentais de consumismo, independência e expropriação cultural, todos estes contrários aos valores comunistas de solidariedade e coletividade do proletariado (Klitsounova e Slocum, 2020). No período soviético, as economias dependiam de apoio estatal para o desenvolvimento de infraestruturas e das comunidades, no entanto, o sucesso do capitalismo recai na diversidade de investimentos de capital que permitem um maior desenvolvimento a nível ambiental, dos serviços fiscais e das infraestruturas.

As duas exceções que, frequentemente se apontam como modelos de crescimento turístico neste período, são os casos da Hungria e da Bulgária. No caso da Hungria, isto deve-se a um dos exemplos em que o passado socialista não exerceu uma forma tão repressiva de governar, sendo considerada uma das formas benignas do socialismo, com um controlo político e ideológico mais brando do que nos outros países do Leste da Europa (Valuch, 2014). No caso da Bulgária, este crescimento deveu-se à promoção do turismo búlgaro no

mercado ocidental, o que contrariava a tendência do período comunista europeu. A oferta de dois destinos turísticos (montanha e neve; sol e praia) pela agência de turismo búlgara *Balkantourist* levou a que o pouco capital que entrava no país proviesse do turismo (Stankova et al., 2020).

Apesar do controlo ideológico exercido aos turistas ocidentais, a entrada de visitantes estrangeiros constituía uma pequena percentagem do turismo que se praticava nestes países. Dentro deste período, a maior tipologia utilizada era o *social tourism*, que deu o mote para o crescimento de estâncias termais e de sanatórios, revelando a grandeza dos regimes comunistas (Klitsounova e Slocum, 2020). Estas infraestruturas turísticas foram desenvolvidas para albergar os trabalhadores e as suas famílias, oferecendo-lhes um período de lazer único no bloco socialista. Este tipo de turismo era totalmente subsidiado pelo Estado, ou pago apenas 10 a 20% pelos trabalhadores. Excursões de estudantes e de trabalhadores também podiam ser organizadas dentro desta tipologia turística, tendo estas férias como principais objetivos: a exaltação dos valores do regime socialista e a sua propaganda (Klitsounova e Slocum, 2020).

Minnaert, Maitland e Miller (2009, p. 316) definem *social tourism* como “as relações e fenómenos no campo do turismo, resultantes pela participação em viagens, por parte de elementos com fracas condições económicas da sociedade.” O *social tourism* para grupos com poucas condições económicas faz parte das políticas sociais de vários países, apesar de poucos estudos existirem acerca disso. No bloco socialista do Leste europeu, o *social tourism* era a forma de turismo mais usual, devido à falta de meios financeiros que permitissem aos seus cidadãos saírem do seu próprio país, bem como pela inclusão de destinos específicos aprovados pelo regime, que fomentavam a prática de turismo em zonas munidas de grande simbologia ideológica e, assim, fortalecendo a união socialista entre os cidadãos desse país (Klitsounova e Slocum, 2020).

Grande parte do turismo promovido entre os países socialistas era o *spa tourism*, em parte devido aos recursos naturais, mas também à tradição histórica e ao acesso dos operários a produtos que anteriormente pertenciam unicamente à aristocracia e à alta burguesia (direitos da classe revolucionária). Era, assim, uma fonte de relaxamento que, ao mesmo tempo, não possuía o hedonismo descontrolado dos destinos de praia. No caso romeno, maior parte destas infraestruturas situavam-se no meio dos Cárpatos, com uma atmosfera natural a

envolver os espaços (Erdeli et al., 2011). Muitos turistas chegavam de países comunistas, durante este período, apenas para ingressarem nesta tipologia turística. Existia um sentimento de grandeza a acompanhar estas estâncias carregadas de simbologia ideológica. Com o objetivo de aumentar o sentido de camaradagem entre turistas comunistas, dando um sentido de comunidade socialista, estes edifícios grandiosos tentavam legitimar a magnificência e o bem-estar duradouro do império soviético.

Na Estônia, o regime de Moscou instalou um grande nível de patriotismo na educação estônia, passando o turismo a servir como meio de propaganda ideológica da URSS. Nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial, à maneira do bloco socialista, a maior aposta turística deu-se nas infraestruturas termais. O turismo soviético contribuiu para a construção de uma unidade entre os países socialistas, sendo altamente encorajado (Ruukel, Reimann e Tooman, 2020). Qualquer tipo de deslocação para fora dos limites da URSS não era permitido, havendo uma noção imposta aos cidadãos de que só podiam baixar a guarda e obter uma imunidade de contaminação ideológica ocidental, se permanecessem nos limites do Leste europeu. As suas fronteiras eram fortemente guardadas para impedir a deserção de cidadãos soviéticos. O setor turístico tinha, por isso, pouca influência no desenvolvimento económico dos países socialistas, sendo até visto como não importante para a economia (Zmysłony e Nowacki, 2020). A Eslováquia foi dos poucos países socialistas que deu importância à investigação na área do turismo, nas universidades, como parte fundamental da formação dos jovens socialistas e da reestruturação económica. Não só no bloco socialista, mas a nível global, os primeiros passos dados no âmbito da investigação turística deram-se em Bratislava (Kučerová, Gajdošík e Elexová, 2020).

A exaltação de áreas específicas dos regimes que, durante o período de atividade no Leste europeu, ocupava a posição de demonstração da grandeza comunista, acabou por dar lugar, após a queda destes Estados e das suas respetivas transições democráticas, à atitude oposta: o afastamento do turista do passado e da herança socialista (Pohrib, 2015). Existiram, no entanto, duas abordagens: a destruição, ocultação e negação da herança comunista; a sua contextualização e posicionamento em infraestruturas turísticas adequadas à temática (Light, 2000). Esta diferença de posicionamento relativa à herança comunista depende de fatores como o nível de vida e o bem-estar da população

durante o período socialista, bem como o grau de repressão adotado pelos vários regimes comunistas. Ao falarmos de herança comunista, remetemos para um legado cultural composto por elementos sociais e políticos que legitimam, de certa forma, o movimento em questão. São elementos com uma forte carga ideológica, quer sejam estátuas ou edifícios, que são distinguidos pela sua forte carga política no turismo, podendo ser usados pelos vários governos, como uma ferramenta para idolatrar ou condenar o movimento em questão (Stanciugelu, Țăranu e Rusu, 2013).

Atualmente, alguns autores têm-se debruçado sobre esta abordagem em relação à herança comunista. Em países como a Albânia, a Roménia e a Bulgária, que apresentavam regimes ditatoriais repressivos, possuindo os dois primeiros países as mais violentas revoluções do bloco socialista, o apagamento e ocultação do passado socialista é bastante notável (Kruja, Lufi e Kruja, 2012). Na Bulgária, o mausoléu de Dimitrov foi vandalizado e, maior parte das estátuas em honra dele erigidas foram destruídas (Ivanov e Achikgezryan, 2017). Na Albânia, os edifícios da era comunista incorreram um processo de descomunização, tendo sido destituídos de qualquer vestígio da era socialista, evitando a promoção desse passado como meio turístico (Këlliçi e Iacono, 2015). Na Roménia não existe qualquer menção à herança comunista em pacotes turísticos, deslocando o interesse dos turistas para outras zonas de atração. A abordagem da Hungria, no entanto, foi bastante diferente, adotando medidas de contextualização do passado na oferta turística de Budapeste. Exemplo mais comum disso é o Szoborpark, parque à saída da cidade que inclui um grande número de estátuas do período socialista (Light, 2000). A deslocação destas estátuas do seu local original remete para a tentativa de torná-las em objetos de museu, em vez de um local de culto. Existem, assim, duas atitudes face à herança comunista: a transformação da herança (criação de museus); diluição da sua essência (destruição de monumentos ou a sua alteração).

Antes de analisarmos o controlo ideológico imposto pelo comunismo asiático, notemos que, os antigos países do bloco soviético e os antigos países estalinistas do Leste europeu procederam de duas formas distintas na sua transição para a economia global: países como a Hungria, a Polónia, a Roménia, bem como outros países bálticos, acabaram por se aliar aos valores económicos ocidentais, revelando-se em muitos deles a aliança à UE (Klitsounova e Slocum,

2020); países como a Bielorrússia mantiveram fortes ligações com a Rússia, mantendo um regime altamente fechado e com elevada carga repressiva e ideológica (Leshchenko, 2008); antigos países soviéticos da Ásia, como o Cazaquistão, têm mantido uma maior relação com a China. No entanto, grande parte destes países não têm tido os resultados de crescimento económico prometidos pelo capitalismo (Klitsounova e Slocum, 2020).

A procura pelo passado comunista destes países acaba por vir ao encontro do conceito de *dark tourism* proposto por Stone (2009). Segundo o autor, poderemos definir esta tipologia turística como o ato de viajar para locais associados com a morte, o sofrimento e o macabro, tendo hoje em dia bastantes subdivisões associadas ao turismo de guerra, de holocausto e até mesmo de escravidão. No caso dos países de Leste europeu, as motivações turísticas aplicadas ao *dark tourism* estão relacionadas com a busca de um passado não muito distante, marcado pela repressão, pela fome e pela miséria provocada à população (Stone, 2009). Como veremos mais à frente, esta tipologia turística não se retém nos países do Leste europeu, sendo bastante notável na Ásia, onde acabaremos por ver a sua influência aplicada ao turismo da Coreia do Norte.

Prosseguiremos agora para a análise do controlo ideológico comunista no turismo da região asiática. Esta divisão de análise do Leste europeu do século XX e da Ásia deve-se a duas razões: a manipulação ideológica ocorre ainda no período da nossa atualidade; por questões de articulação com a segunda parte desta dissertação, onde se aprofundará a análise deste controlo ideológico no turismo, tendo em conta o caso empírico da Coreia do Norte, apresentando influências do movimento chinês.

O Maoísmo na Ásia

Existem muitos estudos acerca dos usos e abusos políticos de herança comunista aplicada ao setor turístico, especificando o conteúdo de análise referente aos regimes estalinistas do Leste da Europa (Henderson, 2007). Como apontado anteriormente, durante o período comunista soviético, o turismo era orientado em torno da demonstração dos feitos soviéticos, exibindo a grandiosidade e desenvolvimento da URSS face ao ocidente. Com a queda dos regimes socialistas do Leste Europeu, têm sido feitas constantes análises sobre

o que fazer em relação a esta herança. No entanto, na Ásia, alguns países ainda professam o seu caráter comunista, como a China, que ainda se assume como um Estado socialista com características chinesas (Li, Hu e Zang, 2010). Estes regimes têm também de avaliar os desafios relacionados com a apresentação da sua herança para visitantes, ao mesmo tempo que lidam com o desenvolvimento e constante mudança da oferta turística global. Viremos agora o nosso olhar para a abordagem maoísta ao turismo.

Tirando o caso norte-coreano, que iremos abordar na segunda parte desta dissertação, o comunismo asiático atingiu a sua máxima influência em duas regiões: a China e a Indochina. Ao contrário da Europa, onde existiu um processo de revolução industrial marcante no século XIX, este mal aconteceu nestas regiões asiáticas, priorizando a ruralização e os meios agrícolas até metade do século XX. Esta crescente ruralização, economias centralizadas e a completa nacionalização de todas as áreas políticas, económicas, culturais e sociais, aliado a um nacionalismo enraizado: tudo isto contribuiu para a um atraso no desenvolvimento económico destes países (Ryan et al., 2016). Poucas informações existem sobre o turismo durante o comunismo indochinês, pelo que tomamos o caso chinês como modelo para esta análise ideológica na Ásia.

Separamos o controlo ideológico asiático do estudo do Leste europeu devido ao seu agravamento da intensidade restritiva durante o século XX (Sofield e Li, 1998). Desde a sua criação em 1921, até à vitória sobre o Kuomintang em 1949, que estabeleceria o início do seu longo governo, o CCP expôs a necessidade de apresentar e modelar uma nova herança socialista que representasse os verdadeiros interesses do partido, tendo como objetivos erradicar a influência ocidental e a cultura feudal na China, ao mesmo tempo que exibia um grau de nacionalismo acentuado, enaltecendo o passado milenar e a civilização chinesa (Meissner, 2006). Este controlo ideológico sobre a herança cultural chinesa dura até aos dias de hoje. O turismo sob a liderança de Mao (1949-1976) tem sido o caso de maior atenção por parte de académicos pelo seu cariz repressivo e pela peculiaridade das suas políticas (Sofield e Li, 1998). No bloco socialista europeu, o turismo era promovido entre os cidadãos dessa região, como forma de fortalecer os laços de camaradagem da sociedade soviética. Existia, no entanto, um forte braço de ferro ideológico com a entrada de turistas ocidentais, devido ao medo de contaminação ideológica capitalista.

No caso chinês, com a subida ao poder por parte de Mao, a China passou a ser governada sob uma economia centralizada, com objetivos de desenvolvimento da soberania chinesa: desenvolvimento do país, através do socialismo, a partir do interior das suas fronteiras; rápida modernização dos meios agrícolas e a sua progressiva industrialização; reforço da identidade nacional chinesa (Sofield e Li, 1998). No entanto, no turismo, foram adotadas políticas paradoxais de “não turismo”, através da proibição de qualquer tipo de atividade turística de cariz doméstico ou mesmo a circulação por fora das regiões de residência por parte dos cidadãos (excetuando deslocações de oficiais do CCP). A população viu-se obrigada a estabelecer um foco na construção de uma nova China, moderna e superior.

Foi neste período, ocorrido entre 1958 e 1962, que Mao propôs a campanha à qual denominou de *Grande Salto em Frente* (Dikötter, 2017a). No entanto, os objetivos iniciais de tornar a China numa superpotência industrial em 15 anos e de catapultar o país para além dos seus concorrentes ocidentais, não previram os resultados alcançados. Esta campanha proposta por Mao propunha, entre várias medidas: a coletivização todos os meios de produção; a deslocação de camponeses para grandes comunas sobrelotadas, onde a distribuição de comida era escassa tendo em conta as elevadas horas de trabalho dos trabalhadores; a industrialização das terras agrícolas, deixando a produção industrial nas mãos de camponeses que não possuíam os conhecimentos necessários para o desenvolvimento das novas labutas; a aplicação de técnicas agrícolas controversas levaram ao declínio acentuado na produção de cereais (Dikötter, 2017a). Aliada à fraca produção de bens, proveniente destas medidas, a entrega de colheitas para o Estado aumentou. Este regime altamente nacionalista e repressivo, aliado a uma economia centralizada e à má gestão dos recursos agrícolas (em prol da industrialização), levou a um longo período de fome e de miséria para os seus cidadãos, sendo-lhes mesmo negado qualquer tipo de atividade de lazer (Sofield, 2017).

Durante este período, a entrada de turistas estrangeiros era ainda mais restrita do que no Leste europeu, funcionando apenas como ferramenta diplomática, a partir de visitas guiadas aos maiores e mais grandiosos monumentos do regime comunista, comunas e locais revolucionários e de importância para o CCP. O contato entre a população local e os estrangeiros era

altamente controlado, através de uma monitorização dos turistas durante todo o dia (Sofield e Li, 1998). No entanto, a entrada de turistas estava restrita a países com regimes comunistas ou de terceiro mundo: os aliados do regime de Mao. A saída de turistas para outras partes do mundo apenas era permitida com um fim de estabelecer relações internacionais com países socialistas. Com os resultados da campanha *Grande Salto em Frente* em 1958, que levou a dezenas de milhões de mortos devido à fome, o controlo turístico cedeu a um agravamento, como tentativa de impedir que as notícias da miséria chinesa se espalhassem pelo mundo.

As relações diplomáticas com o exterior acabaram por se degradar ainda mais com a *Revolução Cultural* (1966-1976). Após a perda aparente de poder, relacionada com os efeitos do *Grande Salto em Frente*, Mao denuncia a presença de traidores dentro do partido (Dikötter, 2017b). Exibe, assim, a ideia de que, a única forma de combater os inimigos internos será através do seu pensamento ideológico. É então que Lin Biao, ministro da defesa chinês, manobrado por Tsé-Tung, coloca no bolso de cada soldado do *Exército de Libertação do Povo*, um pequeno livro vermelho que contém o pensamento revolucionário maoísta. Com o objetivo de eliminar todos os vestígios de capitalismo da China, Mao decide radicalizar ainda mais, virando-se para as massas populares, que se denominam de *Guardas Vermelhos*, incitando-os à insurreição (Dikötter, 2017b). O que se segue são dez anos em que milhares de jovens, estudantes, com um livro revolucionário na mão, se transformam numa organização paramilitar, levando à devastação moral e física de dirigentes do partido opostos a Mao, professores, intelectuais, chegando mesmo a provocar a morte dos seus familiares. Mao Tsé-Tung torna-se, assim, o alvo de um culto da personalidade exacerbado, passando a ser visto como um deus.

Apenas com a morte do presidente Mao, em 1976, e com a perceção do estado negativo em que estava a economia, o líder Deng Xiaoping, após a chegada ao poder em 1978, adotou um conjunto de reformas económicas que reconheciam a importância do turismo como meio de obtenção de capital estrangeiro e de desenvolvimento económico do país (Ryan et al., 2016). Podemos assim verificar que, o controlo ideológico asiático estabeleceu uma marcação muito mais cerrada ao desenvolvimento turístico do que o bloco socialista europeu.

Deng Xiaoping viu a necessidade de introduzir *open door policies* devido ao estado danificado em que Mao deixou a China. Dada a base ideológica explícita do sistema político maoísta, todas as reformas económicas procederam a mudanças substanciais na moldura ideológica chinesa. Deng teve de redefinir as políticas do país afastando-se um pouco dos princípios maoístas, sendo, no entanto, essencial reafirmar a primazia do socialismo e a legitimidade do CCP para governar (Sofield e Li, 1998). Deng passou a ver no turismo uma forma de reabilitar a economia do país.

O desenvolvimento da atividade turística, durante este período, teve duas fases: a primeira fase (1978-1991), com um afastamento dos meios de coletivização propostos por Mao e um programa de modernização que começou a abrir as fronteiras chinesas para o turismo internacional de países não socialistas (Sofield, 2017); a segunda fase (1992-presente), que acompanhou a passagem da China para uma economia de mercado em que o país passou a reger-se através de um balanço entre a gestão de investimento estrangeiro e controlo ideológico interno, através de: incentivo ao investimento em áreas ligadas à tecnologia, como é o caso de Xangai; fomento do turismo, levando à prosperidade económica (French, 2014). Por outro lado, através da censura e do controlo dos meios de comunicação, os turistas estrangeiros são afastados das zonas de pobreza, onde predominam os camponeses nas zonas rurais. Apesar da abertura ao turismo por parte do líder Deng Xiaoping, em 1978, continuou a existir um receio por parte do partido comunista, devido à divulgação das ideologias do Ocidente dentro das fronteiras chinesas. O turismo começou também a ser visto como fonte de novas práticas e interesses que passaram a ser adotados de forma negativa pela população chinesa, como: aceitação de subornos; aumento da prostituição; compra e venda ilegal de moedas estrangeiras (Hall, 1994).

Com a crise económica de 2004, houve um alívio das restrições turísticas no país, coincidindo com o desenvolvimento de uma das tipologias turísticas mais ligadas ao comunismo, o *red tourism*. O conceito de *red tourism* significa a exploração da herança histórica do CCP para o desenvolvimento turístico (Li, Hu e Zhang, 2010). Tal prática tem sido usada pelo Estado chinês com o fim de estabelecer o crescimento económico e desenvolver a imersão da ideologia comunista nas gerações mais jovens. De acordo com o programa de

desenvolvimento nacional de *red tourism*, proposto pelo comité central do CCP, esta tipologia de turismo é baseada numa atividade de aprendizagem e de nostalgia relacionada com locais de herança comunista (monumentos, relíquias e residências de antigos membros do regime), comemorando eventos revolucionários, heróis e os líderes do partido (Li e Hu, 2008).

Inicialmente, o controlo ideológico proposto pelo *red tourism* tinha a ambição principal de promover o espírito comunista entre as camadas mais jovens, os portadores do estandarte socialista, marcando a continuação de um regime que dura há 100 anos. Esta tipologia turística foi fundamental para relembrar às camadas mais jovens, da história dos revolucionários comunistas, bem como as contribuições do CCP para a independência nacional, libertação e prosperidade (Li, Hu e Zhang, 2010). O *red tourism* foi, em seguida, uma das estratégias para acelerar o crescimento da economia local. Crê-se que o turismo vermelho irá ajudar a construir e consolidar a indústria turística das áreas da revolução comunista. Ao mesmo tempo, irá estimular o crescimento de outros setores económicos, reestruturar a economia local, criar mais postos de trabalho e aumentar os ordenados. Para os turistas estrangeiros, foram criados roteiros específicos de *red tourism* que servem uma estratégia política de estimulação da nostalgia coletiva da herança socialista, de forma a legitimar o reinado comunista chinês. Através do departamento de propaganda do partido, a televisão, os jornais e os livros são usados como meios de propaganda desta tipologia turística (Li e Hu, 2008).

A abordagem asiática à herança comunista constitui também um perigo: com um número cada vez maior de turistas a visitar a China, houve também uma crescente procura de itinerários de *red tourism* (Li, Hu e Zhang, 2010). Ao contrário dos países do Leste europeu que tentam ocultar ou contextualizar o período comunista na sua ligação com a respetiva herança cultural, o caso da China e dos ex-países da Indochina (Vietname, Laos e Camboja) optam por exaltar os feitos revolucionários comunistas e a sua contribuição para a liberdade face ao imperialismo capitalista ocidental, numa perspetiva em que os seus opositores são tratados com um sentimento de traição e vergonha, sendo vistos como barreiras ao progresso socialista (Li e Hu, 2008). Mas ao compararmos as diferenças das metodologias aplicadas em ambas as regiões, no caso asiático notamos um sentimento de não-vergonha ao contrário do que acontece na

Europa do Leste. No caso da China, tal deve-se a uma manipulação interna, a um reescrever da História, de modo a apresentar à população a importante contribuição histórica do CCP para a independência chinesa (Li e Hu, 2008). O comunismo asiático acaba, assim, por apresentar como principais objetivos, a subsistência da sua identidade nacional e, em última análise, o mantimento, a qualquer custo, da soberania do reino comunista. Como veremos mais à frente, este constante reescrever da História, bem como o controlo ideológico aplicado à sociedade e aos turistas, são características inerentes ao modelo governamental norte-coreano.

O comunismo, como filosofia política tem recebido bastante atenção por parte das organizações turísticas, começando a preparar e a promover ofertas relacionadas com a herança comunista. Alguns comentadores acham perigoso a comercialização da oferta turística socialista como “parques temáticos” com prioridades na obtenção de capital, e uma ocultação do período histórico factualmente conturbado. A gestão eficiente destes recursos turísticos deve juntar um nível adequado de educação, conservação e desenvolvimento, senão corre-se o risco de manipulação e obscuração das verdades históricas, o que pode ser bastante perigoso (Henderson, 2007). Esta unilateralidade na contextualização ideológica do turismo e da herança socialista pode levar a uma repetição de políticas que levaram populações à miséria e à morte.

Tendo apresentado uma conceptualização teórica da ideologia na sua aplicação prática no turismo em regimes comunistas, resta-nos aprofundar o desenvolvimento do nosso caso empírico: a Coreia do Norte. Com um modelo de controlo ideológico estatal sobre todos os parâmetros económicos, políticos, culturais e sociais, o caso norte-coreano apresenta um modelo turístico único. Chegamos então ao culminar desta dissertação: a relação da ideologia comunista com o turismo do país mais secreto da atualidade. Entremos agora na segunda parte desta dissertação.

Parte B – A Realidade da Coreia do Norte

Capítulo IV

Contexto Histórico

De modo a compreendermos a realidade atual da Coreia do Norte e das características que lhe conferem a denominação de “reino eremita”, será necessário conhecer a história e os fatores que levaram a Coreia do Norte à conjuntura política, económica e social dos dias de hoje. Para entendermos o nacionalismo da DPRK ser-nos-á relevante empreender uma breve análise da história da formação do reino coreano, conectando-a com a opressão do período contemporâneo por parte do Japão. Desde a ocupação japonesa do início do século XX, da Guerra da Coreia e do processo de independência, até à tomada de poder da dinastia Kim, a história da Coreia do Norte em muito contribuiu para o secretismo e eremitismo da atualidade. Prossigamos então para a análise da história da Coreia do Norte.

Estamos no ano 109 do calendário *Juche*. O uso de um calendário que estabelece a história do país a partir do nascimento do líder Kim Il-sung (no ano 1912 do calendário gregoriano), mostra como os norte-coreanos reescrevem constantemente a sua história de forma a preencher os seus requisitos ideológicos. Significando autossuficiência, o termo *Juche* tornou-se numa filosofia política que permeia todas as áreas da sociedade norte-coreana, tendo mais relevância a nível político, económico, social e cultural, pelo que aprofundaremos os seus fundamentos mais à frente nesta dissertação (Trifoi, 2017). A DPRK, considerada o último Estado estalinista do mundo, uma monarquia comunista e nacionalista, continua a confundir e a preocupar os outros países do mundo. A Coreia do Norte continua a viver, ao fim de mais de 70 anos, sob um clima de repressão, autossuficiência e isolamento. É um regime que aparenta existir num constante estado de paranoia (French, 2014).

Apesar dos movimentos nacionalistas coreanos se terem estabelecido de forma mais organizada após a ocupação japonesa da Coreia (1910-1945), teremos de entender o clima de nacionalismo que já se tinha começado a formar durante o período da dinastia *Joseon* (1392-1910) pois, a repressão japonesa, por si só, não produz revolta nacionalista se não houver a consciência de uma identidade histórica única e antiga por parte dos coreanos. Teremos, por isso, de recuar ao período de formação da Coreia.

A Formação do Reino Coreano

A Coreia entrou no século XX como uma das sociedades mais antigas e culturalmente homogêneas do mundo, tendo permanecido politicamente unificada desde 676 D.C (Hwang, 2016). Das suas três dinastias: *Silla*, *Koryo* e *Joseon*, as duas últimas acabaram por governar durante longos períodos, algo historicamente invulgar. Durante mais de um milénio, a Coreia aproveitou uma considerável estabilidade, com poucas mudanças culturais radicais ou problemas sociais associados à transição de dinastias, tendo estas sido governadas, com algumas mudanças, por grande parte das mesmas famílias e instituições. Os valores e instituições coreanas mantiveram, assim, a imutabilidade da sua sociedade (Seth, 2010).

Estando a China no centro da civilização oriental, esta acabou por estabelecer influência nos seus vizinhos, como a Coreia. A obediência ao Estado chinês era feita de modo a manter as boas relações diplomáticas e ter nele um aliado (Seth, 2010). Na verdade, a cultura coreana deriva bastante da China, tendo aquela modelado as suas instituições políticas, arte e literatura a partir do modelo chinês. Foi também dele que proveio o budismo e a influência da filosofia confuciana, onde os valores como a lealdade aos reis e o respeito filial estabeleceram raízes profundas na educação e na moral coreanas.

Longos períodos de paz acabaram por ser interrompidos ao longo dos anos, sendo mais notável a invasão japonesa dos anos de 1590 (Hwang, 2016). Apesar desta não ter alterado o rumo da história coreana, criou um maior sentido de alerta para com os estrangeiros. Aliado a este fator, a partir de 1644, a presença da dinastia *Qing*, na China, considerada bárbara pelos coreanos, levou a que estes sentissem a perda de um aliado, levando a um maior grau de isolamento do exterior. Tirando certos oficiais chineses, a entrada de estrangeiros passou a ser proibida (Hwang, 2016). Este período longo de independência e nacionalismo acabou abruptamente no início do século XX.

Da Ocupação Japonesa à Guerra da Coreia

Em 1910, o Japão anexou a Coreia, levando a um dos períodos de repressão mais intensos da história contemporânea. Organizou-se um longo

período em que o tradicionalismo coreano foi submetido a humilhação por parte das forças japonesas (Trifoi, 2017). Ao longo dos anos esta submissão tornou-se cada vez mais intensa: opressão dos valores e da própria língua coreana em prol do japonês; importantes monumentos e bens culturais passaram a ser propriedade japonesa, sendo transportados para o Japão ou relocados para outras zonas da Coreia; proibição do autogoverno, da liberdade de expressão e dos direitos políticos; intenso reforço militar para travar qualquer milícia de resistência coreana; desenvolvimento industrial beneficiando apenas o regime japonês (Peixoto, 2012). Em suma, os coreanos eram vistos como seres inferiores.

Graças à intensa e violenta ocupação japonesa, os movimentos nacionalistas da Coreia formaram-se bastante depressa. As massas coreanas, dotadas de uma grande homogeneidade e união histórica e cultural, foram criando movimentos revolucionários, sendo um dos mais insurgentes, o *March First Movement*, em 1919 (Seth, 2010). Perto de 1 milhão de participantes uniram-se em demonstrações, tanto pacífica como violentamente nas ruas de todo o país. Apesar dos japoneses terem reagido com uma onda de violência e de repressão que levou a muitos mortos e detidos, esta primeira demonstração de força desta sociedade oprimida só levou a uma maior união do povo da Coreia. O movimento foi considerado o nascimento do nacionalismo coreano organizado ou, pelo menos, a consolidação de vários pequenos movimentos num só. Neste período, a concepção nacionalista e a consciência de autonomia provinham mais de uma necessidade de acabar com a longa repressão colonial do que com escritos de cariz ideológico e político, como aqueles que mais tarde viriam a dar origem à ideologia *Juche* (Trifoi, 2017).

Este crescente nacionalismo deu origem às primeiras organizações e partidos de ideologia socialista. Na verdade, o comunismo na Coreia caracteriza-se pela dispersão geográfica das suas origens, tendo surgido partidos comunistas coreanos, desde 1919, na URSS e na China. Foi com os estudantes universitários coreanos no Japão, através do seu interesse pelas formulações doutrinárias do marxismo-leninismo que, após o retorno à sua terra natal, começou a ser preparado secretamente, o primeiro partido comunista na Coreia, o KCP. Tal aconteceu em 1925. No entanto, após quatro tentativas por parte do regime colonialista japonês para derrubar o partido, a liderança comunista

coreana acabou por ser detida em 1928 (Seth, 2010). Depois da queda do KCP, o movimento de resistência da Coreia realizava as suas reuniões em túneis subterrâneos ou em fações no estrangeiro, de modo a não ser capturado pelos japoneses. Estas fações acabaram por trazer as influências comunistas que moldaram a ideologia norte-coreana após o fim da Guerra da Península. Da URSS, trouxeram influências do marxismo-leninismo e, da China, trouxeram influências maoístas. Kim Il-sung pertencia a uma das fações criadas na Manchúria: a fação Kapsan (Trifoi, 2017).

Não se sabe muito acerca da vida de Kim Il-sung antes da sua chegada a líder da Coreia do Norte, pois grande parte das investigações são fabricadas de modo a favorecerem a imagem do regime. Diz-se que nasceu em 1912, ou ano 1 do calendário *Juche*, perto de Pyongyang, numa família pobre e cristã, pertencendo a uma ascendência com raízes presbiterianas (Trifoi, 2017). A sua família esteve envolvida na luta contra as autoridades colonizadoras japonesas, o que levou à prisão do seu pai em 1917. Na sequência do movimento de dia 1 de março, em 1919, a família de Kim fugiu para a Manchúria: o futuro líder tinha apenas 7 anos. Foi aqui que ingressou no movimento nacionalista coreano, tendo feito parte de bastantes guerrilhas contra as forças japonesas, na fronteira da China com a Coreia do Norte. Ganhou também o apoio do CCP, do qual fazia parte. Os japoneses acabaram por conseguir reprimir todas as guerrilhas na fronteira com a Manchúria, o que levou ao exílio de Kim na Rússia, entre 1940 e 1945. Foi neste período que casou com Kim Jong-suk, uma companheira revolucionária, de quem teria dois filhos (Kim Jong-il foi o mais velho). O tempo que Kim passou fora do país influenciaram a sua liderança e as suas concepções sobre a ideologia *Juche* (French, 2014). No entanto, aprofundaremos mais sobre a vida do *Grande Líder*, no capítulo referente à ideologia e ao culto da personalidade norte-coreanos.

Guerra da Coreia

1945 marca um ponto de viragem para a história coreana, coincidindo com o fim da ocupação das forças japonesas. Na verdade, o Japão tinha vindo a perder forças devido ao avanço dos Aliados e com a consequente derrota na II Guerra Mundial (Seth, 2010). Após o fim da guerra, a URSS esteve

imediatamente envolvida na formação da Coreia do Norte, tendo as forças soviéticas procurado o apoio das guerrilhas chinesas e coreanas da Manchúria para prepararem a reconstrução da Coreia. O plano soviético após a queda do Japão estava mais ligado com a proteção das fronteiras e impedimento do ressurgimento militar japonês, não havendo, no entanto, um plano rigoroso de como agir em prol da sociedade coreana e da sua autossuficiência (Trifoi, 2017).

A queda do Japão e a consequente ocupação americana do sul da península, levou a uma divisão precipitada da Coreia em dois, tendo os EUA o principal objetivo de impedir a propagação de ideologias comunistas pela Ásia. Segundo a conferência de Moscovo de 1945, essa divisão seria temporária. O acordo permitia que o norte da Coreia, sob apoio da URSS, e o sul da península, sob apoio dos EUA, preparassem as condições para o estabelecimento de um governo provisório que pudesse governar autonomamente no futuro (Lankov, 2013). Esta comissão conjunta dos dois países, em junção com o governo coreano serviriam para criar um fundo de apoio ao crescimento político, económico e social. No contexto da Guerra Fria, a falta de acordos entre as potências russa e americana levou a uma falta de entendimento, obstruindo o que deveria ser o objetivo final: o desenvolvimento autónomo da Coreia. Apesar de estar livre da ocupação japonesa, a falta de independência levou a um sentimento de desunião e de revolta por parte dos coreanos (Seth, 2010).

Não obstante não ter sido a escolha de Estaline para liderar o governo norte-coreano, preferindo um líder proveniente das fações soviéticas coreanas e não das fações de influência chinesa, Kim Il-sung foi tido como a escolha adequada para o povo coreano, devido ao seu passado nas guerrilhas e estima por parte dos seus camaradas (Lankov, 2013). Atentando na sua promoção como líder da Coreia, na verdade, esse cargo era apenas de cariz aparente. Entre 1946 e 1949, grande parte das decisões que se tomavam na Coreia do Norte vinham das autoridades militares soviéticas. No entanto, a imagem de Kim Il-sung foi recebendo cada vez mais reconhecimento entre os grandes líderes, e enquanto guia do povo coreano, tendo a sua fotografia sido colocada ao lado da de Estaline, em muitos lugares públicos (Trifoi, 2017).

A URSS ajudou a estabelecer um governo centralizado, promovendo a nacionalização da indústria e estabelecendo a redistribuição de terras. Durante este período, Kim Il-sung começou a preparar as bases da ideologia *Juche*, que

viria a ser implementada após o fim da Guerra da Coreia (Seth, 2010). A DPRK foi estabelecida a 9 de setembro de 1948, menos de um mês depois da ROK. Ambos os Estados afirmavam serem os verdadeiros “proprietários” da península e tinham a pretensão de unificá-la tendo em conta os seus próprios termos. No final de 1949, a Coreia do Norte estava pronta para uma invasão da península a Sul, tendo procurado o apoio da URSS que, por sua vez, apelou à cooperação da China. Apesar dos soviéticos estarem preparados para uma invasão da Coreia do Sul, será difícil saber se Mao e Estaline tinham previamente discutido a possibilidade de guerra, devido ao cuidado do líder russo em não levantar suspeitas em relação aos EUA, sobretudo no clima de Guerra Fria. A URSS e a China acabaram por apoiar o plano da Coreia do Norte e forneceram-lhe ajuda (Trifoi, 2017). A divisão e o consequente conflito na península da Coreia têm, por tudo isto, de ser vistos no contexto da Guerra Fria e do mundo bipolar a que se assistia, com a competitividade entre os EUA e a URSS estando acima de qualquer interesse pela liberdade ou independência do povo coreano.

A Guerra da Coreia começou a 25 de junho de 1950, quando as forças da Coreia do Norte invadiram a pouco preparada e surpreendida Coreia do Sul. Atacando a capital Seoul, os soviéticos tentaram destruir a base das forças rivais. No entanto, os EUA enviaram apoio sob a liderança de General MacArthur, que também ficou encarregue de liderar a ajuda fornecida por quinze países da UN e das forças da ROK (Trifoi, 2017). As forças norte-coreanas avançaram bem no território da Coreia do Sul, até que um contra-ataque das forças dos EUA, em setembro, as levou de volta ao paralelo 38 (fronteira entre as Coreias). Foi então ordenado, pelas forças americanas, um completo bombardeamento de Pyongyang e a devastação da Coreia do Norte. Com a capital norte-coreana perdida para as mãos de MacArthur, Mao Tsé-Tung, após alguma hesitação, acabou por enviar as suas tropas sob o disfarce de um exército voluntário chinês, de forma a evitar conflitos diretos com os EUA, conquistando de volta a cidade. A China e a UN lutaram no paralelo 38 persistentemente ao longo da guerra. Seoul foi ocupada e desocupada quatro vezes. O conflito podia ter terminado em 1951, com as negociações que se estabeleciam entre todas as partes, porém, devido faltas de entendimento entre Estaline e Mao no apoio à Coreia do Norte, bem como dos EUA com a Coreia do Sul, a guerra foi prolongada até 1953, deixando os dois países imensamente devastados (Seth, 2010).

Dinastia Kim

O fim da Guerra da Coreia deu origem a um período de incerteza para Kim, atribuindo culpas às outras elites coreanas pelas perdas de guerra e, dentro da sua facção, acusa generais de má gestão militar (Trifoi, 2017). A primeira oposição dentro do governo apareceu com Ho Ka-i, o mais alto dirigente soviético coreano, apoiando o modelo elitista da URSS, enquanto Kim manifestava a sua preferência pelo modelo de partido de massas ao estilo de Mao. Kim acabou por conseguir a expulsão de Ho e os soviéticos coreanos começaram a perder importância dentro do partido. Apesar de tanto a URSS como a China terem contribuído para a reconstrução do pós-guerra, o apoio da China foi bastante superior. Para além disso, o regime de Mao nunca tentou interferir na gestão da política norte-coreana. Tendo existido uma perda de influência da URSS na Coreia do Norte, os ideais marxistas-leninistas começaram a diminuir dentro do partido, pavimentando o caminho para a construção de uma ideologia tipicamente coreana, com maior pendor estalinista (Trifoi, 2017).

Entre 1954 e 1955 houve uma reestruturação do partido: posições foram preenchidas por membros leais ao regime norte-coreano, enquanto a oposição foi confrontada; Kim passa a ser considerado o único líder com capacidade de encabeçar a revolução coreana; supressão de facções opostas ao regime, construindo-se o totalitarismo que hoje atribuímos à Coreia do Norte (Trifoi, 2017). Por volta desta altura e até ao início dos anos 60, Kim tentou virar a China contra a União Soviética, ao mesmo tempo que tentava ficar em bons termos com ambos. Foi durante este período que Kim foi mais ativo politicamente, dando imensos discursos políticos pelo país, enfatizando a ideia de independência e isolamento do país (French, 2014).

Com a morte de Estaline e o plano de Krushchev de cooperação internacional entre os vários Estados socialistas, Kim viu o seu poder ameaçado, mantendo a ambição de unificação da península coreana (French, 2014). No entanto, com o corte das relações entre a China e a União Soviética, Il-sung foi beneficiado com ajuda de ambos os lados, adquirindo também uma maior independência política, não estando sob influência de nenhuma das duas potências. Isto levou a uma maior perseguição dos chineses e soviéticos dentro

do partido. Kim, que em muito criticou o processo de destalinização, acusou os membros soviéticos do partido de difamar Estaline, expulsando-os dos seus cargos. Depois desta afronta, foi enviada para Pyongyang, uma delegação sino-soviética com o objetivo de retirar poder ao líder norte-coreano (Trifoi, 2017). Tal apenas serviu para aumentar a influência interna de Kim que, extinguiu a fação Yan'an, em 1958, e repatriou os soviéticos do partido de volta para a URSS. No final dos anos 50, Kim Il-sung surgia como o líder incontestável da DPRK.

O pós-guerra trouxe, no entanto, crescimento económico para os norte-coreanos. Com a capital do país totalmente destruída, foram promovidas campanhas de mobilização da população agrícola para a cidade, com o intuito de reconstruírem o que se perdeu (Seth, 2010). O desenvolvimento económico deveu-se à dedicação das massas na reconstrução de Pyongyang, aliado ao progresso da indústria pesada. A Coreia do Norte foi, até ao início dos anos 60, um dos países com maior crescimento económico do mundo, alicerçada nos contributos monetários chineses e no trabalho laborioso da população norte-coreana (Trifoi, 2017). Insistiu, no entanto, na ideia de autossuficiência económica. Porquê? Por uma questão ideológica. Optou pelo modelo estalinista de economia gerida pelo Estado, aliado à coletivização da agricultura e ao desenvolvimento da indústria pesada. Após a separação sino-soviética dos anos 60, a Coreia ficou mais próxima, economicamente, da URSS, sendo esta a principal doadora de subsídios de ajuda financeira (French, 2014). No entanto, à semelhança da China, que procurou um isolacionismo nacionalista relativamente ao contato externo, a DPRK também optou por esta via. A partir de 1962, a necessidade de investir na compra de maquinaria e de tecnologia, bem como o aumento do investimento na militarização do país, levou a que a economia norte-coreana rapidamente declinasse (French, 2014).

O fim da Guerra da Coreia apenas serviu para aumentar o antagonismo e a rivalidade com a Coreia do Sul. Cada Coreia apresentava a sua versão da verdadeira visão para a península, recusando a existência de dois Estados distintos. Mais do que uma batalha económica, a divisão da península em dois Estados originou uma batalha ideológica (Trifoi, 2017). Os sul-coreanos apresentavam uma ideologia anticomunista, abraçando a ideia de que o comunismo consistia numa ameaça à cultura e à identidade do povo coreano. Em contrapartida, a DPRK teve de enfatizar o caráter nacionalista da ideologia

Juche como sendo a verdadeira representação da cultura e identidade histórica da Coreia. Na verdade, apesar de ter sido primeiramente apresentada num discurso em 1955, a ideologia *Juche* só voltou a ser mencionada novamente ao público, em 1963, coincidindo com a consolidação dos poderes de Kim Il-sung.

O sentido nacionalista e até xenófobo da ideologia *Juche* entra em contradição com o que era defendido pelo primeiro líder sul-coreano Rhee Syngman, também ele um ditador e criador de um regime corrupto (Seth, 2010). Este esclarece que, sendo a Coreia tão atrasada em relação aos países do Ocidente, o regime devia aprender novos métodos contribuindo para um maior progresso interno, especialmente através da educação. Assim como Kim, Rhee passou parte da sua vida no estrangeiro, mas, neste caso, nos EUA. O líder norte-coreano caracterizava Syngman como uma marioneta do regime norte-americano, sem autonomia própria, sendo uma ameaça ao nacionalismo da DPRK. Na verdade, ambos possuíam um certo sentido patriótico: Kim reiterava a ideia da decoração das casas com quadros da Coreia, livros coreanos, e de tudo o que fosse autenticamente nacional; Rhee expunha o interesse em explorar o solo da Coreia, tão rico em matérias-primas e minerais, enquanto exaltava a beleza natural do país (Trifoi, 2017).

Os anos 70 deram um ponto de viragem na economia coreana, adotando um período de estagnação que dura até aos dias de hoje. A produção agrícola parou e o Ocidente começou a estabelecer políticas de renegociação da dívida com a DPRK. Moscovo acabou por ser uma ajuda à Coreia do Norte, a partir do fornecimento de subsídios (French, 2014). O regime de Kim deixou de ser um Estado socialista visto como caso de sucesso, passando a ser caracterizado como mais um país comunista destinado ao fracasso do modelo estalinista do Leste europeu, ao contrário da China, que passou a adotar reformas económicas que permitiram, aos poucos, a entrada de investimento estrangeiro no país. Visto que a Coreia do Norte estabeleceu um controlo extremo da sua política e economia, não perdendo a manipulação ideológica da população, a entrada de capital privado foi praticamente nula (Trifoi, 2017).

Foi por volta desta altura que a guarda vermelha chinesa criticou abertamente Kim. Isto levou a que o regime norte-coreano proibisse a circulação do *Pequeno Livro Vermelho*, de Mao, dentro da Coreia do Norte. Zhou Enlai acabou por procurar o restauro das relações entre os dois países (Trifoi, 2017).

Em 1972, Brezhnev atribuiu a medalha da Ordem de Lenine a Kim Il-sung. A ligação com a URSS foi vista como necessária, tendo em conta o crescente apoio dos EUA à Coreia do Sul. Kim manteve sempre os laços com os dois países, apesar das relações de antigamente nunca mais terem sido as mesmas após a separação sino-soviética. Com a introdução de uma nova constituição em 1972, Kim estabeleceu a sua onipotência ideológica, política, económica, militar e cultural, dominando todas as áreas da Coreia do Norte. Desde a data da sua publicação, a constituição foi raramente revista, mostrando a raiz tradicionalista do regime (Lankov, 2013).

Os planos arquitetónicos que enaltecem a monumentalidade do regime, como: o estádio Kim Il-Sung, a torre *Juche*, bem como o até agora inacabado hotel Ryungyong, ultrapassam a prioridade do bem-estar e qualidade de vida da população (French, 2014). Em 1977 deu-se o ponto de viragem da economia norte-coreana, quando se percebeu que as metas económicas não estavam a ser atingidas. Enquanto certos setores estavam a produzir mais do que era necessário, setores como a agricultura e a produção mineral estavam subdesenvolvidos. De forma a cobrir esta disparidade económica, o governo de Kim Il-sung assumiu que enquanto uns setores produziam de mais e outros de menos, isto criava um balanço na economia. No entanto, não era assim. Este período agravou o isolacionismo norte-coreano do exterior, a miséria da população e o colapso económico (French, 2014).

Em 1982, Kim foi reeleito presidente, no entanto, entrou numa espécie de reforma, cedendo parte dos seus poderes a Kim Jong-il. Com a perda de visão, aliada aos seus 70 anos, Il-sung raramente se apresentava ao público, tirando uma visita a Moscovo para reparar os laços com os soviéticos e uma visita ao bloco do Leste europeu para conhecer os líderes socialistas desses países. A última reunião de Kim com os soviéticos foi em 1986, com Gorbachev (French, 2014). Nos anos 80, com a chegada do novo líder russo ao poder, o apoio da URSS à Coreia do Norte diminuiu, sendo dada a prioridade a políticas económicas focadas no desenvolvimento da URSS, mantendo-se, no entanto, o apoio militar à DPRK. Com a falta de subsídios, a capacidade de comprar combustível diminuiu, sendo este necessário para o funcionamento da indústria e da agricultura, com o uso de fertilizantes à base de petróleo. A falta de manutenção das centrais nucleares e a falta de fontes de energia alternativa

levaram a que as fábricas e a agricultura não conseguissem funcionar no seu máximo potencial (Seth, 2010).

Foi nos anos 80 que o desenvolvimento do programa nuclear atingiu o seu grau de maior ameaça para o estrangeiro. Com o fornecimento de um reator nuclear capaz de produzir plutônio, soou o alarme em países como o Japão e a Coreia do Sul, com a certeza de uma zona de testes nucleares em Yongbyon (French, 2014). Seria a Coreia do Norte capaz de produzir as armas nucleares que necessitava? Nos anos 70, Kim já tinha tentado adquirir mísseis à URSS, de modo a replicá-los. A partir dos anos 80 começou a tentativa de produção de mísseis de longo alcance (até 3500 milhas). Atualmente crê-se que a Coreia do Norte tem centenas destes mísseis espalhados por todo o país. Em 1990, após o afastamento de Gorbachev, Kim viu a necessidade de manter uma autossuficiência do seu programa nuclear, não tendo mais apoios externos (French, 2014).

No fim, Kim Il-Sung ultrapassou tanto Mao como Estaline em longevidade no poder. Morreu de ataque cardíaco em julho de 1994 (Seth, 2010). O que o distinguiu da maioria dos outros líderes dos países do bloco socialista foi a sua linha ferozmente independente, aliada à criação de um culto de personalidade que dura até aos dias de hoje, ao mesmo tempo que se torna o líder político do mundo que esteve mais tempo no poder (French, 2014). Este legado e consecutivo culto passou para o seu filho Kim Jong-il. Em 1980 já este tinha sido anunciado como o sucessor ao governo, estando a decisão a ser preparada desde meados dos anos 70. Após a morte do seu pai, o novo líder desapareceu aos olhos do público durante um período de luto. Quando reapareceu, Jong-il definiu que o seu pai manteria o título de líder eterno, enquanto ele tornar-se-ia secretário geral do partido (Lankov, 2013). Sobre a vida deste conhece-se apenas o seu fascínio pela cultura americana e os gastos exorbitantes em carros de luxo e conhaque, sendo ridicularizado pelo povo devido à sua estatura baixa. Foi, no entanto, o membro académico da família, responsável por maior parte dos tratados norte-coreanos, e conhecido pelo duro planeamento de militarização ao longo da sua vida (French, 2014).

Os anos 90 marcam o período de maior miséria e fome da história contemporânea da Coreia do Norte. Acompanhando anos de repressão e gastos militares a más decisões de planeamento agrícola associadas ao múltiplo cultivo

do mesmo pedaço de terra e à erosão dos terrenos, os anos de 1993-1994 foram marcados por tempestades e inundações que danificaram completamente as propriedades rurais (Seth, 2010). Com a economia em colapso iminente, foram promovidas campanhas de racionamento de alimentos, reduzindo para duas, o número de refeições diárias. A partir deste período começaram a aparecer os primeiros casos de tuberculose e inchaços no corpo provenientes da malnutrição da população. Rapidamente a fome se espalhou por todo o país: aumentaram os casos de abandono de crianças; tentativas de fuga para a China; reporte de casos de canibalismo e de venda de carne humana nos mercados. Presume-se que cerca de 2,5 milhões de norte-coreanos morreram neste período de fome. Kim, no início da década de 90 recorreu a ajudas do WFP, estimando-se que tenha recebido 600 milhões de dólares em ajuda externa. No entanto, este apoio veio a ser diminuído até 2001 devido aos desvios de fundos para o programa de armamento nuclear. O mesmo se passou com o fornecimento de medicamentos por parte da associação *Médicos Sem Fronteiras*, que abdicou do abastecimento de ajuda médica após relatos da reserva de medicamentos para as altas patentes da DPRK (French, 2014).

Em 2002, Kim Jong-il anunciou um conjunto de reformas, como tentativa de ressuscitar a economia. Pyongyang sabia da necessidade de continuar a receber ajuda externa, apenas possível se desse a aparência de começar a reformar o seu país (Seth, 2010). As primeiras mudanças levaram à subida de preços dos produtos e dos salários, numa tentativa de monetizar a economia. No entanto, com estas reformas, o governo deixou de subsidiar os consumidores para que pudessem adquirir bens alimentares. O que era suposto reformar a economia e melhorar o nível de vida dos seus cidadãos, apenas contribuiu para a sua pobreza. Com o fim dos subsídios estatais aos consumidores, o governo norte-coreano passou a receber uma maior percentagem de dinheiro referente à venda dos produtos, não tendo que suportar encargos com subsídios. As empresas norte-coreanas foram também incentivadas a exportar (French, 2014). As maiores fontes de exportação eram: metais, minerais e produtos agrícolas, enquanto explorações de reservas de petróleo foram paradas devido a falta de condições e de investimento. Apesar destas reformas terem feito crescer um pouco a economia, 80% do dinheiro de cada cidadão servia para a sua própria alimentação. O plano de recuperação económica de Kim Jong-il tinha falhado.

Com a morte inesperada do segundo membro da dinastia Kim em 2011, o seu filho, Kim Jong-un foi anunciado como sucessor (Peixoto, 2012). Não se sabe bem até hoje qual a causa de morte de Kim Jong-il, no entanto, rumores revelam complicações provenientes de um ataque cardíaco, no hospital de Pyongyang. A preparação de um sucessor apenas começou a ser preparada em 2010, data da primeira divulgação de dados sobre Jong-un. Da sua vida apenas se sabe que estudou na Suíça sob identidade falsa (Lankov, 2013). Ao contrário dos seus antecessores, este tem mantido uma maior exposição pública. Tem também aplicado medidas que resultaram numa maior abertura para o estrangeiro, nomeadamente através do turismo. Embora isto não queira dizer que seja um regime menos ditatorial e repressivo. Apenas possui gostos mais ocidentalizados.

A Coreia do Norte mantém-se, no entanto, o país mais militarizado do mundo, tendo a maior parte da população a pertencer ao exército, através do aumento do período de serviço militar obrigatório (Peixoto, 2012). Com uma grande mobilização da sociedade, os soldados têm que contribuir para o desenvolvimento económico através da construção de centrais de energia e da ingressão no trabalho agrícola, sendo, ao mesmo tempo, constantemente monitorizados, através de testes de lealdade à causa política. A crescente militarização norte-coreana tem servido como camuflagem para o desemprego do país (French, 2014).

Não podemos, no entanto, terminar este capítulo sobre o contexto histórico da Coreia do Norte sem abordar de forma mais detalhada a repressão, a violência e a manipulação de que sofrem os norte-coreanos. Começemos por abordar as condições de vida dos cidadãos. Segundo French (2014), no seu estudo sobre o dia-a-dia em Pyongyang, o dia de grande parte dos coreanos na capital principia às 6h da manhã, começando estes a trabalhar às 7h30, tendo de lidar com longas horas de trabalho e apenas uma hora para almoçar. No entanto, os cidadãos que vivem nos andares mais altos têm de começar o seu dia mais cedo: devido a quebras constantes de eletricidade, os elevadores quase nunca funcionam, optando-se pelo uso das escadas. Isto pode ser um desafio para a população mais velha, havendo mesmo relatos de idosos que nunca mais saíram dos seus apartamentos devido a impossibilidades motoras que os impediam de usar as escadas. Para além disso, antes e depois do período

laboral, os cidadãos vêem-se obrigados a ingressar em comités laborais dedicados à instrução *juche* dos trabalhadores, de modo a não perderem a sua direção ideológica (French, 2014). Paralelamente a terem de lidar com longas horas de trabalho, os cidadãos são forçados ao racionamento de bens alimentares, ao mesmo tempo que sofrem constantes quebras de eletricidade, numa luta diária pela sobrevivência. Nas escolas, os estudantes são obrigados a aprender matemática, filosofia e outras ciências, todas elas baseadas no modelo *juche* de aprendizagem, com manipulações científicas e históricas de modo a enaltecer o regime.

No ponto mais extremo da repressão e violência norte-coreanas encontram-se os campos de concentração e de trabalhos forçados. O retrato que daqui emerge partilha semelhanças com os *gulags* soviéticos, caracterizados pelas más condições que oferecem, bem como por abusos terríveis, que incluem privação extrema de alimentos e de tratamento médico, bem como torturas e execuções (Haggard e Noland, 2009). Com o crescer constante da vigilância e do controlo internos, o regime de Kim tem aumentado, ao longo dos anos, o envio de prisioneiros para estas áreas, de modo a manter a estabilidade interna. Estima-se que, em 2011, perto de 1% da população tenha estado presa nestes campos (Lankov, 2013). As razões para a sua detenção passam, maioritariamente, pela tentativa de fuga do país e pelo planeamento de conspirações políticas contra o regime. Um dia nestes campos passa por 10 a 12 horas de trabalhos laboriosos, seguido de sessões de doutrinação. Para além disto, aliado a apenas um dia de descanso mensal e ao fornecimento de rações insuficientes ao funcionamento biológico dos prisioneiros, a incapacidade de atingir os objetivos do campo acaba por ser punida com uma maior redução de comida ou mesmo por espancamentos (Lankov, 2013).

Podemos, através deste desenvolvimento histórico recente, perceber o nível de eremitismo associado ao último regime estalinista do mundo. Estamos perante uma dinastia nacionalista e de uma impenetrabilidade tal, que se torna impossível conhecer qualquer dado que não seja suscetível à formatação ideológica norte-coreana. Num regime que se define por uma ideologia originalmente coreana que controla todas as áreas do país, não podemos deixar de entender a sua profundidade na política, na economia, na cultura e na sociedade. Analisemos de seguida esta ideologia *Juche*.

Capítulo V

***Juche* e o Culto da Personalidade**

Caracterizado como um Estado comunista, a Coreia do Norte vive sob a influência de uma filosofia política tipicamente sua. A partir de 1972, através da sua oficialização na constituição norte-coreana, o conceito *Juche* veio a servir como meio de suporte para o controlo autoritário exercido pelo líder (Trifoi, 2017). Esta nova ideologia foi desenvolvida com base nos princípios do maoísmo e do marxismo-leninismo, através da sua aplicação na realidade norte-coreana. A ideia *Juche*, aliada ao nacionalismo quase chauvinista e à herança cultural milenar que seria a dos coreanos, ajudaram a legitimar o regime de Kim e as suas ideias de independência e autossuficiência política, face à presença de fome e estagnação económica da Coreia do Norte (Lee, 2003). Devido ao seu carácter abrangente, a sua intervenção encontra-se espalhada por todos os meios políticos, económicos, sociais e culturais da sociedade de Kim. Analisemos então as suas origens e a sua constituição ideológica.

Segundo Lee (2003), as origens da ideologia *Juche* podem-se dividir em três momentos: a cultura política tradicional, através da evidência do isolamento coreano desde muito cedo na sua história; a especificidade, sendo vista pelos norte-coreanos como o resultado individual da originalidade e do brilhantismo de Kim Il-sung, associados às suas experiências pessoais nas guerrilhas anti japonesas; a perspetiva instrumental, com a instabilidade política no pós-guerra. Constantemente lidando com tentativas de invasão por parte da China e do Japão ao longo da sua história, a Coreia tornou-se um país altamente defensivo e com políticas externas de isolamento. Com o fim da ocupação japonesa, Kim Il-sung retomou este carácter eremita. A questão do isolamento é aqui partilhada com a China e o Japão milenares, e com todas as nações-culturas que creem numa noção de carácter de superioridade e unicidade, assumindo, assim, que nada têm a aprender com os outros Estados. Para seguir os princípios da revolução socialista, foi adotada uma versão coreana do marxismo-leninismo como a única ideologia possível para o regime que se instalava, baseada numa revolução anti-imperialista, anti-feudal e na liberdade nacional (Lee, 2003). Através da experiência de Kim nas guerrilhas da Manchúria durante a ocupação japonesa, este chegou a duas conclusões que teriam de ser remediadas: o

movimento revolucionário estava a perder o contacto com as massas; as fações estavam a corromper a revolução dentro do país. Com a destruição de Pyongyang na Guerra da Coreia, a capital passou a ser uma tela em branco a ser preenchida pelas ideias de Kim, sendo reconstruída com o propósito principal de vir a ser um modelo cultural, técnico e ideológico de todo o país (Trifoi, 2017).

A palavra *Juche* traduz-se para “mestre de si próprio” e “autossuficiente”. Na verdade, o objetivo máximo da ideologia norte-coreana passa por esse mesmo significado, sendo desenvolvida por Kim Il-sung como um modo de independência do povo norte-coreano, ao qual admitia estar a ser ameaçado pelo imperialismo japonês e americano. Foi assim criada uma ideia de autonomia do povo que, assim, podia tomar parte, pelos seus próprios meios, numa revolução socialista que os levaria à liberdade. Em vez de estarem a ser liderados por imperialistas, o povo norte-coreano seria liderado por ele próprio. O Homem passa a ser o líder do seu próprio destino (Jong-il, 2004).

A filosofia política norte-coreana assenta em três princípios: *chaju* – independência externa; *charip* – autossuficiência económica; *chawi* – autonomia militar (Lee, 2003). *Juche* assume uma igualdade e respeito mútuo entre nações. No entanto, cada país deve possuir uma independência política, cultural e económica relativamente ao exterior, considerando que a intervenção externa impediria a Coreia do Norte de assegurar a estabilidade e os interesses do seu povo (Jong-il, 2004). Ao mesmo tempo, assume que a dependência de forças estrangeiras levaria ao falhanço da revolução socialista, admitindo o apoio e a cooperação limitada a países socialistas, como a China e a Rússia. Quanto ao segundo princípio, *charip* é visto como a base para o *chaju*, em que uma economia nacional estável seria indispensável para estabelecer uma integridade política e obter prosperidade nacional. Kim Il-Sung via a impossibilidade de construir uma república socialista sem uma economia puramente norte-coreana, com uma base estável apoiada pela indústria pesada que equiparia a agricultura, o transporte e outras atividades económicas, dando grande ênfase à produção independente de bens alimentares de forma a não depender de importações, cooperando economicamente, apenas com países comunistas (Jong-il, 2004). Por fim, através da autonomia militar, Kim pretende mobilizar toda a população coreana para o exército, de modo de modo a não serem apanhados desprevenidos para uma eventual guerra com os denominados imperialistas

estrangeiros, defendendo, ao mesmo tempo, que apenas com violência seria possível manter a independência norte-coreana. Por isso, o treino militar é marcado por uma forte propaganda ideológica (Lee, 2003).

A ideologia *Juche*, também conhecida como Kimilsungismo, afirma-se como revolucionária nos seus princípios. A ideia de Homem capaz de controlar o mundo e o seu próprio destino é vista como única pela dinastia Kim (Jong-il, 2004). No entanto, ideais como a luta de classes, importância das massas e o papel de um único grande líder, são todas retiradas de filosofias políticas chinesas e do Leste europeu. Apesar de Kim ter afirmado, na redação das suas primeiras concepções ideológicas, que a ideia *Juche* era a verdadeira forma do marxismo-leninismo, a partir dos anos 70, qualquer menção à influência doutrinária do comunismo russo acabou por cair no esquecimento. Isto deveu-se à tentativa de promoção de uma filosofia política totalmente norte-coreana, livre de influências externas, que ampliava, assim, a legitimidade do poder e da grandeza da dinastia Kim junto à sociedade. Todavia, por receio de repercussões da URSS, da qual a Coreia do Norte dependia neste período, o líder norte-coreano acabou por se afastar secretamente da influência marxista-leninista, em vez de afirmar a sua substituição publicamente (Trifoi, 2017). Apesar de se opor às ideias dogmáticas, a ideologia *Juche* constitui, em si, um fundo de dogma, o que pode ser visto pela falta de reformas e alterações desde que foi criada e imposta.

O marxismo-leninismo defende que apenas depois do controlo das forças produtivas por parte do proletariado se conseguirá chegar ao poder socialista e, eventualmente, comunista. Isto implica que, para passar do feudalismo para o socialismo tem de se passar pelo capitalismo. A ideologia *Juche* foi vista como revisionista por parte dos marxistas soviéticos pois, pretende passar, imediatamente, do feudalismo para o socialismo, sem experienciar o capitalismo, que é a fase necessária, no pensamento marxista-leninista padrão, para incitar a revolução socialista (Trifoi, 2017). Isto deve-se em parte à ruralidade inerente à Coreia do Norte, nunca tendo chegado a adquirir um nível de capitalismo considerável. A necessidade de criar uma ideologia fundamentalmente coreana, deveu-se a uma tentativa de inspiração dos jovens para os princípios da revolução socialista (Lee, 2003). Defendendo que o marxismo-leninismo não se adequava totalmente às suas realidades, tanto Kim, na Coreia do Norte, e Mao,

na China, tiveram de adaptar os seus objetivos ideológicos, para serem mais facilmente compreendidos e assimilados pelas sociedades que lideravam.

Foi também no modelo comunista chinês que Kim procurou estabelecer as suas bases doutrinárias. Com a sua experiência nas guerrilhas da Manchúria e com a sua afiliação ao CCP, o pensamento político de Mao rapidamente encontrou uma raiz na ideologia *Juche*. É possível notar a sua influência nas seguintes áreas: ênfase na criação de um partido de massas; papel do líder nacional como guia de todas as decisões políticas; autossuficiência rural; planos económicos multianuais; pensamento revolucionário e nacionalista. A filosofia política norte-coreana também se afastou do elitismo marxista-leninista, recrutando o maior número de pessoas para o seio do partido das massas. Para isto contribuía a visita recorrente dos líderes às fábricas e locais de trabalho, aumentando a sensação de pertença e de união do povo. As diferenças entre o maoísmo e a doutrina norte-coreana notam-se nos seguintes pontos: o maoísmo pretende a união dos trabalhadores e camponeses, diminuindo a importância dos intelectuais, a ideologia de Kim pretende incluí-los nas massas; enquanto Mao admite a possibilidade de adaptação ideológica, a ideia *Juche* manteve-se inflexível desde a sua criação, sendo tida como indestrutível. Apesar de nunca ter reconhecido a influência do pensamento político maoísta na Coreia do Norte, pelo que já analisámos, tal não será bem verdade.

Para além desta influência mais recente, o pensamento *Juche* e o seu carácter nacionalista possuem uma influência muito mais antiga: a filosofia confuciana, também adotada no pensamento maoísta. Foram assim promovidas as seguintes concepções: a ideia de que o povo era o dono do seu próprio destino, sendo capaz de resolver os seus próprios problemas; o respeito pelos antepassados; a obediência ao coletivo (Trifoi, 2017). O neo-confucionismo é, deste modo, uma reinterpretação do pensamento do filósofo chinês Confúcio que tinha como características: a integração harmoniosa dos indivíduos no todo do coletivo, de forma a promover uma ordem social natural; a piedade exigente para com os pais. A ênfase na procriação entre indivíduos estritamente coreanos e a obediência “filial” do povo estão claramente presentes na ideologia *Juche* (Lee, 2003). Os princípios neo-confucianos estabeleceram nas massas a ideia de que, a vida biológica era-lhes dada pelos pais, mas que a vida social lhes era atribuída pelo líder fraternal: Kim passa a ser visto como um lutador pela revolução e

proporcionador de felicidade para o povo. Desde criança, a população é educada sobre o princípio de que o líder é o cérebro que faz as decisões e o povo os ossos e os músculos que as metem em prática. O sucesso da revolução socialista norte-coreana é garantido pela obediência cega das massas ao culto do líder (Trifoi, 2017).

O culto da personalidade norte-coreano transcende o campo político, propagando-se a todas as áreas, atividades e vidas dos cidadãos na sociedade, tendo chegado onde nenhum outro regime totalitário socialista conseguiu. Trifoi (2017) defende que as reformas aplicadas em países socialistas como a URSS e a China seriam impossíveis na DPRK e, visto que a deificação do líder está tão inerente na sociedade norte-coreana, caso fosse revisto, levaria à queda do regime. Segundo a ideia *Juche*, o culto da personalidade é uma das atividades imprescindíveis ao funcionamento do governo (Jong-il, 2004). A existência do clima ideológico da Coreia do Norte depende da lealdade ao *Grande Líder*. O conceito de Homem enquanto ser do seu próprio destino não tem a ver com o Homem enquanto individual, tendo a sua metamorfose nas massas que compõem a sociedade. O povo só pode atingir o seu potencial máximo sob a liderança do líder. Sem este, os princípios da ideologia *Juche* não podem ser seguidos e o Homem não alcançará o verdadeiro propósito que lhe compete.

A completa obediência à figura de Kim Il-sung tornou-se a norma nos 60 e 70. Todas as formas de comunicação social, arte, literatura, música e cinema serviam como meios de propaganda do regime, demonstrando a infalibilidade do *Grande Líder*. Esta adulação chega perto do fanatismo. Os sítios onde Kim Il-sung passava passaram a ser locais de culto (Trifoi, 2017). O absolutismo da ideologia *Juche* e o culto da dinastia Kim assemelha-se em muito a um culto religioso. Segundo Belke (1999), a linha entre política e religião são praticamente inexistentes na Coreia do Norte. A doutrina política norte-coreana supera o mero nacionalismo, substituindo as religiões pelo culto de Kim, passando a possuir o estatuto de um deus. Certos aspetos disto provêm da educação de Il-Sung. Tanto na juventude na Coreia e na sua estadia na China, este pertenceu a uma igreja presbiteriana. Métodos de culto do líder provieram, assim, do cristianismo, como: homenagem, reza e inquestionável obediência a Kim. Paradas em grande escala e o dever de cada cidadão fazer uma vénia sempre que se aproxime da estátua do líder, são apenas alguns exemplos da religiosidade do culto ao líder.

Cho (2002) remete mesmo para a ideia de casamento, onde a união entre o líder e o povo é a interpretação *Juche* do conceito de matrimônio.

A ideia de veneração proveniente do culto da personalidade remete também para a trindade do cristianismo, constituída por: o partido, o povo, enquanto Kim a completa preenchendo o cargo de deus, o ser inatingível, mas que cuida de estabelecer os princípios a serem impostos pelo Partido ao povo (Cho, 2002). A deificação de Kim Il-sung como eterno líder e de Kim Jong-il como seu filho, seguindo-se Kim Jong-un desde 2011, serviu para o regime legitimar de melhor forma a sucessão ocorrente na dinastia.

Para garantir a continuidade das suas ideias e políticas, Kim Il-sung nomeou o seu filho Kim Jong-il para o suceder. Com a perpetuação do mito revolucionário e a busca de uma utopia política, o segundo líder norte-coreano deu continuidade às ideias estabelecidas pelo seu pai (Trifoi, 2017). Sem passado militar e sem o carisma do seu pai, Jong-il dependia da deificação da sua família e da utopia proposta pela ideologia *Juche* para legitimar a sua ascensão ao poder da Coreia do Norte, tendo, no entanto, um papel preponderante na expansão do papel da doutrina criada pelo seu pai. Este foi o autor da obra *On the Juche Idea* (Jong-il, 2004), a mais extensa e célebre publicação escrita sobre a filosofia política norte-coreana. Sem experiência nas áreas da economia e da política foi, no entanto, um importante intérprete da ideologia criada pelo seu pai.

De forma a melhor legitimar o mito da dinastia Kim, foi necessário reescrever a história norte-coreana, para que esta caiba nos parâmetros da atual doutrina do regime. Historiadores norte-coreanos encontraram traços da ascendência dos Kim, que remontam a doze gerações atrás, exagerando feitos que podem, ou não, ter ocorrido na realidade (Trifoi, 2017). Todos os pormenores referentes à educação de Il-sung na China e as influências provenientes do marxismo-leninismo foram apagadas da história do país. Constantes histórias acabaram por ser fabricadas referentes ao estatuto de deus dos líderes. Apesar de Kim Jong-il ter nascido na Sibéria, em 1942, a manipulação histórica norte-coreana coloca o seu nascimento no monte Paekdu, na Coreia do Norte. Segundo se diz, quando nasceu, formaram-se dois arco-íris, o Inverno tornou-se Primavera e uma estrela brilhante pôs-se no céu. Terá começado a andar com apenas três semanas e começado a falar cinco semanas depois (Peixoto, 2012).

O sucesso para a implementação da ideologia *Juche* e do culto da personalidade depende do grau de isolacionismo do exterior. Apesar das constantes invasões à Coreia, o seu povo manteve sempre um certo sentido de subsistência e de preservação de identidade. Na verdade, e apesar de negar qualquer influência ideológica exterior, a Coreia do Norte tornou-se apenas aparentemente isolacionista: influências chinesas e soviéticas em muito influíram na política e na ideologia norte-coreana. Apesar disto, é inegável o grau de isolamento que lhe deu o título de “reino eremita”. As contradições ideológicas da DPRK encontram-se, no entanto, escondidas do seu próprio povo, através de inúmeras campanhas de propaganda e de censura. Com uma filosofia política que também opera como um modo de vida, a ideologia *Juche*, também denominada de Kimilsungismo, abrange todos os ramos do regime e da sociedade norte-coreana. Veremos então a sua influência na oferta turística da Coreia do Norte.

Capítulo VI

A Realidade e o Turismo na Coreia do Norte

O ano de 2012 marcou a maior abertura do turismo norte-coreano desde a divisão da península. Esta data coincidia com o 100º aniversário do *Grande Líder* Kim Il-sung. Foram promovidas viagens com períodos extensos que levariam os turistas a visitar áreas até então proibidas ou secretas. A chegada de Kim Jong-un ao poder, trouxe, para além da abertura ao turismo, um acesso a uma realidade que se desconhecia (Peixoto, 2012). A Coreia do Norte é considerada o segredo mais bem guardado da Ásia. Com paisagens naturais imensas e intocadas devido à falta de intervenção humana, algumas praias e conjunto imenso de monumentos históricos levaria a que fosse um dos melhores destinos turísticos asiáticos (Hall, 1990). No entanto, o elevado controlo ideológico em todas as áreas referentes à sociedade, proveniente do medo da entrada de novas ideologias ocidentais, leva a que o desenvolvimento do turismo tenha sido retraído desde a divisão da península.

Como já analisámos previamente, o modelo estalinista apresentado pela dinastia Kim levou a um isolamento territorial, como nunca antes visto. Apesar de existir uma continuidade das políticas turísticas na Coreia do Norte, com a chegada de Kim Jong-un ao poder, algumas mudanças têm ocorrido. Existem vários indicadores que apontam para um maior desenvolvimento deste setor da economia (Ouellette, 2016). O líder apoiou o turismo como setor fomentador do desenvolvimento económico nacional e foi promovido um plano de designação de zonas turísticas específicas que fariam parte de um incremento estrutural a longo prazo. De forma a compreendermos o modelo turístico da Coreia do Norte, ao longo deste capítulo aprofundaremos o desenvolvimento e progresso turístico na história contemporânea do país, as motivações que levam os turistas a visitar o “reino eremita”, a influência da ideologia *Juche* no turismo norte-coreano relacionando-a com a oferta turística proporcionada pelo regime Kim.

Turismo Durante as Épocas de Kim I, II e III

Durante o regime de Kim Il-sung, o turismo era tratado como necessário, mas não importante. Ainda assim, a agência de turismo norte-coreana:

Ryohaengsa ou KITC, foi criada em 1956, promovendo o país, pela primeira vez, na feira de Pequim, em 1987, após as primeiras visitas de grupos de turistas vindos da Europa (Hall, 1990). O turismo deste período era também promovido em revistas em inglês (*Foreign Trade of the Democratic People's Republic of Korea*) e brochuras feitas pelo regime, promovendo a beleza natural, os magníficos edifícios e a herança cultural situada nos arredores e dentro de Pyongyang (Ouellette, 2016). O desenvolvimento turístico durante o período de Il-sung foi marcado por momentos de construção de infraestruturas ligadas ao setor, bem como à sua consequente estagnação aliada a falta de investimento e crises económicas. Entre 1955 e 1984 foram construídos seis hotéis em Pyongyang; também se investiu no desenvolvimento hoteleiro nas montanhas de Myohyangsan; em Kaesong, perto da DMZ; e ainda em Kumgangsan, uma área com belos lagos e montanhas, a sul do país. No entanto, o controlo restrito dos grupos de turistas que visitavam as áreas em questão, através da exaltação de fronteiras e proibição de as ultrapassar, levou a que o investimento não obtivesse retorno (Hall, 1990). Nas praias do sul do país, existia mesmo cercas eletrificadas que separavam as duas fronteiras, impossibilitando os turistas de passarem para o sul da península.

Foi durante este período que se estabeleceram dois exemplos de cooperação externa norte-coreana, que acabaram por falhar: a construção de um hotel numa ilha no meio do rio Taedong, em Pyongyang, abandonado pelos parceiros franceses, devido à falta de fé nos planos de construção norte-coreanos; cooperação japonesa para a construção de uma cadeia de lojas fomentando a venda de produtos importados (Hall, 1990). O hotel no rio Taedong, o *Ryugyong Hotel*, começou a ser construído em 1987, almejando o título de infraestrutura hoteleira mais alta do mundo. Intencionalmente serviria como presente para o 80º aniversário de Kim Il-sung, em 1992. Porém, devido à falta de investimento, esta estrutura piramidal ainda está por terminar (Li e Ryan, 2020). O turismo na época de Il-sung servia como arma política de propaganda para promover a ideologia *Juche* aos turistas estrangeiros, maioritariamente provenientes de países socialistas ou países em desenvolvimento. O turismo estava, no entanto, fora do planeamento económico da altura, não tendo algum progresso, até à data da morte de Kim I.

Com o regime de Kim Jong-il, no final dos anos 90 e inícios do século XXI, houve uma mudança na percepção dos benefícios económicos do turismo para a construção de um regime socialista (Ouellette, 2016). Entre 2000 e 2011, foram enviados representantes norte-coreanos para feiras de turismo espalhadas por todo o mundo, de forma a promoverem o país. Kim viu o potencial do turismo como arma de adquirir capital estrangeiro, especialmente de turistas chineses. Esta percepção da importância do turismo para a economia norte-coreana proveio do período de fome e miséria que marcou os anos 90, em que milhões de pessoas morreram devido a falta de racionamento de bens. A partir do novo século, o regime passou a formar uma aliança turística com a Coreia do Sul, permitindo, unicamente, visitas exclusivas ao Monte Kumgang, sendo que qualquer outro tipo de viagem à DPRK continua impedida pelo cessamento das fronteiras terrestres entre os dois países. Aliado a este fator, em 2010, passou a ser autorizada a entrada de turistas americanos com vistos turísticos (Ouellette, 2016). Hoje em dia, devido ao declinar das relações diplomáticas com os EUA, a administração de Trump estabeleceu a proibição de viajar para a Coreia do Norte, proibição esta renovada pelo presidente Joe Biden (Lee, 2021).

A partir deste período apareceram os primeiros progressos na diversidade de recursos humanos relacionados com o turismo (Ouellette, 2016). Desde 2006, as mulheres puderam começar a ser guias para os turistas ocidentais, acabando com o mercado exclusivamente masculino. Para além disto, o governo norte-coreano instaurou uma escola de turismo em Pyongyang e enviou especialistas a Xangai, para estudarem o modelo de desenvolvimento turístico chinês. Passou a ser permitido a entrada de especialistas estrangeiros para formarem os guias norte-coreanos, ensinando inglês e ajudando nas interações com turistas estrangeiros. Com o crescimento do setor, os funcionários turísticos da Coreia do Norte estabelecem interações com operadores estrangeiros, recebendo formação para melhorarem as suas técnicas (Ouellette, 2016).

De acordo com o Simon Cockerell, diretor-geral da *Koryo Tours*, “nem todos os guias têm o mesmo *background* e a situação tem-se alterado. Até à 10-15 anos atrás, maior parte deles não tinha entrado no turismo por vocação, com os homens mais velhos a aprender inglês no serviço militar. Agora os guias são maioritariamente mulheres, quase sempre de Pyongyang, tendo escolhido o turismo como vocação. Maior parte estudou na *Pyongyang University of Foreign*

Studies, ao que depois seguem para uma escola focada em treino de guia. Este é um trabalho que é escolhido e não atribuído. Diretores de empresas turísticas, como a KITC, procuram bons candidatos e contratam-nos, assim como em todo o lado. Nem toda a gente que treina para se tornar guia realmente se torna um, algumas pessoas trabalham durante um pouco e acabam por mudar de trabalho, especialmente mulheres casadas.”

O regime norte-coreano entende o turismo socialista como: fonte de propaganda externa; promotor do desenvolvimento de vários setores da economia, especialmente os transportes, a construção e a indústria leve; influência do negócio turístico na proteção ambiental. Este projeto socialista para o turismo tem sido perseguido de forma mais assaz por Kim Jong-un (Li e Ryan, 2020). O regime também parece interessado em renovar as condições e infraestruturas turísticas, incluindo estradas, aeroportos e hotéis: em 2012 foram anunciadas diretrizes para o desenvolvimento e cuidado de estradas relacionadas com o turismo; em 2015 foi aberta a possibilidade de entrada de investimento de empresas estrangeiras para a melhoria de infraestruturas turísticas. Desde a liderança de Kim Jong-un, cresceu o número de pacotes turísticos: focados em arquitetura; desportos recreativos (acampamento e pesca); até eventos relacionados com desporto (maratona de Pyongyang). O período de permanência de turistas no país e a facilitação de entrada também aumentaram, especialmente para turistas chineses, aumentando a partilha entre turistas e locais (Ouellette, 2016).

A partir de 2013, Kim Jong-un promoveu o turismo como prioridade para o desenvolvimento económico, sendo também visto como maneira de limpar a imagem negativa e eliminar os estereótipos que a Coreia do Norte tinha para o exterior (Li e Ryan, 2020). Após muitos anos de isolamento e demonização por parte da comunicação social estrangeira, a promoção do país tornou-se uma tarefa positiva. Com o aumento da oferta turística por parte das operadoras, aliado ao “passa a palavra” de turistas estrangeiros, a imagem da DPRK é cada vez mais divulgada. Através do turismo, o regime norte-coreano pode controlar os itinerários praticados, tendo-o feito desde os anos 80 (Kim, Timothy e Han, 2006). No entanto, nos últimos 5 anos, o governo tem mostrado uma maior abertura e extensão da oferta turística, tentando facilitar uma maior ligação entre povos estrangeiros e locais.

A imagem da Coreia do Norte para os meios de comunicação social estrangeiros é exibida como: isolacionista; pobre; produtora de armamento nuclear; violadora de direitos humanos, através de um sistema político autoritário e opressor (Ouellette, 2016). Todavia, nos últimos anos, o regime de Kim Jong-un tem mostrado uma maior preocupação com a imagem passada para o exterior. Isto é expresso pelos guias norte-coreanos. Com a procura de atração de mais turistas ocidentais, imagens mais positivas relativas à Coreia do Norte têm surgido em sites de mais de 40 companhias internacionais de turismo e em redes sociais, incluindo blogues especializados em viagens turísticas, o que tem atraído um maior número de turistas estrangeiros (Ouellette, 2016). No entanto, estes aumentos do número de turistas não passam de grupos de 6000-7000 pessoas anualmente, o que representa pouca entrada de capital estrangeiro no país.

Nem tudo são pontos positivos: a constante tensão na península coreana; o conflito americano e o distanciamento da UE; o controlo exercido sobre os visitantes estrangeiros acerca de como se devem comportar e o que podem ou não ver; a presença de agentes dos serviços secretos a acompanhar grupos turísticos. Tudo isto leva a que não haja uma maior enchente de turistas ocidentais (Ouellette, 2016). No entanto, também não parece que Pyongyang queira que isto aconteça: o cessamento de fronteiras por longos meses é apenas uma das formas que o regime norte-coreano possui para impedir a chegada de uma grande enchente de estrangeiros no país. Assim, é possível impedir o contacto constante entre turistas e população norte-coreana, ao mesmo tempo que mantém um controlo modesto da entrada de capital no país e estabelece as boas relações com as operadoras turísticas.

Motivações Turísticas

Antes de analisarmos a oferta turística promovida pela Coreia do Norte, faremos uma breve análise ao turista que visita este destino. Na verdade, devido à falta de informação oficial norte-coreana sobre os dados referentes ao turismo praticado no país, recorreremos ao estudo de Ouellette (2016) para nos ajudar a especificar as motivações turísticas e as características do visitante estrangeiro a este reino eremita. A abordagem da DPRK à sua herança comunista passa por

aproveitar o seu legado cultural para demonstrar a grandeza e superioridade ideológica, através da tentativa de manipulação dos turistas, numa atitude semelhante àquela que a China pratica no seu *red tourism*. Aplicam-se aqui dois tipos de turismo que se associam a dois tipos de motivações.

O turismo da Coreia do Norte tem sido avaliado como *communist heritage tourism*, sendo de natureza política, e tendo como elementos principais: propagar a ideologia *Juche* e a herança comunista; apresentar a versão norte-coreana da guerra que dividiu a península; promover os ideais do governo totalitário de Kim (Ouellette, 2016). Tem havido um aumento do interesse turístico na herança histórica relativa a fronteiras que caem no limiar do turismo de guerra ou mesmo do *dark tourism*. Ao mesmo tempo, assistimos à ideia da procura de um mundo desconhecido e, até mesmo, de uma espécie de exotismo relacionada com a busca por uma herança comunista impossível de encontrar em mais algum lugar. Muitas companhias e operadoras turísticas têm também aproveitado a DMZ entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul nos seus pacotes turísticos (Ouellette, 2016). O interesse pela fronteira mais militarizada do mundo tem sido, por isso, aproveitado por ambos os lados da península para beneficiarem economicamente dela.

Tendo já apresentado a definição de herança comunista na primeira parte desta dissertação, não procederemos ao erro da repetição de ideias. Para tal, aprofundaremos aqui o conceito de *dark tourism* aplicado ao caso norte-coreano. No caso da Coreia do Norte, as motivações turísticas associadas à definição de *dark tourism* têm a ver com a procura de um destino desconhecido para muitos, marcado por uma história de repressão e autoritarismo, publicitado pela comunicação social como: pobre e de miséria, devido às crises económicas constantes e às ajudas externas; totalitarismo, com um regime político repressor, tendo vindo a público nos últimos anos informações relacionadas com a existência de campos de concentração e de extermínio; perigoso, devido ao investimento em armamento nuclear (French, 2014). Existe, no entanto, à semelhança do turismo no Leste europeu durante o período comunista, a procura de uma realidade desconhecida para grande parte dos turistas ocidentais, como a abertura limitada a um mundo novo, mesmo que por um curto espaço de tempo.

Segundo Ouellette (2016), a maior parte dos turistas estrangeiros tem algum tipo de formação académica e são viajados, destacando-se numa faixa etária entre os 20 e os 40 anos, normalmente motivados pelo sentido de aventura. Na verdade, estas são todas as informações possíveis de obter relativamente às características do turista estrangeiro que visita a Coreia do Norte. Tal deve-se à falta de divulgação de dados oficiais por parte do regime de Kim, que considera as informações relacionadas com o turismo como confidencial.

Oferta Turística da Coreia do Norte

Olhemos agora para o modelo turístico que a DPRK oferece aos visitantes estrangeiros. Durante o desenvolvimento desta fase da dissertação tentámos entrar em contacto com a KITC e com a KFA, porém esta última instituição informou-nos da impossibilidade de efetuar entrevistas a oficiais da agência de turismo norte-coreana. Das operadoras turísticas que trabalham diretamente com a *Ryohaengsa*, contactámos cinco, mas apenas obtivemos a gentil resposta da *Koryo Tours*, que nos disponibilizou bastante informação que analisaremos mais à frente. Para aprofundar o nosso estudo foi também necessário recorrer a relatos de viagens e dados relativos a experiências de turismo na Coreia do Norte, que apresentaremos de seguida.

Como referido anteriormente, o ano de 2012 (100º do calendário *Juche*) marcou a maior abertura de sempre do turismo da Coreia do Norte para os turistas estrangeiros, possibilitando a visita a áreas nunca vistas por nenhum ocidental desde a divisão da península. Apesar deste desempacotamento da oferta turística norte-coreana, não se pode falar de uma usual ou livre visita a um novo país. A política de monitorização é mais apertada do que aquela que se fazia notar no período socialista do Leste europeu, servindo, no entanto, o mesmo propósito: o enaltecimento ideológico do regime. Apesar do aumento do número de pacotes turísticos, focados em *tours* específicas, como a arquitetura, os desportos recreativos (acampamento e pesca), e eventos desportivos, como a maratona anual de Pyongyang, nenhuma destas ofertas pode excluir os locais de veneração ideológica inerentes a todos os pacotes turísticos. Esta duplicidade

entre o lazer como forma de fazer dinheiro e o controlo ideológico ao setor turístico espelha a diferença de Kim Jong-un em relação aos seus antecessores.

Com a análise dos relatos de dois guias de viagem (Borders of Adventure, s.d.; The Planet Edit, 2017) e do livro de Peixoto (2012) relativos às suas experiências na Coreia do Norte, encontrámos bastantes semelhanças, o que nos permite agora elaborar o desenvolvimento deste modelo único de turismo. Na verdade, a viagem à DPRK começa obrigatoriamente 24-48h antes da sua partida. Sendo que só existem duas possibilidades de transporte para o país, ambas a partir de Pequim, é obrigatória a permanência na capital chinesa um a dois dias antes da partida, onde é elaborada uma reunião com a agência de turismo que organiza a viagem, de forma a serem apresentadas as regras da *tour*.

Segundo Peixoto (2012), a viagem de Pequim para Pyongyang e vice-versa, apenas pode ser feita por: comboio, com uma duração de 18h, com paragem em Dandong; ou pela *Air Koryo*, companhia aérea norte-coreana, considerada a pior do mundo, tendo esta um custo acrescido. A entrada na Coreia do Norte traz o início do controlo ideológico sobre o turista: o passaporte é retirado e colocado num saco de plástico, no controlo de fronteira, em Pyongyang, sendo apenas devolvido à saída do país. São também imediatamente impostas as regras discutidas no *briefing*, em Pequim. Registos fotográficos são permitidos, porém, quando na presença das estátuas dos líderes, estes devem abranger a totalidade dos corpos, não sendo permitido um registo parcial dos mesmos. Fotos de pobreza, obras ou qualquer força militar não são permitidas, podendo levar ao confisco da câmara e da punição do portador da mesma. A aproximação a uma estátua de um líder Kim implica a imediata vénia, sendo a sua inibição vista como falta de respeito. É proibida qualquer tipo de viagem independente e fora do ambiente do grupo, não se devendo tentar contestar factos apresentados pelos guias, mesmo que estes estejam formatados para enaltecer a grandeza do regime norte-coreano. Qualquer tentativa de abordagem a um cidadão local é bastante perigosa, podendo levar a suspeitas de espionagem. Não se deve transportar qualquer artigo referente à Coreia do Sul, religião ou qualquer forma de ideologia. É absolutamente obrigatório obedecer a estas regras, não havendo qualquer exceção às mesmas (Borders of Adventure, s.d.). Qualquer quebra na sua

obediência poderá levar ao aprisionamento e a tortura, sendo também prejudicial para o guia e para a sua família. Começamos aqui a ter a percepção do grau de peculiaridade ideológica imposta aos turistas.

No que aos itinerários propostos diz respeito, Simon Cockerell, da *Koryo Tours* disse-nos que, “os itinerários oferecidos pela minha companhia são organizados de acordo com a lista de locais que são possíveis de visitar (mais alguns que às vezes são possíveis, mas têm de ser negociados). Basicamente, existem lugares que podem ser visitados e outros que não, então, desenhamos cada itinerário de forma a incluir os locais que são permitidos visitar. O porquê de existirem lugares que não estão na lista dos locais acessíveis não é uma decisão nossa nem de qualquer agência de turismo na Coreia, é uma decisão governamental. Às vezes as infraestruturas não permitem os visitantes chegarem aos locais, às vezes porque existe algo sensível nessa área. O ponto chave a ter em conta é: noutro qualquer país pode-se fazer tudo e ir onde se quiser, exceto a sítios que são proibidos – o predefinido é que se pode. Na Coreia do Norte não se pode fazer nada e ir a lado nenhum, exceto os sítios que são permitidos – o predefinido é que não se pode. Existe uma distinção, e é esta distinção que chega ao fundo de cada conceito sobre o que se pode ou não visitar e fazer quando se está na DPRK – tudo é um não até ser um sim, noutro qualquer sítio tudo é um sim até ser um não.”

Apesar da diferença na dimensão dos itinerários promovidos por agências turísticas, como a *Koryo Tours* (s.d.), podendo variar entre os 3 e os 11 dias, tendo em conta a maior ou menor extensão do pacote turístico escolhido, algumas atrações são iguais em todas as ofertas. Na cidade de Pyongyang é obrigatória a passagem pela praça Kim Il-sung, onde decorrem os grandes desfiles e paradas militares exibidos por todo o mundo pela imprensa norte-coreana. A visita aos monumentos de simbologia partidária e ideológica estão também presentes no itinerário da capital: a Torre da Ideia *Juche*, em honra da ideologia norte-coreana; o Arco do Triunfo, promovido com uma grandiosidade superior à francesa, e que permite uma vista por toda a cidade; o Monumento da Fundação do Partido dos Trabalhadores da Coreia; o Monumento *Mansudae*, onde estão presentes duas grandes estátuas de bronze de Kim Il-sung e Kim Jong-il. O *Kumsusan Palace of the Sun* é passagem obrigatória para prestar homenagem nos mausoléus dos antecessores de Kim Jong-un. Por fim, a visita

ao Museu da Revolução Coreana mostra os feitos do *Grande Líder*, no seu processo de libertação do país (Koryo Tours, s.d.).

Dentro da capital de Pyongyang, são oferecidas mais três atrações recorrentes a todos os pacotes turísticos: o metro da cidade; a *Foreign Language Bookshop*; a casa de nascimento de Kim Il-sung. O metropolitano de Pyongyang é um dos mais profundos do mundo. Existe, no entanto, um limite de circulação a 5 das 16 paragens, estando todas estas adornadas com pinturas magníficas sobre os feitos dos líderes, agregando nomes como: camarada, glória e reunificação (The Planet Edit, 2017). A livraria de livros estrangeiros é a oportunidade para o turista adquirir propaganda *Juche* em línguas internacionais. De modo a entendermos o grau de controlo ideológico incutido nos próprios cidadãos, aqui estão presentes manuais escolares de inglês para a população norte-coreana, cuja aprendizagem versa sobre frases promovendo a retaliação contra o povo americano, vistos como catalisadores da destruição dos interesses nacionais (Borders of Adventure, s.d.). Esta afronta ao regime americano é também promovida através da exacerbação na visita ao navio *USS Pueblo*, capturado em 1968 pelas forças militares norte-coreanas e mantido em exposição na capital desde esse período. Situado imediatamente nos arredores da capital, encontra-se a casa de nascimento de Kim Il-sung, em Mangyŏngdae. Segundo Peixoto (2012), esta aparenta ser uma casa demasiado perfeita para ter sido habitada pelo *Grande Líder*: parece mais uma fabricação do regime norte-coreano para o turismo. A simbologia que a torna paragem obrigatória em muitos itinerários deve-se ao estabelecimento das raízes da dinastia Kim.

A estadia em Pyongyang, apesar dos seus vários hotéis, normalmente é passada no hotel Yanggakdo. Estando este situado numa pequena ilha da capital, é facilmente controlado o movimento dos turistas (Peixoto, 2012). Tirando casos específicos, como na província de Kaesong, é aqui que os turistas passam grande parte das noites. Devido à falta de infraestruturas hoteleiras ao longo da Coreia do Norte, mesmo em viagens a muitos quilómetros da capital, o regresso ao hotel Yanggakdo acontece quase todos os dias (Koryo Tours, s.d.).

Para além de pacotes turísticos especializados, como a participação na maratona de Pyongyang, um dos eventos mais promovidos pelas agências turísticas são os *Arirang Mass Games* (Borders of Adventure, s.d.). Organizados uma vez por ano, no estádio 1 de Maio, são cerimónias altamente coreografadas,

demonstrando os dotes dos ginastas norte-coreanos. Estima-se que cerca de 100 mil pessoas estejam envolvidas na participação deste evento fomentador da disciplina e grandiosidade da população. Na cidade de Pyongyang não se tem acesso a problemas de pobreza, fome e cortes de eletricidade associados à Coreia do Norte, devendo-se isto ao que nos é mostrado pelo regime: uma capital mais limpa que a maioria dos países europeus, com estradas arranjadas e blocos de prédios associados ao regime arquitetónico comunista. A verdade sobre a Coreia do Norte é vista pela janela do autocarro, a partir do momento em que se sai de Pyongyang (Borders of Adventure, s.d.).

Não é de estranhar que, a partir desta saída para o meio rural norte-coreano, as regras se mantenham mais apertadas no que a fotografias diz respeito: qualquer registo fotográfico através da janela do autocarro passa a ser altamente desaconselhável (Borders of Adventure, s.d.). Isto deve-se a uma maior presença de pobreza e miséria nos arredores da capital, algo que não deve ser propagado para o exterior, de forma a não danificar a imagem do regime. É aqui também que se nota o maior grau de encenação nos locais turísticos, exibindo um aparente bem-estar e conforto fora da maior e única metrópole norte-coreana (Peixoto, 2012). A oferta turística fora de Pyongyang pode-se dividir em cinco zonas: DMZ e Kaesong; o Noroeste; o Nordeste; o Sudoeste; a costa Este.

Na DMZ tem-se acesso à zona mais militarizada do mundo, com a possibilidade de presenciar as salas onde acontecem as reuniões entre as duas Coreias. Sendo uma zona de grande tensão, a sua passagem é curta. Segue-se para a cidade pitoresca de Kaesong, um dos poucos locais onde a estadia é feita num hotel tradicional, servindo-se pratos tipicamente norte-coreanos. Segundo Peixoto (2012), ouve-se música de propaganda durante toda a noite, nas ruas, dificultando o sono. Isto acaba por ser uma constante pela Coreia do Norte: quando não são registos de áudio, *posters* ou filmes promovendo a ideologia *Juche* encontram-se espalhados por todo o país.

No Noroeste destaca-se a visita ao Monte Myohyang e à Exposição da Amizade Internacional. Segundo Peixoto (2012), este último local divide-se em dois edifícios: o primeiro, com ofertas feitas a Kim Il-sung; o segundo, com presentes dados a Kim Jong-il. A diferença entre a quantidade de peças em cada museu reflete-se na queda das relações diplomáticas ao longo dos tempos.

Enquanto no local dedicado a Kim Il-sung encontram-se expostas cerca de 111 mil presentes, oferecidos por parte de representantes de 184 países, incluindo um vagão de comboio presenteado por Estaline e outro por Mao, no edifício dedicado a Kim Jong-il, o declínio de ofertas é notável: apenas 39 mil peças.

No Nordeste, a presença de locais de natureza nos itinerários deve-se à pouca população e intervenção humana nas mesmas, destacando-se: Monte Paektu e o monte Okryon, na região de Pujon, pela primeira vez abertos ao turismo, em 2012. São áreas de difícil acesso, devido às más condições das estradas, demorando muitas horas a percorrer curtas distâncias (Peixoto, 2012). O Monte Paektu é considerado, pelas fontes oficiais norte-coreanas, o local de nascimento de Kim Jong-il (como mencionado mais acima), apesar de investigações que registam a sua origem na Rússia (French, 2014). O monte Okryon é uma área pouco acessível a turistas, com uma grande extensão montanhosa. Diz-se que é nestas zonas que ficam os campos de concentração norte-coreanos (Peixoto, 2012), no entanto, a monitorização turística constante não permite o vislumbre destas áreas de repressão.

No Sudoeste destaca-se a fábrica siderúrgica de Chollima e a visita a Nampo. Segundo Peixoto (2012), na fábrica estava tudo vazio, apenas uns quatro trabalhadores a fazer uma pausa e uma sala de formação com vários formandos a olhar para um ficheiro com frases de propaganda a incentivar a felicidade geral dos cidadãos. O grau de encenação nas vilas e cidades fora de Pyongyang torna-se quase insuportável, difícil de distinguir o que é verdadeiro ou não (The Planet Edit, 2017). Nampo é uma zona portuária e uma das maiores cidades da Coreia do Norte, local de passagem e um dos destinos de praia da capital.

Por fim, a costa Este é marcada pela praia de Wonsan, pela cidade de Hamhung e pelas várias cooperativas agrícolas espalhadas pela região. Em Wonsan, os itinerários levam os turistas para a praia da região, com características peculiares, evitando o contacto entre os turistas e os locais, onde o areal fica dividido em dois, separado por uma cerca: de um lado, de uso exclusivo para os turistas; do outro, de ocupação exclusivamente norte-coreana (Simon Wilson, 2019). Em Hamhung, a segunda maior cidade da Coreia do Norte, fechada a turistas estrangeiros desde a guerra da península, é marcada pela presença da pobreza e miséria cada vez mais notável a partir do momento

em que se afasta da capital. Segundo Peixoto (2012), a presença de crianças bastante sujas a brincar nas ruas é evidente. A passagem pelas fábricas e cooperativas agrícolas desta região seguem um modelo semelhante: visitas encenadas, onde é possível visitar os locais de trabalho, a escola dos filhos dos trabalhadores, onde se assistem a danças coreografadas (Borders of Adventure, s.d.). Em certos dias é possível visitar as casas dos trabalhadores, no entanto, estas funcionam mais como modelos das verdadeiras habitações, não transparecendo sinais de vivência camponesa ou proletária nas imediações, apesar dos retratos nas paredes, das camas feitas e das cozinhas equipadas (Peixoto, 2012).

Podemos, assim, sintetizar a oferta turística norte-coreana em quatro produtos: a herança cultural, destacando-se os monumentos históricos de Pyongyang, relativos à luta revolucionária norte-coreana, a casa de nascimento de Kim Il-sung e o *Kumsusan Palace of the Sun*; o desporto, sendo os *Arirang Mass Games* e a maratona de Pyongyang pontos de atração com grande procura durante a época em que decorrem; a natureza, especialmente com às montanhas do Noroeste e Nordeste; o lazer, destacando-se a praia Wonsan na costa Este. Poderíamos selecionar a ideologia como mais uma oferta turística, mas, como temos visto, o fator ideológico está presente em todos os produtos turísticos oferecidos.

Pelo que pudemos ver acima, a regra número um de visitar a Coreia do Norte é a falta de acesso à sua verdadeira realidade (Borders of Adventure, s.d.). A oferta turística é maioritariamente baseada na influência ideológica e demonstração da superioridade comunista e norte-coreana em relação ao resto do globo. Com o foco do turismo em Pyongyang, o desenvolvimento das infraestruturas turísticas, da circulação e da limpeza da cidade tem aqui a sua maior aposta. À saída da capital assiste-se a uma outra realidade, marcada pela pobreza, más condições das estradas e difícil acesso a áreas turísticas (Simon Wilson, 2019). Sendo que todas as organizações e agências encarregues do turismo interno pertencem ao setor público, as crises económicas levaram a que o investimento em áreas fora da capital tenha tido oportunidades reduzidas. Para além disto, o controlo daquilo que o turista pode ver e o contacto que pode ter com a população local é altamente monitorizado. Aliado a este fator, o grau de encenação em todas as áreas turísticas do país, especialmente fora da capital,

pode levar a um grau de teatralidade impressionável para o turista estrangeiro, vendo-se numa situação de difícil distinção entre o que é ou não real (Peixoto, 2012).

Apesar disto, Simon Cockerell, da *Koryo Tours* nega este facto, dizendo-nos que “os cidadãos norte-coreanos não têm nada a ver com o turismo (relativamente à questão de certas pessoas agirem como locais, em cenas encenadas, para o benefício dos turistas). Isto não é o caso, apesar de muitas pessoas pensarem que é verdade. As pessoas na rua são apenas pessoas na rua, não existem atores a fingir que são algo que não são. Isto seria algo bastante complicado de executar.” Com tantas evidências contraditórias, será difícil chegar a uma conclusão acerca da teatralidade e encenação por parte dos cidadãos norte-coreanos. Podemos, no entanto, entender a presença de um modelo de turismo único, marcado por uma forte presença do regime da dinastia Kim no setor. Analisaremos de seguida, de forma breve, se a situação é semelhante no que ao turismo doméstico diz respeito.

Turismo Doméstico

Informações sobre o turismo doméstico feito por norte-coreanos é praticamente inexistente. Tudo o que se conseguiu obter no que a esta atividade diz respeito, apenas tem sido conseguida através de desertores norte-coreanos (Kim, Timothy e Han, 2006). Segundo os artigos 30 e 71 da Constituição norte-coreana, todos os cidadãos têm direito a descanso, um dia de trabalho de 8 horas, férias pagas, e um conjunto de instalações turísticas e dedicadas à saúde, prontas a serem usufruídas pelos cidadãos. O artigo 75 também permite a liberdade dos cidadãos de viajarem para onde pretenderem, tendo total liberdade de escolha. Nos artigos 62-65 também se explicita o direito a 14 dias de férias normais, mais a possibilidade de 7 a 21 dias de férias extra noutra altura do ano (Constitute Project, 2020).

Na prática, tal não acontece. Sendo verdade que os norte-coreanos trabalham 8h por dia, no entanto, formações de educação *Juche* após o período de trabalho, bem como a participação em aulas de incentivo ao espírito comunista são obrigatórias. O único dia de descanso é ao domingo, onde é incentivada a prática de piqueniques, com música ao vivo permitida, mas apenas

de cariz patriótico (French, 2014). Havendo um controlo constante da população, os cidadãos norte-coreanos optam por se autocensurarem constantemente, correndo o risco de serem presos pelas forças de segurança do regime.

Apesar deste suporte legal, os norte-coreanos estão praticamente impedidos de fazer viagens de lazer, exceto em casos especiais relacionados com a família: casamentos ou funerais. É, no entanto, necessário obter licenças para viajar, o que raramente é conseguido pelos cidadãos (Kim, Timothy e Han, 2006). Os residentes das províncias apenas se podem deslocar para a capital tendo uma aprovação prévia por parte do governo, normalmente para realizarem testes de admissão na universidade ou para participarem em convenções políticas. Os padrões de vida estão estabelecidos de acordo com a dedicação e obediência ao governo e ao partido. Por isto, apenas residentes dedicados à lealdade para com os princípios *Juche*, maioritariamente oficiais do partido comunista, estão permitidos a viver em Pyongyang. Tendo isto em conta, as oportunidades turísticas diferem das da capital para aquelas da província. Ou seja, é um turismo fortemente marcado pela desigualdade social e ideológica dos cidadãos (Kim, Timothy e Han, 2006).

Existem mais de 100 instalações de saúde e de turismo na Coreia do Norte, mas apenas as mais altas patentes lhes têm acesso. Apesar da constituição autorizar a prática do lazer, esta raramente é permitida, sendo defendida a ideia de o excesso de lazer tornar os cidadãos preguiçosos (Kim, Timothy e Han, 2006). As viagens de lazer mais comuns são organizadas pela universidade de Pyongyang, para os seus alunos, ou pelas fábricas, para os seus trabalhadores. Mesmo quando estas férias são autorizadas, é comum verem-se os cidadãos a participar em atividades relacionadas com o serviço público, treino militar e com a aprendizagem e estudo dos princípios filosóficos da ideologia *Juche*.

Devido às circunstâncias aqui apresentadas, quase 90% dos inquiridos num estudo de Kim, Timothy e Han (2006) a desertores norte-coreanos, sobre o seu período de vivência na DPRK, admitiram que nunca saíram do país e não praticavam viagens de lazer com familiares há mais de 3 anos. Quanto ao tempo de viagem para visitar a família, maior parte dos cidadãos estavam autorizados a ficar, no máximo, duas noites, sendo que grande parte fazia viagens diárias de ida e volta. É extremamente difícil aprofundar o estudo sobre o setor turístico da

Coreia do Norte. Existem poucos dados relacionados com o turismo doméstico norte-coreano, devido à falta de acesso a informações com ele relacionadas. Será que se esperam melhorias nos próximos anos? É o que aprofundaremos agora.

Perspetivas para o Futuro

Em qualquer país, o turismo serve, até certo ponto, um meio de propaganda: para o seu interior, ou mesmo como uma fabricação promocional de uma imagem para o mundo exterior. A realidade turística da Coreia do Norte atual difere bastante do modelo seguido por Kim Il-sung e por Kim Jong-il (Ouellette, 2016). Nestas épocas, o setor apresentava um maior foco na propaganda interna e na aceitação de visitantes que legitimassem o poder da dinastia Kim. O turismo da era de Kim Jong-un parece menos preocupado com o legitimar do poder do líder, e mais com a demonstração de um país renovado, de forma a encorajar o turismo e receber uma maior entrada de capital estrangeiro, como solução para as consequentes crises económicas que o país tem passado ao longo dos anos.

No entanto, Pyongyang parece ter ações contraditórias no que ao desenvolvimento do setor turístico diz respeito: promovendo e, ao mesmo tempo, prevenindo o seu crescimento, em que a construção e melhoramento de infraestruturas são também um fator curioso (Ouellette, 2016). Em 2015, a companhia aérea norte-coreana, a *Air Koryo*, introduziu um sistema de táxis com o objetivo de transportar os turistas de, e para, o aeroporto, mas também para aumentar a capacidade de oferta de táxis, em Pyongyang. Com a abertura do *Sunan International Airport* com mais um terminal de cargas, é também prevista a maior entrada de bens no país, mas o mesmo não parece coincidir com a entrada de turistas (Ouellette, 2016). Tal quebra do fluxo turístico deve-se à falta de abertura de novas rotas, priorizando-se a pouca quantidade de voos semanais, provenientes unicamente de Pequim.

O turismo parece servir uma parte integrante no planeamento das EDZ, com zonas especiais dedicadas à agricultura, à produção de bens para exportações e ao setor turístico. Como a Coreia do Norte pretende maximizar as receitas nestas zonas é algo que pouco se sabe. Com o desenvolvimento de

certas zonas de teste, algumas estão totalmente dedicadas ao turismo. Segundo os princípios do socialismo norte-coreano, o mercado turístico nestas zonas ajudaria a desenvolver vários setores da economia nacional, contribuindo para o posterior bem-estar e qualidade de vida da população (Ouellette, 2016). Porém, a falta de investimento estrangeiro, consequência da fragmentação das relações diplomáticas e do baixo fluxo turístico, tem impedido o desenvolvimento destas zonas. Não esquecendo a presença da China como maior aliado da DPRK, o regime chinês de Xi Jinping terminou, em 2014, a construção de uma ponte que ligaria a cidade de Dandong à SEZ de Sinuiju, na Coreia do Norte (Jung e Timothy, 2016). Até aos dias de hoje, o regime de Kim Jong-un ainda não terminou a sua parte das obras, que fariam o sentido da Coreia para a China. Esta ponte serviria de ligação entre os países, aumentando o fluxo de viagens entre os dois.

A cobertura da comunicação social em relação à detenção norte-coreana de turistas ocidentais, acusando-os de crimes estatais, tem sido uma das principais razões para a reticência de visitantes estrangeiros na Coreia do Norte. Isto só tem aumentado o número de avisos à viagem para a DPRK (Ouellette, 2016). Até ao dia de hoje, poucos progressos têm sido feitos para melhorar as relações com a Coreia do Sul e com os EUA, sendo proibida a entrada de cidadãos sul-coreanos, enquanto o regime de Joe Biden reforça o impedimento da emissão de vistos norte-coreanos para a sua população, renovando a lei imposta por Trump em 2017. Com os constantes testes nucleares e as sanções ao país, esta proximidade não parece estar próxima (French, 2014). Para além disto, o turismo norte-coreano tem mantido certos problemas ligados à exiguidade da melhoria da sua rede de transportes e de acomodamento turístico, fundamentais ao mantimento do fluxo de turistas chineses, que cada vez exigem mais das ofertas turísticas (Ouellette, 2016). No entanto, a recomendação de turistas que descrevem a visita ao país como algo surreal e único, aliado à promoção da Coreia do Norte por parte de operadoras turísticas, pode significar num aumento do número de visitantes nos próximos anos.

Apesar dos aspetos negativos, a Coreia do Norte tem facilitado o acesso aos turistas estrangeiros. O mesmo pode ser visto pela maior liberdade que é oferecida na circulação do país. Enquanto há uns anos não seria possível a viagem para a DPRK sem *tours* de grupo, atualmente as agências turísticas,

como a *Koryo Tours* (s.d.) já oferecem pacotes de viagem individuais, em veículo privado. Tal não implica a livre circulação pelo país, pelo que o turista será sempre acompanhado por dois guias norte-coreanos.

Concluimos esta análise com uma ideia exposta pelo diretor-geral da *Koryo Tours*, sobre a influência da filosofia política *Juche* e o turismo norte-coreano. Como visto anteriormente, esta ideologia permeia, teoricamente, todas as áreas do regime, no entanto, Simon Cockerell diz-nos que “em qualquer literatura oficial, os norte-coreanos citam os seus líderes e os seus vários pensamentos a toda a hora, mas isto é algo que eles têm de fazer. Não existe uma única forma de como a ideologia *Juche* seja relevante de como eles operam o turismo. O regime de Kim gere o turismo unicamente como um negócio.” Apesar de concordarmos com esta afirmação, não podemos pôr de parte o setor turístico como processo de legitimação ideológica, onde o controlo aos estrangeiros, para além de evitar contactos com norte-coreanos, torna-se uma forma de controlar a propaganda no exterior e reforçar o seu nacionalismo. Ao mesmo tempo, pelo que temos visto, o turismo obedece a um quadro mais alargado, com o principal propósito de libertar a DPRK de um colapso económico fatal.

Conclusão

Esta dissertação tentou demonstrar a relação entre regimes políticos comunistas e a sua influência ideológica no turismo. Através da análise do controlo exercido no setor turístico, em países marxistas-leninistas do Leste europeu e maoístas da Ásia, conseguimos adquirir uma base teórica que nos permitiu aprofundar as raízes do modelo turístico praticado na Coreia do Norte. Com este estudo conseguiu-se sintetizar e sistematizar a oferta turística norte-coreana, bem como a dimensão ideológica que suscita o controlo aplicado no regime de Kim Jong-un. Com uma filosofia política assumidamente coreana, a ideia *Juche* assume-se como um modo de pensar e estar na sociedade, legitimando a sua operação em todas as áreas da DPRK e o culto da personalidade e deificação da dinastia Kim. Após uma breve síntese do que aprofundámos nesta dissertação, apresentaremos, de seguida, a que conclusões chegámos.

Quanto ao nosso objetivo geral, que passa por entender os objetivos e o modelo de ação exercido por regimes ditatoriais com ideologias de cariz comunista no turismo, entendemos que estes apresentaram um modelo turístico que lhes é característico. Os antigos países socialistas estabeleceram um número de objetivos para a sua abordagem ao turismo: igual distribuição de bens e serviços nas áreas aplicadas; interajuda no crescimento económico; melhoria das infraestruturas para a população nativa; desenvolvimento dos meios ambientais; construção de uma imagem favorável para o ocidente; promoção de paz internacional; demonstração da superioridade socialista a nível cultural e ideológico; controlo social; doutrinação ideológica; evitamento da entrada de metodologias capitalistas que possam influenciar os ideais da população quanto à ideologia a seguir. Apesar de muitos países socialistas se terem afastado destes objetivos, devido ao fim dos seus regimes comunistas (maioritariamente no Leste europeu), países como a China e a Coreia do Norte ainda seguem estes modelos.

Ainda dentro do desenvolvimento da relação entre regimes comunistas e o turismo, encontrámos duas abordagens diferentes, dependentes do modelo soviético ou asiático praticado. Quanto aos países socialistas marcadamente estalinistas, nomeadamente no Leste europeu do século XX, a oferta turística

praticada apresentava um carácter paradoxal tendo em conta a origem dos visitantes. Após um período inicial de prosperidade e investimento nas infraestruturas turísticas, abrangidas pelo processo de nacionalização de todas as áreas do regime, a falta de investimento privado estrangeiro, contribuiu para que a maioria destes países entrassem em rutura económica, levando a quebras e racionamento de bens alimentares e, conseqüentemente à fome e à miséria das populações. Quanto ao turismo praticado por ocidentais, os seus movimentos eram altamente restritos, através de excursões controladas pelas organizações turísticas e autoridades do regime onde se inseriam. As visitas aos monumentos serviam como forma de exaltar o poder e a prosperidade do comunismo em comparação ao Ocidente. Existia um elevado controlo e vigilância policial que resultava na falta de contacto com a população local, servindo como precaução para a não contaminação ideológica de ideias capitalistas no Leste. Por outro lado, através do *social tourism*, o turismo doméstico socialista, bem como a circulação entre as fronteiras da URSS, eram bastante recomendados, de forma a fortalecerem os laços entre os povos marcadamente comunistas.

Quanto à abordagem asiática, com as políticas de Mao, enquanto se apelava à aplicação de medidas, como o desenvolvimento do país, através do socialismo, e a partir do interior das suas fronteiras, a rápida modernização dos meios agrícolas e a sua progressiva industrialização, bem como o reforço da identidade nacional chinesa, o turismo foi visto como obstáculo à progressão da região. Foram, por isso, aplicadas políticas paradoxais de “não turismo”, através da proibição de qualquer tipo de atividade turística de cariz doméstico ou mesmo a circulação para fora das regiões de residência por parte dos cidadãos. A promoção de uma ideologia marcadamente nacionalista e repressiva, acabou por levar à miséria da população. Durante este período, a entrada de turistas estrangeiros era ainda mais restrita do que no Leste europeu, funcionando apenas como ferramenta diplomática, a partir de visitas guiadas aos maiores e mais grandiosos monumentos do regime comunista. Existia, ao mesmo tempo, um elevado controlo do contacto entre a população local e os estrangeiros.

Hoje em dia, ambos os casos também diferem na sua abordagem à sua própria herança comunista. No Leste da Europa, em países como a Roménia, a Albânia e a Bulgária, que passaram por regimes altamente repressivos e

violentos, atualmente opta-se por políticas de desvio e negação do passado socialista. Isto passa por apagar, destruir ou não cuidar dos monumentos referentes ao período estalinista, bem como a falta de presença de pacotes turísticos referentes à história dos seus períodos ditatoriais. No entanto, em casos como a Hungria e a Polónia, onde a herança comunista é assumida, esta é deslocada para áreas de interesse específico, onde a sua memória é contextualizada, de forma a prevenir a repetição das atrocidades do modelo estalinista.

Quanto ao caso asiático, acabámos por nos debruçar na tipologia turística denominada de *red tourism*, que assume um carácter de nostalgia relacionado com os primeiros passos tomados pelo CCP na luta revolucionária. Com a monitorização da visita a comunas do regime comunista aliado a monumentos de exaltação maoísta, a China acaba por apresentar um modelo de manipulação ideológica ainda relevante nos dias de hoje. Enquanto no Leste da Europa se optou por esquecer ou contextualizar a oferta turística comunista, na China acaba por se enaltecer os feitos do regime, numa apresentação de um período positivo que deve ser analisado de um ponto de vista nostálgico. Aqui, a descontextualização é muitas vezes adotada como modo de enaltecer as ideias e o heroísmo dos feitos comunistas chineses. O *red tourism* acaba por ter cada vez mais interessados com o passar do tempo, o que permite à China desenvolver as infraestruturas turísticas e promover o crescimento económico.

Por fim, foi necessário analisar os objetivos específicos desta dissertação, relacionados com: a oferta turística e objetivos do turismo oferecido pela Coreia do Norte; as tipologias de turistas no território norte-coreano e suas motivações; a história recente e situação atual da DPRK. Em primeiro lugar, notámos na importância da análise do contexto histórico e cultural que levou à conjuntura atual de um país tão fechado como a Coreia do Norte. Em segundo lugar, com a obsessiva deificação da dinastia Kim, acabámos por encontrar uma ideologia que personifica todos os métodos de controlo da sociedade, a ideia *Juche*. Em terceiro lugar, a compreensão da oferta de turismo norte-coreana acabou por colmatar lacunas na investigação turística deste modelo comunista.

Relativamente ao turista que visita a Coreia do Norte, bem como as suas motivações, acabámos por conseguir encontrar um padrão. O turismo da DPRK tem sido avaliado como *communist heritage tourism*, sendo de natureza política,

e tendo como elementos principais: espalhar a ideologia *Juche* e a herança comunista; apresentar a versão norte-coreana da guerra que dividiu a península; promover os ideais do governo liderado por Kim. No caso da Coreia do Norte, existe também uma associação ao modelo de *dark tourism*, que tem a ver com a procura de um destino desconhecido para muitos, marcado por uma história de repressão e autoritarismo, publicitado pela comunicação social como: pobre e de miséria, devido às crises económicas constantes e às ajudas externas; totalitário, com um regime político repressor, tendo vindo a público nos últimos anos informações relacionadas com a existência de campos de concentração e de extermínio; perigoso, devido ao investimento em armamento nuclear. A maior parte dos turistas estrangeiros tem, por isso, algum tipo de formação académica, destacando-se numa faixa etária entre os 20 e os 40 anos, normalmente motivados pelo sentido de aventura.

Compreender o modelo de turismo da Coreia do Norte, devido à falta de dados oficiais do regime, acabou por se tornar a tarefa mais difícil desta dissertação. No entanto, após uma extensiva análise de relatos e da entrevista com Simon Cockerell, da *Koryo Tours*, acabámos por desenvolver um itinerário ideológico apresentado ao longo deste estudo. Apesar de medidas restritivas, relacionadas com a proibição de qualquer tipo de viagem independente e fora do ambiente do grupo, bem como a oposição ao procedimento de registos fotográficos a áreas de pobreza e miséria, a Coreia do Norte tem permitido uma maior liberdade na escolha de itinerários dentro do país. Contudo, a oferta turística da DPRK, dividindo-se nas zonas de Pyongyang, DMZ e Kaesong, o Noroeste, o Nordeste, o Sudoeste, e a costa Este, apresenta um ponto comum a todas as regiões: o controlo ideológico exercido ao turista. Entre a exaltação da ideologia *Juche* no meio cultural da capital e a agrícola do resto da DPRK, a encenação e a teatralidade inerentes à apresentação da superioridade comunista, acabam por estar presentes de forma exaustiva ao longo de todos os itinerários.

Como pudemos aprofundar ao longo da dissertação, a oferta turística norte-coreana pode-se sintetizar em quatro produtos, todos estes marcados por um fator ideológico incontornável: a herança cultural, destacando-se os monumentos históricos de Pyongyang, relativos à luta revolucionária norte-coreana, a casa de nascença de Kim Il-sung e o *Kumsusan Palace of the Sun*; o

desporto, sendo os *Arirang Mass Games* e a maratona de Pyongyang pontos de atração com grande procura durante a época em que decorrem; a natureza, especialmente com às montanhas do Noroeste e Nordeste; o lazer, destacando-se a praia Wonsan na costa Este. A oferta turística norte-coreana acaba por ser altamente planeada e baseada em itinerários especificamente autorizados pelo regime de Kim Jong-un e, por isso, marcada pelo controlo ideológico de todas as áreas de acesso aos turistas. Destacamos, assim, que a história da Coreia do Norte e a ideologia *Juche* sustentam o tipo de turismo norte-coreano.

Com a comparação ao modelo de turismo doméstico aplicado na Coreia do Norte, este, apesar das liberdades apresentadas pela constituição da DPRK, relacionadas com o direito a descanso, o dia de trabalho de 8 horas, as férias pagas, e um conjunto de instalações turísticas e dedicadas à saúde, prontas a serem usufruídas pelos cidadãos, bem como a permissão da liberdade de viajarem para onde pretenderem, na prática, não é bem assim. Apesar deste suporte legal, os norte-coreanos estão praticamente impedidos de fazer viagens de lazer, exceto em casos especiais relacionados com a família: casamentos ou funerais. As viagens de lazer mais comuns são organizadas pela universidade de Pyongyang, para os seus alunos, ou pelas fábricas, para os seus trabalhadores. Mesmo quando estas férias são autorizadas, é comum verem-se os cidadãos a participar em atividades relacionadas com o serviço público, treino militar e com a aprendizagem e estudo dos princípios filosóficos da ideologia *Juche*. Por isto tudo, grande parte da população nunca saiu do país, nem praticou viagens com a família há alguns anos. Existe, assim, um turismo fortemente marcado pela desigualdade social e ideológica dos cidadãos.

As tentativas da Coreia do Norte para capitalizar o setor turístico têm tido, no entanto, alguns avanços. A compreensão da importância de injeção de capital estrangeiro, de modo a ressuscitar a economia e a evitar crises que possam levar à rutura e à miséria da população, como o que aconteceu nos anos 90, tem sido mantido cada vez mais em conta. Tal pode ser visto através da maior expansão de itinerários turísticos e o maior número de viagens a serem permitidas para o país. Outro fator chave tem sido o planeamento das EDZ e das SEZ que permitiriam à Coreia do Norte aumentar a entrada de capital estrangeiro através da facilitação da circulação de bens e pessoas, mantendo, ao mesmo tempo, um elevado controlo ideológico nestas zonas económicas específicas.

Segundo os princípios do socialismo norte-coreano, o mercado turístico nestas zonas ajudaria a desenvolver vários setores da economia nacional, contribuindo para o posterior bem-estar e qualidade de vida da população. No entanto, a falta de investimento nestas zonas tem impedido o seu desenvolvimento.

Apesar deste inerente controlo ideológico comunista no setor turístico, a Coreia do Norte tem mostrado sinais de uma maior abertura para os visitantes estrangeiros. O desenvolvimento do turismo tem mostrado uma abordagem paradoxal, promovendo e, ao mesmo tempo, prevenindo o seu crescimento. A cobertura da comunicação social em relação à detenção norte-coreana de turistas ocidentais, acusando-os de crimes estatais, tem sido uma das principais razões para a reticência de turistas estrangeiros na Coreia do Norte. Para além disto, a modicidade das relações diplomáticas tem impedido a DPRK de verdadeiramente capitalizar a sua indústria turística. Apesar dos aspetos negativos, a Coreia do Norte tem facilitado o acesso aos turistas, o que pode ser visto pela maior liberdade oferecida na circulação do país. O setor turístico, sustentado pela legitimidade histórica e pela ideologia *Juche*, acaba, no final, por servir a máxima da reanimação económica, capaz de impedir o colapso da sociedade norte-coreana.

Terminamos esta conclusão falando das limitações deste trabalho, marcado pela pouca informação disponível, o que nos obrigou a ter um cuidado acrescido com conclusões muito taxativas. A primeira limitação vem ao encontro do obstáculo desta dissertação referente à busca de informação e de dados oficiais relativos à Coreia do Norte, bem como da sua indústria turística. Sendo um país que não revela os dados estatísticos referentes ao setor do turismo, tivemos que recorrer a artigos e livros relacionados com a DPRK, bem como com as informações gentilmente cedidas pela *Koryo Tours*. Ainda assim, a falta de fontes oficiais do regime norte-coreano força-nos a revelar a debilidade da redação do nosso estudo.

A segunda limitação proveio da falta de disponibilidade para entrevistas ou mesmo para a mínima cedência de informação oficial por parte, da KFA, de representantes oficiais da Coreia do Norte e das empresas turísticas, excetuando a *Koryo Tours*. Este fator dificultou bastante a composição desta dissertação, tendo levado o seu autor a incessantes tentativas de estabelecer

contatos com os meios oficiais, o que conseqüentemente levou a um desvio de um mês do cronograma inicialmente planejado.

A última limitação deste estudo resulta da ambiguidade e do paradoxo em que a Coreia do Norte se encontra enevoadada. É verdade que tivemos acesso a livros referentes à ideologia *Juche* e à história do país, bem como a entrevistas e relatos de viajantes e organizadores de viagens à DPRK, procurando conhecer as suas motivações e as suas experiências. No entanto, devido ao reescrever constante da história do país, de modo a legitimar o regime, e à manipulação ideológica a que são sujeitos os turistas que visitam a Coreia do Norte, muitas vezes duvidámos da exatidão do que lemos e escrevemos ao longo destes meses de trabalho. Por tudo isto, tentámos ao máximo verificar a veracidade dos dados recolhidos em múltiplas fontes, tentando chegar às mais exatas conclusões, sabendo que, apesar de tudo, teríamos de ter o máximo cuidado com deduções taxativas.

Terminamos esta dissertação reforçando uma ideia que apresentámos na introdução. Intuímos assim para a capacidade futura que este estudo possa ter para a fomentação, incentivo e promoção de novas investigações que visem compreender o fator ideológico no turismo em regimes políticos ditatoriais, mas, sobretudo, colmatar lacunas no que ao setor turístico norte-coreano diz respeito. Esperamos, assim, que esta dissertação contribua para o progressivo desvelamento das verdadeiras condições deste reino eremita: a Coreia do Norte.

Referências

Allcock, J. B. e Przeclawski, K. (1990). Tourism in centrally-planned economies: Introduction. *Annals of Tourism Research*, 17(1), 1–6.

Belke, T. J. (1999). *Juche: A Christian Study of North Korea's State Religion*. Bartlesville: Living Sacrifice Book Company.

Boia, L. (2001). *History and Myth in Romanian Consciousness*. Budapest: Central European University Press.

Borders of Adventure (s.d.). *Travelling to North Korea – Where Preconceptions and Reality Collide*. Disponível em: <https://www.bordersofadventure.com/travel-to-north-korea-guide-reality/> [obtido a 20/04/2021].

Boyd, J. (2017). *Travellers in the Third Reich: The Rise of Fascism Through the Eyes of Everyday People*. London: Elliot & Thompson Limited.

Cho, E. (2002). The Encounter between the Juche Idea and Christianity. *Mission Studies*, 19(1), pp. 82-105.

Constitute Project (2020). *Korea (Democratic People's Republic of)'s Constitution of 1972 with Amendments through 1998*. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Peoples_Republic_of_Korea_1998.pdf [obtido a 24/02/2021].

Deutsch, K. W. (1986). State functions and the future of the state. *International Political Science Review*, 7(2), pp. 209-222.

Dikötter, F. (2017a). *Mao's Great Famine*. Londres: Bloomsbury Publishing PLC.

Dikötter, F. (2017b). *The Cultural Revolution: A People's History, 1962-1976*. Londres: Bloomsbury Publishing PLC.

Eco, U. (1998). *Como se faz uma tese em ciências humanas* (7ªed). Lisboa: Editorial Presença.

Erdeli, G., Dincă, A., Gheorghilaş, A. e Surugiu, C. (2011). ROMANIAN SPA TOURISM: A COMMUNIST PARADIGM IN A POST-COMMUNIST ERA. *Journal of Studies and Research in Human Geography*, 5(2), pp. 41-56.

Ferraz, J. (2008). *Turismo e Ideologia: as Sociedades Mediterrânicas e o Papel Das Organizações Intergovernamentais* (tese de doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Ferraz, J. (2012). The Ideological Role of Intergovernmental Organizations in the Promotion of International Tourism. In: Moufakkir, O. e Burns, P. (ed.). *Controversies in Tourism*. Wallingford: Cab International, pp. 201-215.

Ferraz, J. (2017). Turismo e Globalização. In: Silva, F. e Umbelino, J. (coord.). *Planeamento e desenvolvimento turístico*. Lisboa: Lidel, pp. 79-92.

French, P. (2014). *North Korea: State of Paranoia*. Nova Iorque: Zed Books.

Gramsci, A. (1978). *Concepção Dialética da História* (3ªed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Grawitz, M. e Leca, J. (1985). *Traité de Science Politique. Vol 2: Les Régimes Politiques Contemporains*. Paris: Presses Universitaires de France.

Haggard, S. e Noland, M. (2009). Repression and Punishment in North Korea: Survey Evidence of Prison Camp Experiences. *East-West Center Working Papers, Politics: Governance, and Security Series*, 20, pp. 1-39.

Hall, C. M. (1994). *Tourism and Politics: Policy, Power and Place*. Chichester: Wiley.

Hall, D. R. (1990). Stalinism and Tourism: A Study of Albania and North Korea. *Annals of Tourism Research*, 17, pp. 36-54.

Hall, D. R. (1991). *Tourism and economic development in Eastern Europe and the Soviet Union*. London: Belhaven Press.

Henderson, J. C. (2007). Communism, Heritage and Tourism in East Asia. *International Journal of Heritage Studies*, 13(3), pp. 240-254.

Huskey, E. (2010). Elite recruitment and state-society relations in technocratic authoritarian regimes: The Russian case. *Communist and Post-Communist Studies*, 43(4), pp. 363-372.

Hwang, K. M. (2016). *A History of Korea*. Nova Iorque: Bloomsbury Publishing PLC.

Ivanov, S. e Achikgezryan, V. (2017). Attitudes towards communist heritage tourism in Bulgaria. *International Journal of Tourism Cities*, 3(3), pp. 273-290.

Jong-Il, K. (2004). *On the Juche Idea*. Kila: Kessinger Publishing Co.

Jung, H. J. e Timothy, S. R. (2016). Why Invest in North Korea? Chinese Foreign Direct Investment in North Korea and Its Implications. *Pacific Review*, 29(3), pp. 307–30.

Këlliçi, K. L. e Iacono, F. (2015). Of Pyramids and Dictators: Memory, Work and the Significance of Communist Heritage in Post-Socialist Albania. *Online Journal in Public Archaeology*, 5, pp. 97-122.

Kim, S. S., Timothy, D. J. e Han, H. (2006). Tourism and political ideologies: A case of tourism in North Korea. *Tourism Management*, 28(2007), pp. 1031-1043.

Körösenyi, A., Illés, G. e Gyulai, A. (2020) *The Orbán Regime: Plescitary Leader Democracy in the Making*. Londres: Routledge.

Koryo Tours (s.d.). Disponível em: <https://koryogroup.com> [obtido a 20/04/2021].
Young Pioneer Tours (2021). Disponível em: <https://www.youngpioneertours.com> [obtido a 20/04/2021].

Kruja, D., Lufi, M. e Kruja, I. (2012). The Role of Tourism in Developing Countries: The Case of Albania. *European Scientific Journal*, 8(19), pp. 129-141.

Kučerová, J., Gajdošík, T. e Elexová, L. (2020). Tourism Development and Policy in Slovakia. In: Klitsounova, V. & Slocum, S. L. (eds.). *Tourism Development in Post-Soviet Nations: From Communism to Capitalism*. Suíça: Palgrave Macmillan, pp. 87-106.

Lankov, A. (2013). *The Real North Korea: Life and Politics in the Failed Stalinist Utopia*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Lee, G. (2003). The Political Philosophy of Juche. *Stanford Journal of East Asian Affairs*, 3(1), pp. 105-112.

Lee, M. (2021). *Biden administration extends Trump-era ban on US passport use for North Korea travel*. In: USA Today Travel. Disponível em: <https://eu.usatoday.com/story/travel/news/2021/09/01/travel-ban-extended-us-passport-north-korea/5685081001/> [obtido a 15/09/2021]

Lenine, V. (2009). *The State and Revolution*. Londres: Penguin Books.

Leshchenko, N. (2008). The National Ideology and the Basis of the Lukashenka Regime in Belarus. *Europe-Asia Studies*, 60(8), pp. 1419-1433.

Li, Y. e Hu, Z. (2008). Red tourism in China 中国的红色旅游. *Journal of China Tourism Research*, 4(2), 156–171.

Li, Y., Hu, Z. e Zhang, C. Z. (2010). Red Tourism: sustaining communist identity in a rapidly changing China. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 8(1-2), pp. 101-119.

Light, D. e Dumbrăveanu, D. (1999). ROMANIAN TOURISM IN THE POST-COMMUNIST PERIOD. *Annals of Tourism Research*, 26(4), pp. 898-927.

Light, D. (2000). Gazing on communism: heritage tourism and post-communist identities in Germany, Hungary and Romania. *Tourism Geographies*, 2(2), pp. 157–176.

Linz, J. (1964). An Authoritarian Regime: Spain. In: Allard, E. e Littunen, Y. (eds.). *Cleavages, Ideologies and Party Systems: Contributions to Comparative Political Sociology*. Helsínquia: The Academic Bookstore, pp. 291-341.

Linz, J. (2000). *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Boulder: Lynne Rienner Publishers Inc.

Mannheim, K. (1979). *Ideology and Utopia*. Londres: Routledge and Kegan Paul.

Marx, K. e Engels, F. (2016). *Manifesto Comunista*. Lisboa: Guerra e Paz.

Mclellan, D. (1986). *Ideology*. Berkshire: Open University Press.

Meissner, W. (2006). China's Search for Cultural and National Identity from the Nineteenth Century to the Present, *China Perspectives*, 68, pp. 41-54.

Minnaert, L., Maitland, R. e Miller, G. (2009). Tourism and Social Policy: The Value of Social Tourism. *Annals of Tourism Research*, 36(2), pp. 316-334.

Ouellette, D. J. (2016). The Tourism of North Korea in Kim Jong-un Era: Propaganda, Profitmaking, and Possibilities for Engagement. *Pacific Focus*, 31(3), pp. 421-451.

Parra, R. e Ferraz, J. (2021). From a Communist Heritage to an Unwanted Past: The Case of Romania. *Science Insights*, 38(1), pp. 298-304.

Pedersen, S. B. e Noack, C. (2019). Crossing the Iron Curtain: An Introduction. In: Pedersen, S. B. e Noack, C. (eds.). *Tourism and Travel During the Cold War: Negotiating Tourist Experiences across the Iron Curtain*. Londres: Routledge, pp. 1-20.

Peixoto, J. L. (2012). *Dentro do Segredo*. Porto: Quetzal Editores.

Prélot, M. e Lescuyer, G. (1971). *Historia de las Ideas Políticas*. Buenos Aires: La Ley.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Ruukel, A., Reimann, M. e Tooman, H. (2020). Rural Tourism as a Tool for Sustainable Development: Lessons Learned in Estonia. In: Klitsounova, V. e Slocum, S. L. (eds.). *Tourism Development in Post-Soviet Nations: From Communism to Capitalism*. Suíça: Palgrave Macmillan, pp. 15-29.

Ryan, C., Minghui, S., Xiaoyu, Z., Fangxuan, L., Ping, L., Jun, G., Yi, J. e Lin, H. (2016). Illustrations of Chinese tourism research. *Tourism Management*, 30, pp. 1-6.

Santos, B. S. (2001). Os Processos da Globalização. In: Santos, B. S. (org.). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento, pp. 31-106.

Seth, M. J. (2010). *A Concise History of Modern Korea: From the Late Nineteenth Century to the Present*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Siaroff, A. (2005). *Comparing Political Regimes: A Thematic Introduction to Comparative Politics*. Toronto: Broadview Press.

Simon Wilson (2019). THE NORTH KOREA BEACH THAT TOURISTS CANT VISIT [video]. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=kH4rUqAmREY&list=PLsplwj_Ee0IXvYrmzIubdXmouyd-6Y_UY&index=6 [obtido a 20/04/2021]

Slocum, S. L. e Klitsounova, V. (2020). Introduction. In: Klitsounova, V. e Slocum, S. L. (eds.). *Tourism Development in Post-Soviet Nations: From Communism to Capitalism*. Suíça: Palgrave Macmillan, pp. 1-11.

Sofield, T. H. B. e Li, F. M. S. (1998). Tourism Development and Cultural Policies in China. *Annals of Tourism Research*, 25(2), pp. 362-392.

Sofield, T. H. B. (2017). China: Government Policy and Tourism Development. In: Butler, R. e Suntikul, W. (eds.). *Tourism and Political Change*. Oxford: Goodfellow Publishers.

Stanciugelu, S., Țăranu, A. e Rusu, I. (2013). THE COMMUNIST CULTURAL HERITAGE IN THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF A POST-COMMUNIST GENERATION. *European Journal of Science and Theology*, 9(2), pp. 1-17.

Stankova, M., Vasenska, I., Stoykova, A., Kaleychev, S. e Paskaleva, M. (2020). From Communism to Capitalism: The Transition of Bulgarian Tourism Sector and Contemporary Discourses. In: Klitsounova, V. e Slocum, S. L. (eds.). *Tourism Development in Post-Soviet Nations: From Communism to Capitalism*. Suíça: Palgrave Macmillan, pp. 31-48.

Stone, P. H. (2009). *The Darker Side of Travel: The Theory and Practice of Dark Tourism*. Bristol: Channel View Publications.

The Planet Edit (2017). *My North Korea Travel Experience – What's It Really Like?* Disponível em: <https://www.theplanetedit.com/north-korea-travel-experience/> [obtido a 20/04/2021].

Touchard, J. (1959a). *História das Ideias Políticas Vol. III – da Revolução Americana ao Marxismo*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Touchard, J. (1959b). *História das Ideias Políticas Vol. IV – do Liberalismo aos Nossos Dias*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Tsé-Tung, M. (2016). *O Pequeno Livro Vermelho*. Lisboa: Guerra e Paz.

Valuch, T. (2014). Social transformation and changes in daily life in Hungary, during the period of the change of system. *Műszetek-Társadalomtudományi Folyóirat*, 3(1), pp. 192–201.

Zmysłony, P. e Nowacki, M. (2020). From Centrally Driven Variations to Market-Driven Development: Models of Urban Tourism Evolution in Poland. In: Klitsounova, V. e Slocum, S. L. (eds.). *Tourism Development in Post-Soviet Nations: From Communism to Capitalism*. Suíça: Palgrave Macmillan, pp. 49-66.